

EDITORA



UnB

# Sob a custódia do tempo:

formação de leitores em penitenciárias  
do Distrito Federal

Robson Coelho Tinoco  
Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro



# **Sob a custódia do tempo**



**Universidade de Brasília**

**Reitora**  
**Vice-Reitor**

Márcia Abrahão Moura  
Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora**

Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial**

Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Flávia Millena Biroli Tokarski  
Izabela Costa Brochado  
Jorge Madeira Nogueira  
Maria Lídia Bueno Fernandes  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
Verônica Moreira Amado



# **Sob a custódia do tempo**

## **Formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal**

Robson Coelho Tinoco  
Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro



**Coordenadora de produção editorial**  
**Preparação e revisão**  
**Diagramação**

**Equipe editorial**

Luciana Lins Camello Galvão  
Alexandre Vasconcellos de Melo  
Cláudia Dias

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília  
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.



Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DEG/UnB nº13/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

- T591      Tinoco, Robson Coelho.  
            Formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal /  
            Robson Coelho Tinoco, Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro. –  
            Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.  
            224 p. ; 23 cm. – (Série ensino de graduação).
- Inclui bibliografia.  
            ISBN 978-85-230-0003-5.
1. Presos – Incentivo a leitura. 2. Penitenciárias – Distrito  
            Federal – Brasil. 3. Ressocialização. I. Ribeiro, Maria Luzineide  
            P. da Costa. II. Título. II. Série.

CDU 343.811(817.4)

---

# Lista de figuras

<b>Figura 1:</b> Biblioteca na Penitenciária do Distrito Federal I.....	164
<b>Figura 2:</b> Livros mais lidos no cárcere .....	167
<b>Figura 3:</b> Oficinas literárias do PFD - um encontro marcado com Adélia Prado .....	180
<b>Figura 4:</b> Oficinas literárias PDF I – Oficina de literatura de cordel .....	181
<b>Figura 5:</b> Oficinas literárias PDF I – Oficina de literatura de cordel .....	181



# Lista de gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Evolução da população carcerária brasileira – 2004-2014.....	66
<b>Gráfico 2:</b> Faixa etária das pessoas presas no Brasil em números percentuais (%) .....	73
<b>Gráfico 3:</b> Quantidade de presos por etnia.....	74
<b>Gráfico 4:</b> Evolução da população carcerária do Distrito Federal .....	128
<b>Gráfico 5:</b> Quantidade de presos por faixa etária no Distrito Federal ...	129
<b>Gráfico 6:</b> Quantidade de presos por etnia no Distrito Federal.....	129
<b>Gráfico 7:</b> Estímulo dos pais à prática de leitura na infância .....	142
<b>Gráfico 8:</b> Hábito de leitura - PDF I .....	142
<b>Gráfico 9:</b> Relação de interesse – leitura na prisão .....	143
<b>Gráfico 10:</b> Motivação para leitura.....	144
<b>Gráfico 11:</b> Razões para não ler .....	144
<b>Gráfico 12:</b> Frequência de leitura.....	146
<b>Gráfico 13:</b> Acesso às bibliotecas .....	146
<b>Gráfico 14:</b> Expectativas de leitura .....	147
<b>Gráfico 15:</b> Representação do ato de leitura.....	147
<b>Gráfico 16:</b> Hábito de leitura - PFDF .....	176
<b>Gráfico 17:</b> Leitura na prisão - PFDF.....	177
<b>Gráfico 18:</b> Livros mais procurados - PFDF.....	178
<b>Gráfico 19:</b> Motivação da leitura - PFDF.....	179
<b>Gráfico 20:</b> Expectativas de leitura - PFDF .....	179





# Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> População carcerária brasileira / Grau de escolaridade (%) ...	72
<b>Tabela 2:</b> Sistema penitenciário brasileiro - servidores .....	73
<b>Tabela 3:</b> Quantidade de penas impostas.....	74



# Lista de siglas

<b>DF</b> .....	Distrito Federal
<b>DEPEN</b> .....	Departamento Penitenciário Nacional
<b>INFOPEN</b> .....	Sistema de Informações Penitenciárias
<b>LEP</b> .....	Lei de Execução Penal
<b>MJ</b> .....	Ministério da Justiça
<b>PDF I</b> .....	Penitenciária do Distrito Federal I
<b>PFDF 7</b> .....	Penitenciária Feminina do Distrito Federal
<b>UnB</b> .....	Universidade de Brasília



# Sumário

## Uma apresentação

Cela de leitura: um novo olhar entre grades .....15

1. A fazenda e a prisão: um espaço, uma pesquisa, algumas constatações .....23
2. A formação do detento-leitor: um sujeito em (re)construção.....24

**Introdução ..... 31**

**Capítulo 1: Prisão: A leitura de um velho mundo.....41**

1. Dos castigos corpóreos às penas privativas de liberdade: o corpo como alvo 41
2. Sociedade disciplinar: modulação de vontades .....54
3. Zona de exclusão social: rodando pelo tempo periférico .....60
4. Sistema prisional brasileiro: contemporaneidade e efeitos da prisionização. 68

**Capítulo 2: Literatura e mundo da prisão: alegoria e representação.....81**

1. Memórias: escritos no corpo e na alma .....82
2. A geografia da prisão: entre grades e gaiolas ..... 91
3. Personagens – ficção e realidade: um mundo de verdades.....110
4. Despersonalização: literatura e identidade .....118

**Capítulo 3: Cela de leitura: um novo olhar por entre as grades125**

1. Sistema Penitenciário do Distrito Federal: mitos e verdades da ressocialização ..... 125
2. Entrelhares: a literatura em revista..... 148

3. Sobre a pesquisa .....	154
4. A tipificação penal no processo de leitura.....	161
5. Artemis ou Minerva? A condição da leitora no cárcere .....	168

<b>Celas de leitura entre cadeados abertos: uma conclusão possível.....</b>	<b>183</b>
---	------------

<b>Propostas de projetos de pesquisa e leitura – Portas abertas: remição pela leitura .....</b>	<b>191</b>
---	------------

<b>Proposta de projeto apresentado para aplicação.....</b>	<b>199</b>
--	------------

<b>Referências .....</b>	<b>217</b>
--------------------------	------------

# Uma apresentação

## Cela de leitura: um novo olhar por entre as grades

*A leitura nos tira de nosso pequeno mundo e nos mostra outros espaços onde podemos comprovar que nós, seres humanos, temos mais coisas em comum do que diferentes.*

Mario Vargas Llosa<sup>1</sup>

Há séculos os cientistas buscam explicar o comportamento criminoso e os motivos que levariam alguém a praticar delitos de toda a natureza, como exigir algo por meio da violência física, torturar, violentar sexualmente, matar. Nesse sentido, diga-se empírico, *grosso modo* e sob perspectiva apontada por Cesare Lombroso,<sup>2</sup> o crime estaria associado a características físicas: nariz achatado, mandíbula saliente e orelhas grandes; esses seriam, por assim dizer, indivíduos em um tipo de subestágio de evolução humana. Todavia, a inconsistência também empírica de tal teoria e o absurdo de suas proposições geraram apenas atitudes preconceituosas e não levaram a nenhuma conclusão minimamente confiável (AZEVEDO, 2009).

Ainda segundo essa autora, o comportamento violento não possui causa aparente, sendo antes uma combinação de fatores biológicos e ambientais. Nesse sentido, duas vertentes intensificam os debates sobre as causas dessa psicopatia: numa visão mais tradicionalista, o fator desencadeador poderia ser algum tipo de trauma na educação ou na infância, portanto, um indivíduo abandonado ou violentado poderia desenvolver mais algum tipo de psicopatia ou desvios de comportamento. Outra vertente defende que qualquer ser humano em circunstância limite é capaz de atitudes horríveis.

---

<sup>1</sup> Escritor peruano, Prêmio Nobel de Literatura (2010), ao falar para mais de 200 prisioneiros em um presídio nos arredores de Madri.

<sup>2</sup> (Verona, 6 de novembro de 1835 - Turim, 19 de outubro de 1909) foi psiquiatra, cirurgião, higienista, criminologista, antropólogo e cientista italiano.



## Sob a custódia do tempo

O psicólogo norte-americano Philip Zimbardo defende essa última hipótese, a partir de experimento, realizado em 1971, num laboratório, com alunos do curso de Psicologia da Universidade de Standford, Estados Unidos. Naquele ambiente de laboratório recriou-se uma prisão e foram escolhidos 24 estudantes, separados em dois grupos: um, composto por “agentes penitenciários” e outro, por “prisoneiros”, que assim representados conviveriam durante um período de duas semanas. Ocorreu que o experimento teve de ser interrompido, ao se verificar que os alunos-agentes se “mostravam” sádicos e os alunos-prisoneiros, depressivos.

Repletas de teorias que poderiam ainda incluir descobertas recentes da psiquiatria e da neurociência, as discussões sobre o comportamento violento poderiam adentrar outras análises que neste livro não se pretende desenvolver. Aqui, opta-se por considerar as duas teorias, no geral, como base para ilustrar a dificuldade em entender o comportamento humano. Assim posta tal opção experimental-argumentativa, considera-se que a literatura, quando observada em ambiente prisional, segundo o comportamento do indivíduo transgressor das leis, pode efetivamente proporcionar uma nova leitura do perfil desse leitor (preso) que ultrapassa uma verificação do ponto de vista meramente legal.

A discussão proposta ao longo destas páginas, portanto, encontra-se sedimentada no indivíduo e sua prática de leitura. O referencial que relativiza essa leitura e dá contornos singulares a esse leitor (indivíduo) é o espaço da prisão e suas relações com o livro e, não mais, a estrita relação do criminoso com o crime cometido. Nesse aspecto, configura-se na formação do leitor em confinamento a sua relação com o tempo – presentificado na prisão a partir do ócio, entenda-se, do excesso de tempo apresentado num movimento completamente inverso ao mundo extramuros – mundo das pessoas livres –, em que se compreende o tempo como “ausência”.

Assim se contextualiza a relação aflitiva entre tempo e prisão como representação da face de um inimigo que deve ser vencido. A complexidade do tempo é, por analogia, um tempo periférico, pois surge como elemento que deixa o sujeito mais à margem, impossibilitado de vivenciar o tempo central (GOFFMAN, 1998

citado por CHIES, 2008). A referência temporal da pena se reveste, portanto, de uma revolta institucionalizada do apenado, que para enfrentar esse seu inimigo busca engajamento em alguma atividade de ocupação que “mate” o tempo que ele tem disponível – no geral, nas prisões brasileiras, a grande maioria dos apenados fica por volta de somente duas horas fora de cela, todos os dias.

Sabe-se que há poucas atividades e programas educacionais consolidados (LEMGRUBER, 2004) voltados à realidade carcerária, com espaços apropriados e que, associados a condições precárias de encarceramento, comprometem diretamente o objetivo central do cumprimento da pena que, no Brasil, é a ressocialização. Dessa maneira, resta ao preso aguardar o tempo previsto de pena se completar, seja ociosamente nas celas ou no pátio das prisões. Note-se também que, quanto a tal situação, ainda é inexpressivo o número de pessoas presas que têm acesso à educação (YAMAMOTO *et al.*, 2009), dada a incompatibilidade – sistêmica e conjuntural – entre a pedagogia da segurança e da educação cristalizada na própria arquitetura pan-óptica, que com mecanismos de observação asseguram a automatidade de poder sobre o detento que nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 1997). Nesse aspecto, a postura preventiva do Estado, de vigilância austera, não impede que essas duas vias, ainda que com objetivos específicos em tal estrutura de ressocialização, possam bem convergir para um processo de cumprimento penal menos traumático e mais produtivo: o de oferecer melhores condições laborais e de aprendizagem, ainda dentro da prisão, para quando o indivíduo retornar ao convívio social.

Quando se trata de convivência social, ela parece desconectada da vivência no cárcere, pois a humanidade, nesses espaços, parece reduzida ante o “alto grau de animalização” que é impingido ao criminoso, numa clara oposição a qualquer traço que preserve o nível respeitável de ser “ser humano”. Nesse sentido, grandes escritores encontraram na leitura, e no registro das suas experiências de confinamento, a possibilidade de relativizar tais tempo e espaço. Fiodor Dostoiévski, em *Recordações da casa dos mortos* (1849), narra a emblemática cena do banho dos forçados

## Sob a custódia do tempo

em véspera de Natal. Sobre tal narração, surpreende que uma cena comum tome dimensões dantescas quando marcada pelo olhar do escritor: os grilhões eram mais um complicador no banho de 80 homens, espremidos em um espaço de 12 metros de largura, com direito a apenas um balde de água quente no frio siberiano. Assim, observa-se a degradação moral e ética desse indivíduo quando, segundo o romance,

[...] ao transpormos a entrada, puxando a porta que dava para o banheiro, até pensei que estava entrando nas caldeiras do inferno. [...] mais do que nunca as cabeças raspadas e os corpos avermelhados pelo vapor tinham ali um aspecto horripilante. Com o banho, as costas sevicizadas pelas vergastadas deixavam ver melhor as cicatrizes, os lanhos tomando um aspecto como se fossem recentíssimas. Que medonhas cicatrizes! Ao vê-las me vinham arrepios. [...] irrompiam cabeças raspadas, braços esqueléticos, pernas reviradas. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 134).

Sob a metáfora do inferno no banho dos forçados ou a concepção de *Casa dos mortos*, nas duas análises encontra-se indicação de que a prisão é uma sociedade muito fechada e pouco conhecida pelo público, cujo desejo, parece, é continuar sem conhecê-la. Tanto é que, e seguindo, “[...] alcançávamos o banheiro, o limite do mundo, regressávamos à sonolência e à imobilidade”. (RAMOS, 2008, p. 96). Enclausurado sob esses limites, o autor, que também trata dessas questões em *Memórias do cárcere* (1953), reafirma o abandono dos hábitos sociais indispensáveis como instrumento de transformação – involuntária – do indivíduo num ser rude, embrutecido, relaxado, mas necessário àquela sociedade.

O ambiente prisional se constitui atualmente como *habitat* natural do criminoso, não havendo alternativas de ressocialização do indivíduo, de acordo com os princípios de humanização da pena. Assim, contrária ao que indica a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/84, no seu artigo 10, sobre as assistências

garantidas a todo indivíduo em encarceramento, a realidade prisional está bem distante do preconizado pela lei.

Relatos coletados durante a pesquisa realizada, apresentada adiante e proposta como um norte da análise aqui desenvolvida, apontam para os conflitos espaciais no cárcere que são percebidos no período inicial do confinamento, uma vez que o indivíduo deve morar no “condomínio” e nos “barracos”,<sup>3</sup> dividindo o espaço reduzido das celas com mais alguns (normalmente muitos) moradores. Passado algum tempo, o preso sente incontrolável vontade de sair da “jaula”, quer ir para a “rua”, o “mundão”.<sup>4</sup> Mesmo que inconscientemente, o indivíduo, em confinamento e num primeiro momento, mostra-se conformado em pagar sua dívida social, mas, com o passar do tempo, a desumanização e a degradação não justificam, mas sustentam, a segregação imposta. Nesse contexto e ambiente, a restrição de liberdade, somada a sua despersonalização, tornam-o desejoso de voltar para casa.

Apesar da existência de bibliotecas nas instituições penais, não são estes os espaços de leitura. A cela representa o espaço convencional reservado à leitura, mas acredita-se que, num alargamento desse espaço como “sustentação de sonho e devaneio”, o texto literário poderia ser entendido como *espaço ideal* de leitura e, portanto, a “casa protetora” do detento-leitor – seu espaço íntimo de paz e privacidade. Quanto a essa questão, aliás, a imaginação aumenta os valores da realidade e

[...] portanto, há um sentido em dizer, no plano de uma filosofia da literatura e da poesia em que nos colocamos, que se “escreve um quarto”, que se “lê um quarto”, que se “lê uma casa”. Assim, rapidamente, desde as primeiras palavras, à primeira abertura poética, o leitor que “leu um quarto” suspende sua leitura e começa a pensar em qualquer antiga morada. Você quereria dizer tudo sobre o

---

<sup>3</sup> Na linguagem carcerária, espaços coletivos maiores destinados ao confinamento.

<sup>4</sup> Segundo os entrevistados, referência a sociedade extramuros, carregada do símbolo “liberdade”.

## Sob a custódia do tempo

seu quarto. Queria interessar o leitor em você mesmo no momento em que você entreabre a porta do devaneio. Os valores de intimidade são tão absorventes que o leitor não lê mais seu quarto: revê o quarto dele. (BACHELARD, 1993, p. 46).

Percebe-se que o trânsito desse indivíduo, por espaços outros, dá-se por intermédio da leitura, visto que ele se encontra limitado no seu direito de ir e vir. Nas oficinas de literatura realizadas, um dos elementos de atividades propostas, algumas produções apontaram para essa possibilidade, assim

Muros cercam o meu corpo  
Minha mente não  
Ela voa o tempo todo  
E não falta imaginação [...]  
Pátio e sol  
Voltas sem fim  
Fico atordoado  
Ajude-me anjo Serafim  
Que tudo isso acabe  
E logo tenha um fim [...]

(OLP - texto produzido por interno nas oficinas literárias).

É clara a decadência do sistema prisional que impõe, sobre o detento, o peso da chamada “instituição total”. Num movimento contrário, esse detento (indivíduo/sujeito) passa por um processo de reificação que se contrapõe por completo ao objetivo primeiro do cumprimento da pena: a ressocialização. O trânsito entre esses dois mundos – o real e o da prisão –, proporcionado pela leitura, permite ao detento a recuperação de sua condição de pessoa e a reconstrução da sua identidade social. Não significa, entenda-se, impor à literatura a função de ressocializar o

encarcerado, mas, sim, possibilitar a retomada do valor intrínseco à arte que conduz à reflexão. A partir da leitura de textos produzidos no cárcere não se pode afirmar que a literatura seja uma “salvação” por si só, mas talvez pudesse ser entendida como uma de suas “tábuas” dessa salvação, sim, possível. Nesse aspecto, então,

A poesia é cultural  
É também educação  
São muitos os escritores  
Que falam sobre o coração  
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE  
As escreve com emoção...  
(A.J. - texto produzido em oficinas literárias).

Assim considerada, na esteira do conhecimento adquirido, a literatura permite ao detento-leitor romper as conexões com a sociedade intramuros e estabelecer novos laços, mesmo que distante da sociedade externa – sociedade dita “livre”. Ainda, as experiências limítrofes do cárcere convivem paralelamente com aquelas habitadas no mundo desse leitor, mas já não são os únicos referenciais existentes. Nesse sentido, quanto mais adaptado à vida no cárcere, mais se percebe seu afastamento social (de uma vida dada como “normal”) e dificuldades de retorno ao convívio pós-cárcere. Observa-se, portanto, a quebra da ideia de pertencimento a um grupo social que, combinada ao estigma pós-cárcere, produz um indivíduo sem o devido resgate de sua identidade social.

É perceptível no detento-leitor a marca indelével do elemento “casa”, impressa no ato de leitura. A ideia de proteção e abrigo avulta à medida que ele se apropria do texto como espaço de leitura e, conseqüentemente, sua casa. Quanto a isso, Gaston Bachelard (1993) deixa clara a força que a representação da casa traz no sentimento do indivíduo, de ser um habitante do mundo, mesmo se considerado o mundo prisional. Nesse sentido de representação, pode-se compreender a literatura,

## Sob a custódia do tempo

então, como abertura para o prazer e o contentamento, levando o indivíduo a um estado mesmo de euforia. Retomando um dos romances citados,

[...] nos últimos anos de reclusão, arranjei uns livros. O primeiro livro que li produziu uma impressão singular, enorme e diferente. Referir-me-ei a tais impressões mais adiante. Para mim tiveram grande interesse; acho, porém, que em quaisquer outras pessoas nada demais despertariam. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 77).

Na sociedade *dos livres* se imagina, idealmente, o ato de ler como momento pleno de liberdade sensorial em que se está devidamente sentado em lugar confortável, ou mesmo durante o almoço, ou num intervalo do café, ou cercado por pessoas com mesmos interesses de conhecimento, ou no silêncio protetor do próprio quarto. Nesses espaços, a prática de leitura se apresenta como informação, estudo e/ou refúgio, prazer, lembrando-se que “texto prazeroso é aquele que contenta, dá euforia”. (BARTHES, 2002, p. 45). Tais espaços de leitura indicados convergem, no geral, para a possibilidade de prazer imediato gerado pelo contato com um texto.

Em se tratando de ambientes de prisão imposta, a formação do leitor no espaço de leitura do cárcere indica um indivíduo fragmentado, prejudicado em sua *totalidade psicossociológica*, por ter seus laços naturais rompidos; indivíduo sem praticamente nenhuma perspectiva razoável de reconstrução desses laços sócio-históricos. Assim, na “geografia” da prisão, a inexistência de espaços de leitura e a violência nas relações intra-institucionais representam a dialética na formação desse leitor. Enfim, segue um exemplo dessa percepção quando se nota que

[...] estava só com a ponta dos dedos e do nariz para fora. Todo coberto, deitado na cama e lendo *Luzia Homem*, um romance que me prendia a atenção demais. [...] Repentinamente a cela foi aberta de supetão

e invadida por uns dez guardas, todos armados de cano de ferro nas mãos [...]. Determinaram que me vestisse e os acompanhasse.<sup>5</sup>

### 1. A fazenda e a prisão: um espaço, uma pesquisa, algumas constatações

O “fechamento” em si é uma característica inerente às instituições totais. Daí a importância da descrição do ambiente prisional como espaço principal para a contextualização da degradação humana e da compreensão sobre a redução dos espaços desse leitor em formação. (GOFFMAN, 1990, p. 73).

Localizados a 25 km do Palácio do Planalto, centro do poder federal, em Brasília, foram construídos os prédios do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, numa área destinada a uma antiga fazenda, vulgarmente chamada de “Papuda”. Conta-se que esse nome se deu em função da deformidade física de uma mulher, habitante da região, que ficou com o “papo” grande, em função provavelmente de bócio. Após a desapropriação da fazenda, foram inauguradas, em 16 de janeiro de 1979, as primeiras unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, inicialmente estruturado para receber cerca de 240 internos. Assim foi que, e para conhecimento geral:

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, inaugura hoje, às 16h, a nova penitenciária de Brasília, na estrada que liga Brasília à cidade mineira de Unaí. Entre as inovações implantadas, com a reforma do presídio, estão os apartamentos onde os presos poderão receber visitas de seus familiares, música ambiente e celas individuais com banheiros. (ARAÚJO JÚNIOR, [s.d.; s.p.]).

---

<sup>5</sup> Trecho do conto “Cela forte”, do livro de mesmo nome, *Cela forte* (2012), de Luís Alberto Mendes, presidiário e escritor que ficou preso por 30 anos em São Paulo.



## Sob a custódia do tempo

A desconstrução desse modelo, aparentemente ressocializador, deu-se num curto espaço de tempo, especificamente em 1986, quando ocorreu a primeira rebelião da Papuda, iniciada pelo protesto de um detento, Edmilson Santana Lima, conhecido como “Gregorinho”, que reclamava da má qualidade da refeição servida e que foi, imediatamente, apoiado por outros detentos (jogados ao ar, pratos e copos deram o tom dessa rebelião). A carta-denúncia, do interno que iniciara o protesto, trazia informações sobre os maus-tratos, as humilhações contínuas e a degradação humana vivenciadas na instituição.

Numa última tentativa de diálogo com o mundo social, antes da sua fuga, Gregorinho entrega uma carta a sua advogada relatando a “guerra civil” instaurada entre administração penitenciária e os internados e, ao final, a frase emblemática não lhe deixava outra saída: “Libera essa pena de morte, não tira o barato com a cara dos outros. Melhor que prender e ficar esculhambando.” Selando, assim, o fim de sua existência – ele foi assassinado horas após sua fuga –, a figura de Gregorinho representa as fraturas inerentes e evidentes dentro de um claro processo de negativas na formação do não sujeito e sua decadência pessoal no sistema penal brasileiro, que, por determinação legal, deve (deveria) ressocializar o detento, reintegrando-o à sociedade.

## 2. A formação do detento-leitor: um sujeito em (re)construção

Uma experiência literária no cárcere subverte todo entendimento acerca de um processo comum de leitura. Muitas são as questões envolvidas na formação desse leitor, desde as relações sociais periféricas, enquanto homem livre, às relações sociais no submundo da prisão. A construção desse terceiro sujeito, produto de uma sociedade extra e intramuros, interfere diretamente na formação de tal leitor, pois se encontra sob a égide da disciplina moduladora de comportamentos associada ao processo de constante de despersonalização.

Já é bem sabido que numa comunidade (livre, normal, regrada) de leitores se necessita diferenciar, colocar e estabelecer a comunicação entre dois lados da relação texto e leitor. O entendimento acerca do efeito do texto e a recepção da obra são momentos condicionados no ato da leitura e desencadeadores do sentido como duplo horizonte: o interno literário, implicado pela obra e o mundivivencial, trazido pelo leitor de uma determinada sociedade (JAUSS, 2002). Do ponto de vista referencial, lado a lado se encontram, tocam-se nesses processos uma teoria da recepção e uma teoria do efeito estético.

Em período de confinamento, o sujeito não encontra na literatura, inicialmente, a sustentação necessária que o conduza a uma interação com o texto. Preencher os espaços (textuais) vazios exige autonomia, e nesse sentido, aos poucos, o tom emancipatório invade a realidade desse destinatário, criando, portanto, um efetivo espaço de liberdade (CANDIDO, 2006). Nesse espaço, leitor e a obra estão intimamente conectados, produzindo, sob tal interação, algo que anteriormente inexistia (ISER, 2002).

A proposta do jogo como representação do processo textual metaforizado dá um novo contorno ao texto, tornando-o um *campo de jogo*, e nesse espaço, autores *jogam* com os leitores. Nessa imagem, o texto apresenta-se como um mundo a ser identificado e, portanto, imaginado pelo leitor, e caberá ao destinatário o empenho em visualizar as várias formas desse mundo, para, por fim, interpretá-las, destacando que nenhuma delas coincidirá como o mundo referencial do texto ficcional. Assim, transgredidas as concepções desse mundo, o texto começa a sofrer modificações, e ao leitor é conferida a possibilidade de entender aquele referencial textual não como realidade expressa, mas como *se fosse* realidade.

A metáfora do jogo traz a ideia de movimento e liberdade, pois se retomam possibilidades do leitor que, no cárcere, são largamente restritivas. Nesse aspecto, as modificações causadas pelas diversas interpretações só serão possíveis a partir da apropriação desse espaço de liberdade e do entendimento desse sujeito enquanto partícipe de tal relação proposta. Note-se, também, que o binômio texto-liberdade/jogo-identidade representa o produto dessa interação, e quando o leitor *alcança*

## Sob a custódia do tempo

uma nova significação, abre-se para ele um novo horizonte de percepção do mundo. Com isso, a literatura se revela um eficaz instrumento contra a alienação, *libertando* o leitor da ignorância – sobre o não lido – e mesmo o *conduzindo* a um processo de reconstrução da cidadania.

Para melhor compor a metodologia aqui proposta – de análise da formação do leitor no cárcere –, foi selecionado um grupo de internos, inicialmente, indicados pela segurança do presídio, com bom comportamento e com acesso às atividades educacionais, portanto, um “grupo privilegiado”, dentro da dinâmica prisional, por não ter o tempo completamente ocioso. A seguir, após essa pré-seleção, foram aplicados 200 questionários, com questões fechadas.

No tocante à análise quantitativa, do público pesquisado, concluiu-se que 95% são oriundos de escolas públicas do Distrito Federal (DF). Nesse ambiente educacional público, geralmente, a motivação à iniciação à leitura parte da premissa de que é necessário o estudo do texto para que o aluno responda a questões pertinentes à compreensão da disciplina de Língua Portuguesa. Nesse sentido, o texto é explorado segundo os aspectos gramaticais, lexicais e outros, gerando, no dia a dia escolar, a mudança de leitor-em-potencial que cede lugar ao aluno-aprendiz. Desenvolve-se, assim, uma espécie de leitura mecânica, com outros propósitos, esvaziando-se o texto de todo o seu, também, conteúdo frutivo.

Da clientela investigada, 94% confirmam que o aprendizado na escola era voltado para aspectos especificamente linguísticos, sendo os textos explorados apenas nesse âmbito. Constatou-se, ainda, que durante a adolescência, os então jovens (agora presos) pouco se interessavam pela escola e pela leitura, passando o tempo utilizando drogas e cometendo pequenos furtos.

Já foi, e ainda é, por demais estudado que na primeira infância é fundamental a presença de um leitor na família, alguém que estimule a criança e a coloque em contato direto com o livro. Com tal objetivo, mesmo que inconscientemente, “se conseguirmos fazer com que a criança tenha sistematicamente uma experiência positiva com a linguagem [...], estaremos promovendo o seu desenvolvimento como ser humano”.

(BAMBERG, 1987, p. 11). Note-se, também, que se quando criança o preso não tinha o hábito de leitura em casa, a família, na prisão, passa a ter um papel fundamental na formação desse novo leitor, pois cabe à família a responsabilidade de levar livros para o interno que, depois e com a concordância dele, serão doados para a biblioteca da instituição a fim de serem “utilizados” pelos demais presos.

Como mais um dado obtido, o estímulo à leitura faz parte da realidade familiar de 44% do grupo pesquisado, todavia, sendo predominante a televisão, como veículo disseminador de conhecimento para 56% deles, que é vista como entretenimento, com o objetivo de ocupar a criança em casa.

A literatura, no contexto prisional, apresenta-se como espaço de resistência pacífica e produtiva diferente de todo aquele quadro de ócio, submissão e prisionização vivenciado pela grande maioria dos detentos. Com efeito, a prática da leitura conduz a essa compreensão do mundo ao nosso redor e percepção de quem, de fato, somos. Nesse sentido, no momento da compreensão da própria existência, o livro surge como instrumento de interação do indivíduo com o meio e dessas relações existentes (MANGUEL, 1997).

No universo carcerário os conceitos relacionados à prática de leitura se diferenciam dos conhecidos na sociedade externa. Basta saber que é considerado um leitor com baixa frequência de leitura todo aquele que lê, em média, dois a três títulos mensalmente, o que se relaciona a, aproximadamente, 61,11% do grupo pesquisado. É relevante saber ainda que, por sua vez, o indivíduo considerado um leitor assíduo lê mais de quatro títulos, o que representa 8,89% dos internos. Somados os dois percentuais, constata-se que 70 % têm o hábito de ler em média dois a quatro livros, mensalmente, o que representa um alto percentual de leitores assíduos.

Quanto à relação de interesse pela leitura associada ao ambiente prisional, percebe-se que há um aumento da leitura para 52,38%. Desse dado, pode-se inferir que já se tinha um público leitor formado, antes da prisão, mas o confinamento intensificou esse hábito de leitura. Constatou-se, ainda, que a maioria lê em média quatro livros por mês, e aqueles que não leem relacionam esse fato à ausência de

## Sob a custódia do tempo

orientação e à falta de estrutura psicológica pessoal, devido à prisão. Também se constatou que, quanto às preferências de leitura, a maioria apontou o gosto pelos livros de ficção, como os policiais e de aventuras.

Observando-se a frequência das repostas, constatou-se que a literatura, além de ser vinculada ao conhecimento, também significa a possibilidade de se escrever melhor e ter sucesso profissional. Ainda, uma parte significativa do grupo acredita que uma pessoa bem informada se torna menos agressiva e, conseqüentemente, relaciona-se melhor com os outros. Verifica-se, também, no discurso do interno, a visão da literatura como uma maneira de “se acalmar”, diminuindo a tensão do ambiente prisional. Afinal, como apontado pela maioria, a literatura tem como exigência o “estar consigo mesmo”.

Enfim, como referendo conceitual a uma conclusão possível a partir da pesquisa desenvolvida, a leitura rompe com as possibilidades de alienação do sujeito e da modulação do seu pensamento. Nesse aspecto, destaque-se que os elementos moduladores se impõem sobre os comportamentos e as vontades como indicadores da boa convivência. Destaque-se, também, o processo de “desculturamento” a que o indivíduo é submetido numa *instituição total* como a prisão, ou seja, após uma longa estada distante do mundo exterior, ele demonstra incapacidade de enfrentamento de alguns aspectos da vida diária (GOFFMAN, 1990). Assim, é preciso ressaltar a importância da leitura no cárcere como processo de vivificação do indivíduo que, por alguns momentos, parece se desconectar daquela realidade e se sentir parte integrante de outras realidades. As possibilidades de ausência ocorrem por intermédio da televisão, dos livros e, infelizmente, claro, das drogas. A leitura, no entanto, não apresenta apenas esse aspecto de *ausência*, *alheamento*, mas permite que o preso se afaste desse mundo associado ao crime, aumentando sua capacidade crítica e o contato com outra realidade – daí seu possível efeito ressocializador.

No cárcere, portanto, a apropriação do espaço de leitura está intimamente ligada à possibilidade de estar sozinho e mesmo de ter um momento de prazer, para 25% deles. De estar sozinho, sentindo prazer, e de pelo menos nesse instante, na cela, o

detento não compartilhar o seu espaço de leitura com muitas pessoas – corrobora tal afirmação o percentual que dá conta de que 19,62% desses indivíduos entenderem a prática de leitura como uma maneira de se refugiarem. Ainda, verifica-se que a leitura está associada ao conhecimento e ao desenvolvimento da escrita para 50% e 55% deles, respectivamente, demonstrando, também, a preocupação da ampliação no seu horizonte de formação. Um outro dado interessante, por fim, é a representação do ato de ler, também, como “uma necessidade” para 14,42% deles.

Desses dados apresentados, e aqui analisados sem maior profundidade teórico-tecnista, face ao objetivo deste livro – *comunicar-apresentar uma dada realidade leitora também existente em nossa sociedade* –, o confinamento impõe sobre o indivíduo a necessidade de “imaginar-se livre”, ter a sensação de “estar solto no ar” e, “como pássaro, acreditar que aquelas grades são, sim, suavemente transponíveis”.<sup>6</sup> No geral, percebe-se, no contato com esses leitores-presos, que todos os valores introjetados nesse ambiente e que inevitavelmente parecem querer aniquilar o que há ainda de humano no indivíduo, são anulados ou não sobrevivem por muito tempo, frente à autoconsciência e ao processo de reconstrução de identidade social que pode, sim, ser recuperado também por intermédio da literatura. É o que nós dois, autores desta obra, acreditamos. E decididamente aqui defendemos.

---

<sup>6</sup> Trechos de textos dos detentos.



# Introdução

*Os inimigos da vida torcem o nariz diante da narrativa crua, da expressão áspera. Querem que se fabrique nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende. Põem essas almas longe da terra, soltas no espaço. Um espiritismo literário excelente como tapeação. [...] A miséria é incômoda. Não toquemos em monturos. [...] São delicados, são refinados, os seus nervos sensíveis em demasia não toleram a imagem da fome e o palavrão obsceno. Façamos frases doces. Ou arranjemos torturas interiores, sem causa. [...] E a literatura se purificará, tornar-se-á inofensiva e cor-de-rosa, não provocará o mau humor de ninguém, não perturbará a digestão dos que podem comer. Amém.*

Graciliano Ramos

(em carta, abril de 1937, três meses após sair da prisão.)

Vários pesquisadores têm se dedicado a estudos referentes ao sistema prisional brasileiro e às várias nuances de encarceramento, considerando a problemática em torno da violência e o crescimento da criminalidade que suscitam discussões sobre o recrudescimento das leis e, conseqüentemente, uma ainda maior exclusão social do delinquente. No entanto, e efetivamente, muito pouco se conhece da dinâmica interna real dos presídios e mesmo da rotina do interno, enquanto elementos que amplificam o sentido dessa exclusão. No geral, sabe-se que a superlotação e a ausência de políticas públicas são fatores integrados e fortemente complicadores – no esperado, e sistematizado, processo de ressocialização – que conduz o interno (indivíduo social) ao ócio quase que obrigatório. A pesquisa investiga o lugar da literatura na praxis diária de unidades prisionais do DF e as relações do detento com a prática da leitura.



## Sob a custódia do tempo

Em trabalho anterior de pesquisa realizada com apoio da Universidade de Brasília (UnB), no Departamento de Teoria literária e Literaturas, sobre a relação entre esse tempo ocioso na prisão e literatura, observou-se que o grupo de internos participante da pesquisa, em sua maioria, ao se deparar com a proposta de leitura de *O cobrador*,<sup>1</sup> livro de contos de 1979, de Rubem Fonseca, demonstrou descontentamento na leitura devido, segundo eles, aos textos tão cercados de violência. Assim, solicitaram a imediata troca daquele “tipo de leitura” por outro texto, de preferência mais ameno e simples, como algum texto de Paulo Coelho.

Ao longo do processo de pesquisa, causou certo estranhamento verificar que aquele público gostasse de uma “leitura tão mais amena”. Nesse sentido, avaliou-se que talvez a ideia que a “sociedade livre” tenha construído em torno desse grupo de leitores fosse equivocada. Levantou-se, ainda, outra hipótese: talvez fosse uma tentativa, de certa maneira engenhosa, do grupo influenciar a própria concepção acerca da imagem do indivíduo encarcerado e, conseqüentemente, do leitor, naquele estrito ambiente prisional.

A previsibilidade do pré-julgamento que a sociedade costuma fazer em torno de indivíduos em conflito com a lei é desanimadora e contrasta com aquele sentimento de que “alegra uma alma saber-se acreditada”. (DOSTOIÉVSKI, 2008). Assim, em análise preliminar do comportamento desse leitor preso, tal olhar cético predomina frente à realidade carcerária do Brasil; no entanto, em análise mais aprofundada, poderia ser uma resposta ao quase geral desconhecimento acerca do mundo da prisão. Sob tal contexto, e à luz da literatura, um estudo instigante se faz necessário, possibilitando conhecer melhor aquela sociedade e pessoas não apenas sob o viés sociológico, mas com um olhar a partir de práticas literárias de uma clientela específica – presidiários do sistema prisional do DF.

---

<sup>1</sup> Em 10 contos, o autor prova sua qualidade literária ao escrever narrativas curtas. Os textos tratam de amor, pedofilia, guerras, advogados, revoltas conta a sociedade, sempre de maneira direta e ácida.

A prisão, enquanto representação da sociedade e entendida como *instituição total*, caminha em direção contrária à contemporaneidade e seus clamores, por vezes tendenciosos, de respeito às leis gerais e aos espaços individuais. Nessa instituição, observa-se que, e devidamente apartado da sociedade, o interno se torna refém do tempo – ficando totalmente sob sua custódia – e cumpre a sentença máxima, inapropriadamente ampliada além de sua sentença temporal, de refletir sobre todos os crimes cometidos a fim de expiar sua culpa (FOUCAULT, 1997). Nesse ambiente a solidão, causada pelo afastamento social do “mundo *dos livres*”, acaba tendo como espécie de propósito conciliador (consigo mesmo) ser um instrumento positivo para a mudança, o que suscita, geralmente, um estranho sentimento entre a reflexão e o remorso.

Tomando-se o conceito da prisão como *metonímia do mundo* (CANDIDO, 2006), é possível entendê-la como uma sociedade com características bastante comuns à sociedade *dos livres*, ainda que estabelecidas sob normas, regras, leis e ética muito próprias. Como representação literária desse mundo segregado, Graciliano Ramos, no seu *Memórias* (1953), testemunha um momento ímpar da história do Brasil – a ditadura militar da Era Vargas (1930-1945). Numa “descida aos infernos”, o escritor é preso e descreve como o país vivia sua grande prisão: marcas poderosas da tutela de um regime totalitário. Silenciados pelo poder do Estado, os intelectuais conviviam com suas penas, dúvidas, medos, e com Graciliano não foi diferente. Ele até pensava que melhor do que estar naquela grande prisão a céu aberto – o mundo, a vida –, seria estar preso de fato, pois assim estaria livre das responsabilidades, dos problemas conjugais e com todo o tempo para a feitura de suas obras.

Esse é o fio condutor para a pesquisa realizada: o de entender, sob a crítica visão socioliterária de Graciliano Ramos, o mundo como prisão e conhecer a prisão como mundo. No *Memórias*, o autor afirma que o indivíduo está preso à sintaxe gramatical ou à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sem poder se mexer entre esses espaços, relativizando o conceito de “liberdade”. Dessa maneira, entende-se que a liberdade surge na literatura, na possibilidade de “se encontrar” consigo mesmo e com o mundo. Para tanto, os labirintos percorridos por Graciliano nos porões da

## Sob a custódia do tempo

ditadura servirão de mapas para o entendimento dessa sociedade, a dimensão do tempo e o espaço da prisão.

À sombra de suas próprias limitações psicológicas, ao lado de preconceitos pessoais, Graciliano fez o possível para entender aquelas pessoas presas e, assim, procurou “penetrar-lhes na alma” (RAMOS, 2008), sentir suas dores e, por que não, admirá-las? Nessa atitude, segundo Bueno (2008), há, por assim dizer, um arqueamento, partindo da observação do mundo que pode chegar ao escrutínio milimétrico do “eu”. A experiência no cárcere possibilitou ao escritor fazer uma sondagem psicológica desses homens, pois

[...] a prisão atirou-o nessa franja de inferno que cerca a nossa vida de homens integrados numa rotina socialmente aceita; franja que em geral só conhecemos por lampejos, e da qual nos afastamos, procurando ignorá-la, a fim de pacificar a nossa parcela de culpa. (CANDIDO, 2006, p. 125).

Na esteira do tempo, constata-se a contemporaneidade do *Memórias do cárcere* com a realidade prisional brasileira. Pela relevância histórica da obra e pela marca do testemunho estetizado literariamente, muitos estudos têm sido dedicados a Graciliano e suas memórias; no entanto, no âmbito da pesquisa aqui apresentada, importa ampliar os horizontes sociais sobre os submundos da prisão.

No primeiro capítulo será analisada a origem da prisão e aplicação da lei sobre o corpo do condenado, alvo principal da punição. Verifica-se que a ideia de justiça se contrapõe ao encarceramento, porque, de fato, ressalta-se o tempo como pagamento da dívida social. Para tanto, serão consideradas argumentos de alguns autores sobre tais temáticas, entre eles Foucault (1997) e Goffman (1990).

No “pagamento” da dívida social, o tempo é o maior carrasco do indivíduo no cárcere, enquanto “local” que fica cravado nessa zona periférica da sociedade *dos livres* (CHIES, 2008). O tempo é sentido física e socialmente, marginalizando ainda

mais o indivíduo que caminha, assim, na contramão do seu tempo, estabelecido entre normas consensuais de convívio e ética. Dostoiévski, em suas *Recordações da casa dos mortos* (1849), deixa implícito o processo descendente da prisão, que tem como principal consequência a segregação e degradação do indivíduo, constantemente “rebaixado” a um ritmo desacelerado, desprogramado para a vida dita, assim, “normal” – a que vivia, antes de ser preso. Ainda discorrendo sobre o mundo da prisão, ressaltam-se a disciplina do corpo e a vigilância como elementos moduladores das vontades. Ao final desse capítulo, configurados o indivíduo, o espaço e o tempo imbricados na história das prisões, apresentam-se as prisões brasileiras sob a óptica de Loïc Wacquant (2001) e os efeitos da prisionização e discussões sobre a eficiência institucional do encarceramento.

O segundo capítulo trata da representação literária do mundo da prisão por meio do livro *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, destacando a força de seu testemunho cotejado com a realidade carcerária dos anos de 1930, o que permitiu visualizar o cenário político da época e o corpo mais uma vez como resultado do trauma vivenciado na prisão. A dicotomia entre poder e justiça nas lembranças do autor ainda menino, em *Infância* (1945), reverbera no homem como extensão dos abusos sempre vivenciados por Graciliano. Assim, sua infância leva à compreensão do homem e de suas relações com o poder – mais um passo para o entendimento da alma dos criminosos que tanto chamou a atenção de Graciliano. Nesse sentido, a humanidade que o escritor não encontrava naquela “sociedade livre” ele a encontrou na prisão. Dessa maneira, serão analisados personagens e momentos marcantes na narrativa que evidenciam a relativização do conceito de “humano” no espaço do cárcere. Encerra-se o capítulo com a análise da despersonalização do sujeito na instituição total e a relação da literatura como possibilidade de resgate de identidade.

Entrelaçados pela lei e pelas letras estão o primeiro e segundo capítulos, que apresentam o mundo da prisão como uma velha leitura e na intimidade da escrita de Graciliano. Pretende-se, com tal amarração textual, que o leitor possa sentir a

## Sob a custódia do tempo

realidade da prisão, a sensação de perturbação e sofrimento causados pela ausência de liberdade e sua contínua vigilância.

No terceiro capítulo, observa-se o elemento que realiza a intersecção entre esses dois mundos: a literatura e como nele se situa o leitor, também preso. Inicialmente, busca-se compreender o *locus* da pesquisa – o sistema prisional do DF e sua história contada entre mitos e verdades no processo de ressocialização, corroborada pela ausência de atividades e ócio como grande companheiro do internado. Nessa perspectiva, pode-se verificar que a literatura se apresenta para o preso como espaço de liberdade e como elemento relativizador do tempo. Considerando os estudos topofólicos de Gaston Bachelard (1993), demonstra-se o conflito da ideia de casa associada à permanência na prisão e a leitura como alternativa para um novo *habitat*. A partir da concepção de Wolfgang Iser (2002), pode-se entender o leitor como sujeito ativo no processo de leitura e como possível transformador dessa realidade adversa.

Outro aspecto interessante na investigação são as nuances da experiência de leitura, a partir da leitura de gênero social: leitores e leitoras. A compreensão do sujeito em confinamento como indivíduo capaz de ser integrado à sociedade é o grande princípio da ressocialização. A literatura como uma atividade *intracárcere* conduz o indivíduo a essa percepção de si mesmo, o que torna tal variável às vezes perigosa, levando o gestor ao monitoramento da sua utilização. Enfim, “a palavra é uma arma, e pode ser usada para o bem ou para o mal: a culpa do crime nunca é do punhal”. (GALEANO, 1990, p. 9).

Compreende-se, portanto, a discussão em torno da seleção prévia dos títulos a serem autorizados. Nesse capítulo, a literatura é avaliada como porta para o conhecimento e/ou instrumento de manipulação. Ao final do capítulo, estuda-se a relação entre literatura e categorização do leitor, segundo a relação da tipificação penal com a experiência literária. Ainda, considera-se que a prática de leitura se desenvolve de acordo com a comunidade de leitores e os crimes cometidos.

Dado que o objetivo da pesquisa era analisar a formação do leitor nas prisões do DF, mais especificamente, pretende-se conhecer o significado da literatura no

espaço de confinamento, saber quais as principais motivações, o modo, a frequência de leitura dos presos e, também, verificar a acessibilidade ao acervo e salas de leitura, além de identificar as possíveis dificuldades enfrentadas para realização da leitura. A partir dessas considerações sobre o comportamento do leitor, pretende-se estabelecer as relações entre a literatura, a variável tempo e a tipificação penal.

Para tanto, consideraram-se como amostra leitores de livros literários, e não leitores de livros para fins didáticos. Tal opção se deveu à percepção da literatura como possível instrumento de liberdade, e não como prática obrigatória na apreensão de um dado conhecimento formal. Quanto à metodologia utilizada, centrada em abordagem qualitativa e quantitativa, ela se desenvolveu em quatro fases distintas – as duas primeiras seguiram uma abordagem qualitativa e as duas fases finais, uma abordagem qualitativa:

- a. Fase I (2º semestre de 2010):** inicialmente, a pesquisa foi feita com um grupo de 90 internos do Bloco E e cinco internos do Bloco F, por intermédio de questionários aplicados em dois extremos da exclusão no cárcere: o primeiro grupo, com atividade escolar e o segundo grupo, excluído da massa carcerária por problemas de convivência, liderança negativa ou crimes sexuais.
- b. Fase II (1º semestre de 2011):** pesquisa realizada em oficinas literárias com 90 internos do Bloco E, prédio onde se localiza a escola.
- c. Fase III (2º semestre de 2011):** pesquisa realizada com o formato de oficinas de pintura com 13 internos do bloco "D", internos sem nenhuma atividade educacional ou laborativa.
- d. Fase IV (2º semestre de 2011):** pesquisa realizada com 30 internas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, no formato de rodas de conversa. Nessa fase, houve a participação de estudantes do curso de Graduação de Direito da UnB.

## Sob a custódia do tempo

A coleta de dados possibilitou encontrar respostas para algumas dúvidas e compreender que havia mais perguntas a serem feitas e, conseqüentemente, mais descobertas a serem compartilhadas. Para a coleta de dados quantitativos, foi utilizada técnica de documentação direta, ou seja, dados estatísticos em registros oficiais. Para a coleta de dados qualitativos, foram realizadas oficinas, entrevistas e questionários. O método de abordagem adotado é o hipotético-dedutivo, no qual se defende o aparecimento do problema e da conjectura, em primeiro lugar, que, logo depois serão testados pela observação e experimentação (LAKATOS; MARCONI, 1993).

Para análise de dados, os procedimentos foram quantitativos e qualificativos, a saber que o método quantitativo se caracteriza pela utilização de técnicas estatísticas para tratamento dos dados. Por sua vez, a modalidade qualitativa se preocupa em analisar aspectos mais profundos do comportamento humano numa análise mais detalhada, a partir de investigações, hábitos e tendências (LAKATOS; MARCONI, 1993). Foram escolhidas as abordagens quantitativa e qualitativa com o objetivo de apresentar um painel mais completo sobre o perfil do preso do sistema penitenciário brasileiro e o comportamento do detento-leitor do DF.

Para o tratamento dos dados qualitativos, seguiu-se a perspectiva de análise relacional teórica por se tratar de investigação de textos, imagens e entrevistas. Assim feita, a perspectiva da análise de conteúdo possibilita ao pesquisador transpor a barreira das incertezas no tratamento dos dados qualificativos, a partir da associação da descoberta do questionamento ao rigor científico inerente à investigação. Nesse sentido,

[...] o conhecimento científico é sistemático [...] caracterizado por um conjunto básico de hipóteses particulares comprovadas, ou princípios fundamentais, que procura adequar-se a uma classe de fatos, constitui uma teoria; dessa forma, toda ciência possui seu próprio grupo de teorias; [...] (LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 37).

Na proposta inicial de oficinas literárias, o objeto de pesquisa era o leitor e o papel da literatura no cárcere sob a óptica do indivíduo em confinamento, mas, aos poucos, observou-se que existia outro objeto, intrinsecamente, ligado à investigação: a própria instituição e seus representantes. A quebra da rotina da prisão e a reação as atividades de leitura permitiram lançar outro olhar que aqui merece ser investigado, portanto, ao longo de quase dois anos de pesquisa, entre junho de 2010 e maio de 2012, foram ainda entrevistados 14 representantes do sistema prisional do DF e um representante do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Foram realizadas entrevistas com o objetivo de compreender melhor a dinâmica das unidades prisionais e de, a partir dessa compreensão, interagir melhor no espaço destinado e com o grupo a ser pesquisado.

Num primeiro estágio da pesquisa, foram realizadas perguntas abertas para dar vazão a uma gama maior de possibilidades de respostas e seu desenvolvimento durante as entrevistas. A convivência e a frequência no local permitiram fazer entrevistas não padronizadas em conversas nos corredores que davam acesso aos espaços internos da prisão ou mesmo durante a espera para liberação dos internos.





# Prisão: A leitura de um velho mundo



1

*Do pássaro prefiro o voo ao canto, porque nem todo o canto é de felicidade, mas todo o voo é de liberdade.*

(Frase anônima, escrita numa cela da PDF 1)

O encarceramento, ao longo da História, parecia representar um avanço no tratamento do indivíduo transgressor da lei. Numa projeção histórica, sob o aspecto temporal e espacial, observa-se como o corpo foi modulado, segundo as normas de uma sociedade disciplinar. São vários os instrumentos de coerção e as várias tentativas de aprimoramento desses métodos, considerando que, se o tempo se revela como mecanismo moderno de exclusão, no entanto o pagamento social da dívida não resulta na salvação do preso (FOUCAULT, 1997). Nesse sentido, o tempo não aperfeiçoou o enclausuramento como medida exata para a reinserção social do indivíduo e, portanto, como numa velha leitura, a prisão continua a representar o símbolo extremo de segregação humana, mas ainda se apresenta como única alternativa à punição.

## **1. Dos castigos corpóreos às penas privativas de liberdade: o corpo como alvo**

Do lado de lá dessa saída virtual o claro mundo da liberdade. Do lado de cá o nosso mundo, em análogo àquele que por isso nos parecia uma ilustração de livro de fadas. Aqui um mundo bem outro,

## Sob a custódia do tempo

regido por estatutos, disciplinas, horários específicos; uma casa para cadáveres vivos; uma vida à margem; e homens de vivência muito outra. É este desvão tão diferente da vida que ora me proponho a descrever, tal como é. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 21).

Direcionado o olhar para a prisão, sob a ótica de grandes escritores da literatura universal, como Graciliano Ramos (1892-1953) e Fiodor Dostoiévski (1821-1881), entende-se por que há a permanência do adjetivo “velho” em contraposição ao movimento de ebulição constante na sociedade, com perspectivas de transformações e possibilidades de avanço inerentes à modernidade. Observa-se ainda, como num binóculo em posição invertida, um sistema em decadência que, desde o nascimento, foi norteador pelas relações de poder e por uma racionalidade distante, no geral, de processos de maturação.

A dialética existente entre o conceito temporal de *novo* e *velho* no mundo da prisão reverbera nos testemunhos desses escritores, temporariamente em confinamento, elencados em várias etapas da história humana, pois se verifica que inexiste a progressão conceitual entre os adjetivos “novo” e “velho”, num sentido lato de evolução, mas, notadamente, constata-se a forte presença do substantivo “prisão” como espaço de segregação. Portanto, a concepção da prisão e os seus desdobramentos contemporâneos registram indicadores da ineficácia do sistema penitenciário e da conseqüente vulnerabilidade a que o indivíduo encarcerado é submetido.

Percebe-se nessas obras a projeção de vozes de grupos marginalizados, a partir da percepção do ponto de vista do escritor, do seu olhar sobre essa realidade e sobre as relações sociais estabelecidas num espaço de degradação humana. Destaca-se, nessas ideias, a função social da literatura que por meio da palavra reconta a vida, recriando a realidade na relação do homem com o mundo e com seus pares. Enfim, a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como introdução a uma práxis que é socialmente condicionada (CANDIDO, 2000b). Pode-se tomar como exemplo o testemunho de já citados grandes escritores como

Dostoiévski, que preso em 1849 na Sibéria escreveu suas recordações de uma “casa de mortos”, em que retratava “um mundo desconhecido, uma sociedade de decaídos”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 17). A construção do discurso literário em *Recordações da casa dos mortos* dialoga com a dura vivência de Graciliano Ramos em seu *Memórias do cárcere*. Fato: um século depois e a história das prisões ainda continua a mesma e mesmo em certo estágio, pode-se bem dizer, de incontida putrefação.

Uma questão importante se impõe: não foi possível perceber no processo de encarceramento um amadurecimento do modelo institucional e de seus meios coercitivos. Dostoiévski adverte que se tratava de um mundo novo e completamente desconhecido, assim, “isso é presídio, é uma tarefa de paciência”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 23). Pela leitura, é latente na malha textual da narrativa a dicotomia entre “o mundo novo” e o exercício de “paciência”, transformando os fatos numa escritura que aproxima o mundo do texto ao mundo real.

O tempo não fez desse novo espaço *locus* de experimentação e aprendizagem. Sem avanços, prosseguiu tal qual o próprio Sísifo,<sup>1</sup> condenado a levar a pedra até o cume da montanha e vê-la rolar novamente para baixo. Estabelece-se, portanto, o mesmo processo de inércia com o sistema penitenciário, que parece estar sempre num movimento de constante e difuso recomeçar.

Nota-se que dos suplícios à pena privativa de liberdade, ao longo da História, a sociedade conheceu as formas mais cruéis de punição do indivíduo, e somente em meados do século XVIII vê surgir no processo punitivo um elemento de caráter aparentemente humanizador.<sup>2</sup> Aos poucos, decidiu-se suprimir das ruas as sentenças

---

<sup>1</sup> Personagem da mitologia grega que desafiou os deuses e recebeu a punição de, por toda a eternidade, empurrar uma pedra de uma montanha até o topo e, lá chegando, a pedra então rolaria para baixo e ele teria que começar tudo de novo. Sísifo foi condenado a uma tarefa sem sentido mas, mesmo assim, continuou a executá-la diariamente.

<sup>2</sup> A violência exposta sobre o corpo do condenado em espaços públicos causava horror à população que assistia à punição como violência institucionalizada. Dessa forma, a clausura surge como possibilidade de humanização do processo, no que tange a compreensão do sujeito da pena imposta e da necessidade de adaptar-se à vida social.

## Sob a custódia do tempo

e os espetáculos de horror, no entanto, observa-se ainda que o alvo da lei continua sendo o corpo do apenado, que é submetido a todo o tipo de degradação. Assim,

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris (onde se devia ser) levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisa, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atezado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 1997, p. 9).

Retomando a evolução histórica das prisões, na Era Clássica era evidente a preocupação do soberano com o controle do território e a manutenção das atividades de confisco, portanto, o suplício tinha seu caráter jurídico e, sobretudo, o ritual tinha seu aspecto político. O Direito exigia uma reparação do dano causado não só a outrem, mas entendia a falta do criminoso como violação da lei que era considerada uma vontade do rei. A vítima imediata não era razão para punição da transgressão, mas a força do príncipe que era colocada em xeque por seus súditos. Assim,

[...] o castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; deve haver sempre na punição pelo menos uma parte, que é a do príncipe; e mesmo quando se combina com a reparação prevista, ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime. (FOUCAULT, 1997, p. 42).

Dessa maneira, o castigo aplicado tinha relação direta com a vingança do soberano diante da afronta cometida contra a sua pessoa, num sistema que a representação da vítima e a possível reparação do dano sofrido cedem lugar à necessidade de punição exemplar a todo aquele que violasse a lei. Nesse período, no castigo corpóreo estavam presentes elementos de poder e autoridade real, e, numa organização ritualística, os suplícios eram exibidos como forma do triunfo da lei e de apropriação do corpo do condenado onde era impressa a marca da superioridade e do domínio do soberano sobre a vida de seus súditos.

Era claro que o arcabouço teatral que envolvia o supliciado e o seu carrasco, configurados naquela cena como vilão e mocinho, passava a ter nova conotação para o povo diante da indecorosa necessidade de sofrimento em exaustão. Os atores no patíbulo que tinham impressos em suas condutas a marca do bem e do mal transformavam a legalidade do executor em violência institucionalizada, e o sofrimento descomunal do condenado era considerado pelo público como “desnecessário”. Dessa maneira se inverteram os papéis: os atores foram igualados em selvageria, e todo o horror do crime desencadeado pelo condenado parecia reproduzido no comportamento do seu carrasco naquele rito de punição.

Não obstante tal situação, ainda eram conjugadas às penas de suplício as penas acessórias: exposição, coleira de ferro, roda, açoite, marcação com ferrete, além do banimento, que era a reclusão em hospital. Nem mesmo aos doentes era permitida a retirada dos grilhões. As experiências memorialísticas de Dostoiévski carregadas de dor, das injustiças vividas (e vívidas) em suas lembranças, reforçam a compreensão do uso dos grilhões em doentes, uma vez que pesavam cerca de cinco quilos e poderiam definhar a musculatura das pernas ao fim de alguns anos, o que serviria, portanto, para impedir uma fuga.

Atravessava por essa prática a representação simbólica da punição: “a grilheta vale como símbolo de infâmia, de vergonha, como estigma físico e moral pregado num homem”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 18). Segundo dados, o banimento representou, entre 1755 e 1785, cerca de 50 % das penas aplicadas, que poderia,

## Sob a custódia do tempo

além disso, ser acompanhado por exposição pública e pela marcação com ferrete (FOUCAULT, 1997). A função de tais penas não era a de reconciliar o condenado à sociedade, mas a de ser marca emblemática do crime, ou seja, a representação da segregação a que fora condenado dali em diante. Era então que

[...] o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. (FOUCAULT, 1997, p. 31).

A barbárie representada pelo patíbulo, o pelourinho, a roda e o chicote, aos poucos, foram substituídos por métodos menos violentos ao corpo do condenado. A confissão pública seguida pelos escárnios e injúrias do público foi abolida na França em 1791, o pelourinho foi abolido da Inglaterra em 1837 e a marca a ferro quente, em 1834. A Rússia, Inglaterra e Prússia mantiveram o uso do chicote como instrumento de punição ainda por mais algum tempo. Nas suas recordações, Dostoiévski destaca que o castigo por flagelação era bastante utilizado à época, e observa que mesmo que robusto, um homem não conseguia suportar mais de 500 (!) chibatadas. Dessa maneira, muitas vezes o castigo era dividido em dois momentos para não matar o prisioneiro, e todos, numa atitude solidária, compreendiam por que na véspera esse prisioneiro ficava calado, sem dizer uma palavra, preferindo não conversar.

A ideia de sofrimento contínuo, da multiplicidade da dor como elemento de vingança, serviu de propósito para tornar o processo de punição uma experiência de arrependimento, na qual o condenado participava vagarosamente em cada etapa, até que finalmente de sua existência não sobrasse nenhum vestígio. Assim, “homens, há, que como os tigres lambem o sangue” (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 208); e nesse ritual, a perversidade e o prazer faziam dos aplicadores do castigo seres semelhantes

ao emblemático Marquês de Sade,<sup>3</sup> praticamente estonteados pela mistura inglória, não para eles, de sangue e poder.

A plasticidade da cena do castigo corpóreo, meticulosamente calculada, segundo a medida da culpa do criminoso, de maneira distorcida, nesse momento, servia como compensação social do mal cometido. O mecanismo de punição era exemplar, mas demasiadamente severo, então, com o objetivo de reduzir “as mil mortes”,<sup>4</sup> definiu-se a execução capital como uma nova forma de punição mais justa. Nela,

[...] o famoso artigo 3º do código Francês de 1791 – “Todo condenado à morte terá a cabeça decepada” – tem estas três significações: uma morte igual para todos (os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe ou condição do culpado, dizia a moção votada, por proposta de Guillotim, a 1º de dezembro de 1789); uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios “longos e conseqüentemente cruéis”. (FOUCAULT, 1997, p. 15).

Retomada durante a Revolução Francesa (1789-1799) pelo médico francês Joseph-Ignace Guillotin<sup>5</sup> como método mais eficiente e humano de punição, a

---

<sup>3</sup> Donatien Alphonse François de Sade, o Marquês de Sade (Paris, 2 de junho de 1740-Saint-Maurice, 2 de dezembro de 1814), foi um aristocrata francês e escritor libertino. Muitas de suas obras foram escritas enquanto estava na Prisão da Bastilha, encarcerado diversas vezes, inclusive por Napoleão Bonaparte. De seu nome surge o termo médico *sadismo*, que define a perversão sexual de ter prazer na dor física ou moral do parceiro ou parceiros.

<sup>4</sup> “As mil mortes” se revestem da ideia de uma morte lenta, com requintes de crueldade do carrasco, que tinha o objetivo de fazer durar o sofrimento do condenado. Esquartejavam, abriam feridas, derramavam enxofre quente; várias técnicas eram engenhosamente trabalhadas, para que o criminoso fosse dado em espetáculo público como exemplo de punição a todos que praticassem atos infracionais.

<sup>5</sup> Foi Guillotin (1738-1814) que sugeriu o uso deste aparelho na aplicação da pena de morte. Guillotin considerava este método de execução mais humano do que o enforcamento ou a decapitação com um machado. Na realidade, a agonia do enforcado podia ser longa, e certas decapitações a machado



## Sob a custódia do tempo

guilhotina surgiu como proposta de redução do contato com o corpo do condenado, eliminando a tortura – o dilaceramento da carne. A exposição pública, assim, era considerada um instrumento apropriado para a aplicação da punição. Evitavam-se os prolongados momentos de suplício. Em questão de instantes a lei era cumprida e o condenado finalmente punido, sem que houvesse a sujeição do seu corpo a medidas cruéis. Nesse novo mecanismo, o papel do carrasco foi reinventado: passou a meticuloso relojoeiro e suas mãos só definiam a hora da morte.

Toda a transformação no funcionamento dos mecanismos punitivos não extinguiu o processo de tortura sobre o corpo, reduzindo apenas o tempo dessa “arte de fazer sofrer” e, nos períodos de 1760-1840, no sistema penal francês, ainda resistia a prática da dor como elemento intrínseco ao processo legal de punição. Seguindo, no fim do século XVIII e início do século XIX, desaparece o corpo como alvo principal de punição, sendo abolidas todas as formas de suplício das engrenagens mecânicas desse ato, e as marcas violentas da necessária punição do estado sobre o sujeito, notadamente, já pertenciam ao Antigo Regime.

Compatível com o Estado Moderno, o encarceramento do indivíduo surgiu como possibilidade de pôr fim à pena de morte e às etapas anteriores de extrema tortura física impingidas sobre o criminoso. Nesse novo “modelo”, o objetivo passa a ser a salvação da alma do condenado, “pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. (FOUCAULT, 1997, p. 18).

Em face de tais transformações, destaca-se que nesse novo método coercitivo o castigo deveria ferir mais a alma do que o corpo e a prisão, apresentada como a pena das sociedades civilizadas, sem imposições violentas, considerada como uma forma racional de punição. Nesse mecanismo o objetivo passa a ser a transformação dos

---

não cumpriam seu papel ao primeiro golpe, o que aumentava consideravelmente o sofrimento da vítima. Guillotin estimava que a instantaneidade da punição era a condição necessária e absoluta de uma morte decente. Mas não foi ele o inventor desse aparelho de cortar cabeças, usado muitos séculos antes.

indivíduos em pessoas mais dóceis e úteis à vida social, produzindo uma reparação do dano praticado de maneira uniforme, igualitária, segundo uma variável de tempo.

Fundamentada na simples “privação de liberdade”, a prisão assumiu o papel de transformar os indivíduos, treiná-los, adequá-los e redirecioná-los ao corpo social. A ociosidade, no entanto, conduzia o sujeito a seus piores instintos e, assim, “sem trabalho, sem horário de serviço, o homem não se sente mais homem, vira animal, desajusta-se por completo”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 29).

Impregnada desse caráter mais humanizado, a prisão rapidamente foi admitida como técnica ideal para correção de comportamentos inadequados, assim como a prisão canônica na Idade Média. Nesse período, a Igreja acreditava que uma maneira de corrigir os comportamentos inadequados dos monges que não se ajustavam aos dogmas da sua doutrina era a aplicação de uma pena que correspondesse a um período de isolamento em celas, em outra ala do mosteiro, com muita oração e penitência, pedindo perdão a Deus pelos pecados cometidos.

Dentro desse espaço (composto pela cela) de solidão e silêncio, a prisão canônica parecia aos monges uma proposta de reavaliação de condutas que deveriam apresentar caráter terminantemente típico de uma sociedade cristã. Aliás, assim também ocorreu com o escritor irlandês Oscar Wilde, preso em 1895, denunciado pelo marquês de Queensberry, John Douglas, pai do Lorde Alfred Douglas, com quem o escritor mantinha relações afetivas. À época, tais relações eram consideradas crime de homossexualismo, passíveis de prisão e, segundo as leis inglesas, até 1861, o crime de homossexualismo deveria ser punido com pena de morte. Em 1863, passou a ser punido com a prisão perpétua, e em 1885, a punição foi reduzida para dois anos com trabalhos forçados.

Em *De profundis* (1897),<sup>6</sup> na prisão de Reading, onde ficou durante dois anos, Wilde escreve para seu amante, em formato epistolar, atribuindo culpa a ele por sua falência financeira, fim de sua carreira e sua vida então em ruínas:

---

<sup>6</sup> Segundo Schökel (1997), o título *De profundis* faz referência ao salmo 129 (130), um dos sete salmos penitenciais no qual o salmista clama a Deus das profundezas (lugar abaixo da terra, abismo, no

## Sob a custódia do tempo

Após a minha terrível sentença, quando já tinha vestido o uniforme de prisioneiro, e a porta da prisão se tinha fechado atrás de mim, sentei-me entre as ruínas da minha vida maravilhosa, esmagado pela angústia, perplexo de terror, estonteado pela dor. (WILDE, 2004, p. 53).

Com esse aspecto reavaliador de condutas, em 1550, em Londres, surgiu a *House of Correction* (OLIVEIRA, 2011), e a prisão passa a ser aplicada como sanção penal e com o objetivo de recuperação do delinquente. Tal modelo foi amplamente divulgado pelo mundo, no entanto, esses espaços ainda traziam a marca do desrespeito à vida humana em nome da ordem social e da paz coletiva. Em conflito com o princípio de ajustamento das condutas, a constante prática de torturas, maus-tratos, sujeições degradantes colocavam em risco o redentor modelo prisional da época.

Analisando-se a outra face da fusão de dois paradigmas – prisão-castigo e a prisão-aparelho –, constata-se que essa fusão permitiu a cristalização de tal método de coerção, como meio eficaz de reconstrução dos sujeitos inadaptados, o que equivale dizer que a forma disciplinar, além de introduzir elementos de coerção, trazia no seu bojo, teoricamente, uma concepção mais humanitária:

A prisão, um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como forma imediata e mais civilizada de todas as penas. (FOUCAULT, 1997, p. 196).

Mesmo com essa conotação humanística, contemporâneos às próprias prisões, surgiram movimentos sociais com o objetivo de reformá-las, por meio de programas de tratamento que assegurassem um melhor funcionamento dessa máquina-prisão. Nessa

---

fundo). Como o próprio Wilde confessa, é como estar afastado do mundo, da cor e do movimento.

via, em 1814, vários textos, publicações de especialistas e ex-detentos paralelos ao debate em torno do isolamento, já indicavam a necessidade de medidas de recondução do indivíduo ao meio social, de ajustamento e não somente um mecanismo jurídico de supressão da liberdade e de clara exclusão social. Ressalta-se que o caminho das memórias de Graciliano Ramos retoma discursos vários, envelhecidos com o tempo, mas novos na necessidade de reformulação do tratamento humano no cárcere. Assim,

[...] realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza. Eu passara a vida a considerar todos os bichos egoístas, e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. (RAMOS, 2006, p. 94).

Cesare Beccaria<sup>7</sup> era um defensor da pena de prisão com um caráter humanitário e publicou, em 1764, a obra *Dos delitos e das penas*, preocupado com um sistema de custódia ancorado no valor utilitário da punição e no combate a processos injustos na legislação penal da época, em contraposição aos discursos que apontavam problemas inerentes a um sistema com mecanismos de repressão e castigo diretamente relacionados ao poder sobre o corpo dos condenados. Ao se tornar punição legal, a pena de prisão carregou consigo a velha questão jurídico-política do direito de punir com todos os problemas, todas as agitações que surgiram em torno das tecnologias corretivas do indivíduo.

As incongruências do processo de confinamento não implicam dizer que a transição para uma penalidade de detenção como a prisão não fosse um marco importante na história da justiça penal. O confinamento temporário do indivíduo redefiniu o poder de punir como uma função racional e pura da sociedade exercida, sobretudo, de

---

<sup>7</sup> Cesare Bonesana, marquês de Beccaria (Milão, 15 de março de 1738-Milão, 24 de novembro de 1794), foi jurista, filósofo, economista e literato italiano. Sua obra assume grande importância para a história do Direito.

## Sob a custódia do tempo

maneira igualitária sobre todos os membros sociais (FOUCAULT, 1997). No entanto, ao fazê-la pena por excelência, introduziram-se mecanismos de dominação e exclusão do indivíduo, relegando, a último plano, propostas de “salvação de almas” e a manutenção de quaisquer resquícios de direitos humanos. Nesse sentido,

[...] o detento sabe muito bem que é um presidiário, um delinquente, qual a distância entre ele e as autoridades; mas não há sevícias nem correntes que consigam fazê-lo esquecer que é um homem. E já que é deverás um homem, deve ser tratado assim. Deus meu! Um tratamento humano pode até devolver a condição humana mesmo àqueles que se esquivaram à centelha divina. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 189).

Parece inimaginável que o diálogo provocado pelo texto de Dostoiévski, escrito em 1849, durante o período em que esteve confinado numa prisão siberiana, ainda ressoe na modernidade, parecendo leitura atual. Em se tratando da descontinuidade temporal, provocada pela narrativa literária escrita nesse mesmo ano, parece distante do mundo em evolução se pensarmos num sistema maduro, mais justo. Também é largamente aplicável à discussão tal obra, frente à não evolução do processo de punição e, sobretudo, se analisado o local de fala privilegiado do escritor. O registro das memórias de Graciliano Ramos, Dostoiévski, Oscar Wilde, dentre outros grandes escritores da literatura universal, é um produto marcado pela justaposição de ficção e realidade, numa tentativa clara de conduzir o leitor à cena, ao ambiente, à linguagem, a um mundo que escapa à compreensão, mas que, na seara literária, é visível a olho nu. Nesse processo, o leitor, aos poucos, é integrado à obra e à humanidade; nesse espaço referente, parece reduzida ante o alto grau de animalização que se impinge ao criminoso, numa clara retirada de qualquer traço que o eleve a um nível de humanidade.

Nas suas recordações, Dostoiévski narra a cena do banho dos forçados em véspera de Natal. Surpreende no relato que uma cena comum tome dimensões dantescas quando iluminada pelo olhar do escritor. Os grilhões eram mais um complicador no banho de 80 homens resumidos a um espaço de 12 metros de largura, com direito a apenas um balde de água quente no frio siberiano. Observa-se, claramente, a degradação moral e ética desse indivíduo:

Ao transpormos a entrada, puxando a porta que dava para o banheiro, até pensei que estava entrando nas caldeiras do inferno. [...] mais do que nunca as cabeças raspadas e os corpos avermelhados pelo vapor tinham ali um aspecto horripilante. Com o banho, as costas se viciadas pelas vergastadas deixavam ver melhor as cicatrizes, os lanhos tomando um aspecto como se fossem recentíssimas. Que medonhas cicatrizes! Ao vê-las me vinham arrepios. [...] irrompiam cabeças raspadas, braços esqueléticos, pernas reviradas. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 134).

Sentiu-se envergonhado por ser conduzido como uma criança por um de seus companheiros, mas não tinha a menor habilidade com o uso dos grilhões, e a tarefa de tomar banho parecia incompatível à ideia de carregar um balde com uma mão e com a outra fazer a higiene, além de figurar no cenário acorrentados ao escritor nada menos que 50 homens. Dostoiévski continua seu relato impregnado pela atmosfera de rebaixamento humano “quem quisesse se lavar melhor podia obter por meio copeque mais um balde de água quente”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 134).

Nessa sociedade disciplinar, o corpo continua a ser o principal alvo, agora de investimento de um processo de reificação, pois o preso se coaduna com a ideia de objeto de coisa necessária ao exercício da perpetuação das relações de controle e poder e, ainda, políticas. O Estado parece moderno, mas ainda está sedimentado em velhos mecanismos de poder; e “o homem que não tiver um anseio ou uma esperança, acaba, no desespero, virando um monstro”. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 262).

## 2. Sociedade disciplinar: modulação de vontades

As sociedades primitivas pouco sabiam da necessidade de prisões, dado o pouco desenvolvimento social e a inexistência da necessidade de se punir na vida da coletividade. Assim, em cada época da História, a sociedade se manifesta em relação ao crime e à punição necessária de acordo com o seu povo e a sua cultura (LIMA, 2005).

Observa-se que, ao longo da evolução do castigo e da punição, vários foram os espaços utilizados para aplicação da sanção disciplinar, podendo ser público ou privado. Da Idade Média ao início do século XVIII, o povo participava ativamente da cerimônia de execução do castigo, pois estes rituais eram realizados em praça pública. Toda a visibilidade dada ao castigo pelo rei tinha o objetivo claro de que o povo reconhecesse o seu poder sobre seus súditos, e que a qualquer sinal de desobediência às normas sociais o indivíduo seria exemplarmente punido.

Subvertida a ideia de triunfo real, a dinâmica da punição sofreu mudanças, e ao povo foi concedido apenas o direito de participar do julgamento, cabendo ao rei aplicar a punição em seus calabouços, locais reservados. Nesse período, as primeiras prisões eram localizadas em palácios reais, templos, em fossas, buracos, gaiolas de madeira, onde os prisioneiros eram amarrados.

Com o aumento da criminalidade no período feudal, época de extrema crise e miséria na Europa, em razão da migração para as cidades, foi desencadeada a construção de várias prisões. Já nessa época não era interessante a aplicação da pena de morte, o que provocaria o extermínio de milhares de famintos que praticavam a mendicância, mulheres que se prostituíam ou tinham uma conduta imoral, mais os desafortunados, que representavam a mão de obra necessária à evolução industrial. Então, como não eram considerados propriamente criminosos, mas sujeitos desajustados socialmente e que necessitariam ter uma melhor conduta, o interesse social passou a ser readaptá-los ao convívio social e, por isso, deveriam ser enviados para instituições chamadas de “casas de correção”.

A insalubridade, a ausência de normas quanto à higiene e a moral eram características das instituições penais que não seguiam nenhum rigor. Os penitenciários<sup>8</sup> eram abrigados em prisões subterrâneas, infectas que propagavam as doenças para a população livre, o que causou debates sobre a necessidade de regulamentação do processo de encarceramento e de sua premente humanização. Nessa época, a preocupação em se criar um ambiente que fomentasse a ideia de correção era destaque no movimento liderado por John Howard<sup>9</sup> (1720-1790), na Inglaterra, que enfatizava a necessidade do encarceramento com uma rotina de trabalho, oração, alimentação e condições mínimas de higiene. Tal movimento, destaque-se, deu origem à construção de duas penitenciárias nesses moldes na Inglaterra.

Dentre os modelos clássicos de encarceramento,<sup>10</sup> destaca-se a figura arquitetural do pan-óptico, criada no século XIX por Jeremias Bentham<sup>11</sup> (1748-1832), que chama a atenção pela sua formatação: uma torre no centro e na periferia, uma construção em anel, dividida em celas recortadas por duas janelas que se deixam atravessar pela luz. O efeito da contraluz, lançado sobre os corpos dos prisioneiros, colocados

---

<sup>8</sup> Aqueles que deviam cumprir penitência por uma infração cometida.

<sup>9</sup> John Howard, renomado reformador das prisões. Visitou várias delas na Europa. Em 1777, publicou o *Estado das prisões*, resultado das suas incursões; incluía relatos detalhados das vistas realizadas e sugestões para melhorias nas instituições.

<sup>10</sup> As novas prisões surgem na Pensilvânia, com o nome de “penitenciárias”, dando início ao sistema penitenciário. Consideram-se três modelos de destaque: Modelo Pensilvânico, Modelo Auburniano e Modelo Progressivo. No primeiro modelo, de 1829, na Filadélfia, os internos ficavam isolados em suas celas, e o trabalho era praticado no interior da cela, com permissão para a leitura só da Bíblia. No segundo modelo, de 1816, na cidade de Auburn, Nova York, os internos trabalhavam durante o dia, e à noite eram recolhidos em suas celas, em todo o tempo ficavam em silêncio. O último modelo foi adotado em 1840, na Grã-Bretanha, e permitia a progressão aos internos por períodos, divididos em etapas de isolamento, silêncio, trabalho, e por fim, Condicional. Os dois primeiros modelos levaram alguns indivíduos à morte e à loucura; o terceiro caso é o modelo de progressões, utilizado atualmente em vários países do mundo, inclusive o Brasil.

<sup>11</sup> Filósofo e jurista inglês, em 1789, concebeu o Pan-óptico, que foi pensado como um projeto de prisão modelo para a reforma dos encarcerados. Mas, por vontade expressa do autor, foi também um plano exemplo para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho, uma solução econômica para os problemas do encerramento e o esboço de uma sociedade racional.



## Sob a custódia do tempo

individualmente em suas celas, permite a visibilidade imediata a qualquer movimento, dessa forma, o indivíduo era sempre visto pelo vigia, mas não conseguia ver e nem se comunicar lateralmente, dada as distâncias entre as celas (FOUCAULT, 1997).

Esses espaços individuais inibiam qualquer relação com a coletividade e, portanto, anulavam a possibilidade de motins, fugas, más influências. O princípio do pan-óptico era baseado num poder: visível (sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado) e inverificável (o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo).

O Pan-óptico, segundo salienta Foucault, funcionava como espécie de laboratório de manipulação com o eixo centrado no poder. Os mecanismos de observação permitiam ao seu observador fazer experiências, modificar, treinar os indivíduos. As instâncias de controle individual, no século XIX, esquadriavam o sujeito sempre sob duas marcações: normal-anormal, nocivo-inofensivo, louco – não louco. Essa bipartição classificava, sugeria as formas de controle e nas suas aplicações advindas de tal análise permitia o aperfeiçoamento desse poder.

Observa-se que a medida de controle, da manifestação clara de domínio, tornava o indivíduo irracional no seu desejo, nas suas vontades, reduzido a um bicho, era semelhante ao modelo criado por Bentham, que foi comparado ao zoológico de Versailles, construído por Le Vaux. Apesar de não ser admitido como inspiração, mas com uma forma análoga à proposta da arquitetura pan-óptica, o zoológico apresentava, no centro, um pavilhão octogonal, e todos os lados tinham largas janelas, sobre sete jaulas onde estavam separadas diversas espécies de animais. A observação seguia os parâmetros da individualidade e da catalogação da espécie.

Concluiu-se que a arquitetura pan-óptica pressupunha o modelo de encarceramento perfeito,<sup>12</sup> tal qual ocorria no século XVII com as cidades onde era declarada a existência da peste, nestes espaços de clausura pestilenta, o indivíduo

---

<sup>12</sup> Por se tratar de um modelo universal para o tratamento de loucos, crianças, adultos e encarcerados, ele sugere a perfeição na prática do poder sobre microorganismos sociais com suas regras e códigos comportamentais específicos.

era controlado, vigiado, sob toda uma dinâmica de ordenamento para que não houvesse o contágio. Segundo se sabe, a lepra introduziu modelos de exclusão, e a peste suscitou esquema disciplinares, pois se confunde a história das prisões com a história da humanidade nas suas necessidades de afastar do convívio indivíduos desajustados, doentes, ameaças à paz social. Tentativa constante, numa retomada da falácia da impossibilidade da coexistência da diversidade.

Para Foucault (1997), a intervenção punitiva buscava no quadriculamento do corpo ou princípio da localização imediata do indivíduo no espaço como possibilidade de aperfeiçoamento desse corpo até chegar ao estágio de um corpo dócil e útil. Cresceu a necessidade de se trabalhar o corpo como alvo do poder: seus gestos, movimentos, atitudes. Portanto, esses controles minuciosos sobre operações e métodos de sujeição conduziram a um sujeito pronto, transformado. Processos disciplinares, também, faziam parte da rotina de escolas, conventos, exércitos, daí retomá-lo como modelo disciplinar perfeito por ser de grande abrangência, e neste sentido se tornaram mecanismos frequentes de dominação no século XVII e XVIII.

Nesse contexto, a funcionalidade do espaço exigia a especificação de um espaço determinado, sugeria a presença de cercas, muros, locais fechados em si mesmo ou poderiam ser entendidos como lugares – outros aos quais Foucault tipifica como heterotópicos.

O termo *heterotopia* remete à descrição de espaços diferentes de uma determinada sociedade que se contrapõe a realidade social na qual se vive. São variadas as formas de heterotopia, mas cabe destacar a *heterotopia* de desvio, na qual o sujeito é afastado do convívio social em função da não obediência às normas. Assim, esses indivíduos são colocados em hospitais psiquiátricos ou prisões.

A partir do conceito de *heterotopia*, cunhado por Foucault, pode-se correlacionar a prisão à metáfora do espelho, ou seja, transformar este lugar no qual o indivíduo se vê. A realidade que o circunda em tempo real permitirá perceber a ausência do lugar onde ele está num movimento consciente desse espaço. Dessa maneira, a ocupação de lugares outros sugere, naturalmente, a ideia espacial dos lugares

## Sob a custódia do tempo

comuns à vivência social. O ponto virtual que o olhar atravessa quando diante do espelho revela elementos intrinsecamente ligados: o real e o temporal; elementos dissociados do processo transitório de confinamento.

A ruptura com os laços sociais e culturais, imediatamente, conduzem o indivíduo desse espaço heterotópico a um espaço de utopia. Os mecanismos de coerção dentro de uma sociedade disciplinar objetivam a modulação dos comportamentos, estabelecendo as presenças, as ausências, classificando, distribuindo, rompendo possíveis comunicações, controlando o indivíduo, numa constituição de “quadros vivos”, dispostos em “celas”, “lugares”, “fileiras”. A organização dos espaços no que tange a sua arquitetura e hierarquia garante a obediência do indivíduo e a economia de tempo dada às estratégias de ordenamento dos corpos. “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 1997, p. 96); no entanto, o adestramento do corpo, em suas mais variadas técnicas de sujeição, toma o indivíduo como base para exercícios de poder.

Retomando a metáfora do espelho, a oposição à heterotopia é nomeada por Foucault como utopia, espaço invertido à sociedade real, por apresentarem sítios perfeitos numa sociedade aperfeiçoada e, portanto, irreal. A dialética existencial do sujeito em confinamento parece delinear essa intersecção entre dois espaços: real (sociedade) e irreal (prisão), numa perspectiva de perfeição e imperfeição. A modulação do indivíduo em confinamento, resultante da vigilância e da disciplina, com regras próprias num espaço entre muros, acirra a discussão em torno da sua presença noutro lugar com discursos, por sua vez, tão peculiares. Nesse processo,

[...] as instituições totais tanto promovem processos de mortificação e degradação da identidade do internado, desde seu ingresso no ambiente institucional, forçando-o na ruptura dos laços com o mundo exterior, como inserem num tratamento homogêneo, que profana sua individualidade e afeta sua personalidade. (GOFFMAN, 1990, p. 19).

A transição entre esses dois paradigmas existenciais – mundo externo e mundo da prisão, respectivamente, real e irreal – revelam a mutilação do “eu” sedimentada através das barreiras existentes entre as instituições totais e o mundo externo (GOFFMAN, 1990). No momento em que o indivíduo adentra tal espaço, rompe com todos os laços culturais, familiares, de identidade, e este rompimento se dá a partir do registro efetuado do interno por meio de fotos, impressões digitais, entrevistas pessoais para coletas de dados, atribuição de um número de prontuário, além do ato de se despir, vestir o uniforme do cárcere, receber as orientações quanto às regras locais, e finalmente, ser conduzido à cela.

Todo esse processo de transposição para o mundo do cárcere, a restrição dos movimentos e a codificação do corpo são ações emblemáticas no processo de modulação dos comportamentos no que concerne à quebra de vontades e de individualidades.

A programação diária inerente à vida social moderna se contrapõe à sujeição diária e coletiva de rebaixamentos nos ambientes prisionais, observações registradas nos relatórios institucionais de má conduta moral dos internos. A privacidade e a relação pessoal com o ambiente são, então, colocadas num plano anterior e bem distante da vida em sociedade. O tratamento padrão dispensado não contempla a possibilidade de ressocialização, uma vez que o objetivo é o controle do grupo e a segurança social, predominando assim o modelo disciplinar e as relações conflitantes típicas do ambiente prisional:

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente vê o internado como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. (GOFFMAN, 1990, p. 19).

A compreensão do indivíduo em confinamento deixa de ser individualizada, pois foi etiquetado no sistema carcerário como massa populacional, passando à

## Sob a custódia do tempo

convivência coletiva, sem nenhuma privacidade e com total exposição espacial. Como num zoológico de espécies humanas, é classificado por suas especificidades e exposto por entre grades para exame de equipes de tratamento e modulação de suas vontades: “não tem mais a cama macia e nem o silêncio da noite”. (GOFFMAN, 1990, p. 46).

Observa-se que a autonomia do sujeito e as decisões pessoais não são conferidas no confinamento, pois o indivíduo tem que conviver com a massa populacional e com a massificação das vontades impostas pela instituição. São várias as tentativas de desmistificação do crime como condição de estratificação de um grupo marginalizado socialmente e de expectativas frustrantes de não retorno ao ambiente prisional, no entanto, cabe salientar que o movimento de recrudescimento das leis e das práticas excludentes não se aproxima do objetivo da pena de restrição de liberdade, que tem no princípio norteador: o tratamento do indivíduo encarcerado. Assim,

[...] para se aniquilar um ser humano livre, castigá-lo sem nexos ou, em vez dum homem livre, se se quisesse fazer um facínora virar um covarde com a só ideia de trabalho, bastaria que àquele e a esse se dessem trabalho do caráter mais absurdo e inútil possível. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 39).

## 3. Zona de exclusão social: rondando pelo tempo periférico

A ideia de reparação social, conjugada ao caráter mercantilista do tempo,<sup>13</sup> na sua concepção de “perder e ganhar”, conferiu ao encarceramento a possibilidade

---

<sup>13</sup> Quando se imaginou uma forma de pagamento, multa, a medida, econômica mais justa seria a medida de tempo. Tanto pobres quanto ricos teriam como pagá-la sem impedimentos de outra ordem; pensou-se neste pagamento num espaço distanciado da sociedade para melhor compreensão da prática delituosa.

de mensurar as equivalências entre crime e seu castigo numa medida igualitária entre os membros da sociedade. Nesse sentido,

[...] como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento universal e constante. Sua perda tem, portanto o mesmo preço para todos; melhor que multa, ela é o castigo “igualitário”. (FOUCAULT, 1997, p. 55).

A pena de prisão não denota apenas ausência presumida de liberdade do indivíduo, no seu movimento de ir e vir, ainda representa a sua prisão no tempo e espaço (físico e social), provocando o retardamento de suas expectativas. A instituição carcerária, portanto, cumpre a função de mantenedora da ordem numa racionalização moderna de segregação espaçotemporal como finalidade punitiva (CHIES, 2008).

Redimensionado o seu conceito nos ambientes prisionais, o tempo se revela sob nova dinâmica social de experimentação, pois para o apenado são reguladas todas as suas horas, todos os seus dias, todos os seus anos e

[...] pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostenta nessa sociedade, as propriedades que fomentam coações que o indivíduo impõe a si mesmo. A pressão dessas coações é relativamente pouco apreendida, medida, equilibrada e pacificada, porém, onipresente e inevitável. (ELIAS, 1984, p. 32).

Adaptar-se à vida no cárcere requer o acerto do tempo, não dos relógios, porque estes, literalmente, não fazem parte do cenário cotidiano de existência. A pressão gerada pelo tempo, o seu controle e o frenesi social dão lugar a outros mecanismos de controle que determinam o momento em que ele deve dormir, deve acordar, cumprir suas atividades diárias, se houver, alimentar-se... até mesmo o

## Sob a custódia do tempo

momento que lhe é permitido falar com a autoridade prisional é preestabelecido. Esse *empoderamento* imposto sobre o corpo, na sua dimensão física e mental, escraviza o sujeito, condicionando-o a regras e comportamentos predeterminados que futuramente compreenderão a sua boa adaptação às normas ou a necessidade de seu ajustamento por meio de punições.

Custodiado do Estado, o apenado está privado da liberdade, e seu tempo é disponibilizado como capital retributivo social. Nesse sistema, a capitalização do tempo físico (ordinariamente estabelecido) é concebida mediante a conversão em tempo temporalizado (socialmente experimentado). Ainda, o cotejo entre visão objetiva da pena restritiva de liberdade e experiência subjetiva do sujeito converge para uma nova percepção do tempo como elemento capital nos ambientes prisionais, por gerar direitos na possibilidade de resgate da liberdade (CHIES, 2008).

Numa abordagem sociológica, o confisco do tempo do apenado pelo Estado subverte a ordem no que tange ao seu aspecto natural de “tempo livre”, que pode ser planejado pelo sujeito. Nessa perspectiva se apresenta um novo conceito sobre tais sujeitos, sintetizando a ideia de monitoramento pelas instituições penais como “sequestro dos indesejáveis”. Resgata-se a condição de “sequestrado” como aquele que está subjogado pela vontade de outrem em dado momento e espaço determinados e, assim, pode-se compreender a interface temporal na relação de distanciamento e supressão de vontades. Ainda que num movimento contraditório ao sentido do termo “sequestrado”, não há desejo da quebra dessa condição por parte da sociedade, passando o sentenciado a afiançar o ônus dessa dívida.

Para além do entendimento do tempo como mecanismo basilar da pena privativa da liberdade por seu caráter utilitário, esse dado essencial (para a pena) ressurge, teoricamente, como elemento de ajustamento social na dinâmica intracarcerária, pois permitirá (ou deveria permitir) ao preso, durante esse período a ele legalmente imposto, reavaliar sua conduta, readaptar-se à vida social e reaver sua liberdade. A dimensão mental e social do tempo coexiste com sua dimensão física na sucessão de eventos vivenciados, mas internamente se reafirma num processo denominado de

*temporalização* – conceito de um tempo propriamente humano, em oposição ao tempo biológico ou astronômico no que consigne à maneira como se realiza (CHIES, 2008).

A transposição do tempo cronometrado decorrido da pena se revela numa conotação negativa, traduzido na linguagem carcerária como “tempo perdido”, “destruído”, “pesado”, nos verbos “puxar”, “pagar”, “matar”, estabelecendo uma conexão com momentos que devem ser esquecidos, suprimidos da memória. Nesse processo, a experiência humana de confinamento condiciona o sujeito a regras que traduzem o *pan-optismo* de Jeremy Bentham, no seu grau mais elevado de vigilância e controle com amplo espectro de efeitos nocivos à vivência pós-confinamento. Ainda, a relação de dependência gerada no período do confinamento confere ao tempo e ao espaço suas matizes perniciosas a todo aquele que rompe os limites da prisão, percebendo-se refém, ainda, de uma rotina que deve abandonar mas que está intrinsecamente ligada ao sujeito por anos de “adestramento impositivo”.

A realidade paradoxal do ambiente prisional e da sociedade transparece nos aspectos mencionados por Goffman no que tange à necessidade de tempo livre para todo aquele que trabalha e requer momentos de descanso em oposição ao excesso de tempo que sobra para o homem condenado. É então que

[...] se condenam homens a uma condição condenada pela sociedade, a ociosidade. Enquanto o tempo livre passa a ser valorizado pela sociedade no seu sentido de melhoria da qualidade de vida, essa valorização só aparece para pessoas que trabalham sistematicamente, na qual o descanso é necessário. Essa valorização positiva do tempo livre não encontra espaço quando esses mesmos atores sociais olham para a prisão. (CHIES, 2008, p. 103).

A presentificação do tempo na prisão advém do ócio, do excesso de tempo que se apresenta num movimento inverso ao mundo de fora em que se compreende esse tempo como ausência e, assim, contextualiza-se a relação aflitiva entre



## Sob a custódia do tempo

tempo e prisão como representação da face de um inimigo que deve ser vencido. A complexidade do tempo é por analogia um tempo periférico, pois surge como elemento que deixa o sujeito mais à margem, impossibilitado de vivenciar o tempo central. A referência temporal da pena reveste-se, portanto, de uma revolta institucionalizada do apenado que, para enfrentar seu inimigo, busca engajamento em alguma atividade de ocupação que “mate” esse tempo (GOFFMAN, 1998 citado por CHIES, 2008).

Contrário à sociedade moderna, o tempo periférico passa lentamente na prisão, onde os dias parecem todos iguais e, dessa maneira, ressalta-se a importância de atividades que “acelerem” esse tempo. Há que se registrar, nesse ambiente, a existência da dimensão de *contratempo* na prisão, numa dinâmica de tempo correlato à modernidade, mencionada na relação “distância-velocidade” (CHIES, 2008).

Na contramão dos tempos modernos, o encarceramento produz uma “sociedade estagnada”, individualizada, sem contornos tecnológicos e, conseqüentemente, avessa ao conceito de movimento, de aceleração mesmo frenético do tempo, conforme o sentido da expressão “modernidade líquida” cunhada por Zigmunt Bauman (2001), mas que, por outro lado, assemelha-se no seu formato das relações pessoais voláteis, redesenhadas num quadro familiar de inconsistência. O fenômeno da globalização, a imeditiicidade, o consumo desenfreado parecem ter criado um novo paradigma de sujeito moderno. Em outras palavras,

[...] a modernidade é a impossibilidade de permanecer fixo. Ser moderno significa estar em movimento. Não se resolve necessariamente estar em movimento – como não se resolve ser moderno. É colocado em movimento ao se ser lançado na espécie de mundo dilacerado entre a beleza da visão. (BAUMAN, 2001, p. 87).

Cabe ressaltar a importância de voltar o olhar para os conceitos de tempo periférico e tempo central cristalizados em sociedades que parecem não coexistirem num mesmo lapso temporal. As privações no cárcere não dizem respeito à inexistência de um tempo central, no qual a vida acontece, mas de um *tempo periférico*, que *sobra*. A compreensão dessa descontinuidade temporal é provocada no sujeito marginalizado, quando exilado da sua própria vida, cumprindo a sentença de viver momentos de castigo, punição, solidão. A pena privativa de liberdade parece alcançar outra dimensão temporal em que se parece viver nos subterrâneos do tempo num universo factóide, meio *fake*, traduzido pela ficção científica.

A hegemonia do tempo periférico cria uma nova sociedade intramuros, completamente avessa a essa urgência de tempo na concepção de vida moderna. As destituições de vontades, do poder de determinar os rumos de sua própria existência coabitam no indivíduo encarcerado com suas necessidades que permanecem bem vivas: alimentação, lazer, sexo, visitas. No estrito ambiente prisional, mesmo sujeitos que romperam limites, infringiram leis foram condenados pela Justiça, representam uma sociedade de comportamentos cristalizados no ócio com regras bem determinadas e necessidades, igualmente, importantes na sociedade extramuros.

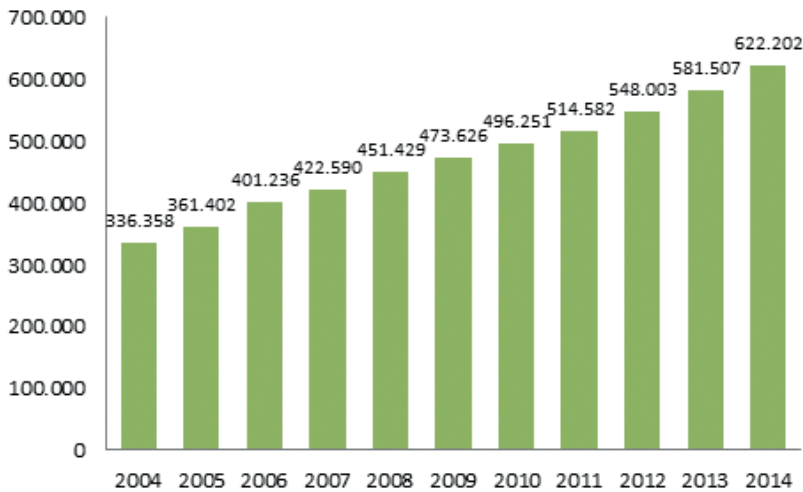
Note-se que, no Brasil, observa-se uma crescente aceleração na população carcerária, levando o país a ocupar o 4º lugar no mundo em número de pessoas em confinamento, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.226.832), China (1.650.000) e Rússia (763.700).<sup>14</sup> Pode-se vislumbrar a dimensão da escalada do crime no Brasil pelos dados referentes ao encarceramento, no período relativo de 2004 a 2014, como se vê a seguir:

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.ipclfg.com.br>.

## Sob a custódia do tempo

**Gráfico 1:** Evolução da população carcerária brasileira – 2004-2014



Fonte: Ministério da Justiça/2014.

Configurada como principal instrumento de punição, a pena restritiva de liberdade na sua aplicabilidade superlota as prisões brasileiras, criando ambientes propícios à aprendizagem de práticas delituosas. Observa-se que no ano de 2004 a população carcerária brasileira era formada por aproximadamente 330.000 presos e em 10 anos este número praticamente dobrou, alcançando a marca de mais de meio milhão de presos – atualmente há por volta de 660.000 presos, que, em estabelecimentos penais precários, um amontoado de sujeitos, sem praticamente as mínimas condições de higiene, disputam espaços como se fossem “masmorras”, em fala pública do então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ainda, e analisando-se a proporção dos números de pessoas que ingressam no sistema prisional, observa-se que não é nessa mesma proporção que se registra o número de livramentos e, nesse processo de “prender-libertar”, há um aumento vertiginoso dessa população, surgindo, conseqüentemente, problemas já bem largamente conhecidos no país:

superlotação, fugas e rebeliões.<sup>15</sup> Sob tal contexto prisional, outro indicador surpreendente é a ascendência da participação feminina em ações criminosas, dado que alguns estudiosos têm observado a presença crescente da mulher no crime. Nesse sentido, em 2004, as presas representavam apenas 4% da população carcerária no país, já em 2014, esse percentual aumentou para aproximadamente 6%.

As instituições penais, basicamente espaços pensados para os homens, compõem-se por uma arquitetura de grande proteção, de extensos e largos muros altos. Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) (2014), dos 1.863 estabelecimentos penais, apenas 5% apresentam unidades materno-infantis que abrigavam, aproximadamente, 358 crianças. Tal dado conduz a outra discussão sobre a presença da mulher grávida no cárcere e a presença da criança, que já nasce condenada a cumprir pena pelo menos por seis meses, podendo variar esse tempo conforme a unidade da Federação.

Todo esse quadro de superpopulação e, conseqüente superlotação, retoma a filosofia de ressocialização e do processo de humanização do sujeito como ponto de discussão, uma vez que justifica a pena como cumprimento de um período de tempo para “reflexão sobre o crime cometido”, para que o corpo seja “alvo de disciplina” e que, *a posteriori*, a alma também possa ser “fruto de salvação”. (FOUCAULT, 1997). A medida da pena quantificada em tempo, ou seja, o tempo que as pessoas ficam encarceradas, recupera a ideia aqui trabalhada de tempo periférico como maneira de exclusão social, remetendo a concepção do tempo como outro tempo, por vezes “perdido”.

Segundo dados do Ministério da Justiça (MJ)/2014, a quantidade de pessoas presas, considerando o tempo de pena imposta, indica que, no Brasil, cerca de 30% delas permanecerão entre quatro e 15 anos em confinamento em instituições penais – em números reais, 150.532 pessoas num espaço de convivência com um déficit de, aproximadamente, 208.000 vagas. Face esse quadro, uma outra discussão é sobre o “tempo livre” no cárcere, considerado ocioso para nada menos que 40% da massa carcerária. O Estado tem, portanto, um enorme desafio quanto à devida

---

<sup>15</sup> Segundo dados do Ministério da Justiça, referentes a 2015, para cada 100.000 habitantes, o percentual de privação de liberdade é de 0,26%, ou seja, 269 pessoas encarceradas.

## Sob a custódia do tempo

reinserção social que esbarra, evidentemente, na impossibilidade de humanização desse sujeito num processo, aceitável e produtivo, de ressocialização. Ainda nessa *seara quantitativa*, outro indicador se refere ao número de pessoas presas por um tempo de 15 a 30 anos, que representa 10% desse contingente – o número real é de 54.000 indivíduos “condenados” ao ócio e, aqui, inevitável não destacar, tragicamente, o velho dito popular: “cabeça vazia, morada do diabo”... Enfim, tais considerações direcionam para outra essencial problemática: o que fazer com cerca de 200.000 criminosos com o tempo livre daqui a 30 anos, desta vez, perdoados legalmente e soltos num espaço agora de extramuros: a sociedade *dos livres*?

## 4. Sistema prisional brasileiro: contemporaneidade e efeitos da prisionização

Desajustados sociais ou indesejáveis pela coroa portuguesa foram os sujeitos que, no período colonial, condenados à pena de degredo no Brasil, ajudaram a traçar o perfil inicial da sociedade brasileira. Tal traçado se dava, também, integrando a vida na colônia, sob a anterior prática de vários crimes: homicídio, roubo, fraude, etc. Vale ressaltar que naquele ambiente de extrema religiosidade católica e de um Estado absolutista português, o *Livro V das ordenações filipinas do reino* estabelecia que a pena do degredo para o Brasil também era aplicada aos casos leves ou de média potencialidade: mulheres fofoqueiras, adúlteros, viciados em jogo, aqueles que cometiam o crime de blasfêmia, entre outros. Restava ao condenado escolher entre o Brasil, povoado por animais selvagens, peçonhentos e seres exóticos (quicá mesmo a existência de dragão...), ou a pena de morte. Assim, “escolha realizada”, a viagem cumpria o objetivo de salvar mais uma alma, além de povoar o recém-descoberto Brasil.

Na esteira de um discurso da origem da prisão como projeto de transformação dos indivíduos, sublinha-se que a prisão se tornou um depósito de criminosos, onde se fabricavam delinquentes (FOUCAULT, 2000). Assim ocorreu com o Brasil e

as “Casas de correção” advindas da Constituição do Império de 1824, que tinham o objetivo de “corrigir” todos que praticassem a mendicância e a malandragem. No entanto, sem distinção de sexo ou idade, as pessoas eram alojadas em condições subumanas e com o tempo ocioso passavam a perambular na prisão.

O ordenamento de uma disciplina de trabalho e o surgimento da prisão celular redesenham o traçado do sistema punitivo brasileiro que dão ao condenado um espaço de socialização regimentado pela disciplina e trabalho obrigatórios, como maneiras de “recuperação” e não mais de “correção”. Nesse sentido, as prisões, pelos idos de 1890, substituem o modelo das então “Casas de correção”, mecanismos de coerção do Estado fundamentados na força e no princípio da segurança (PEDROSO, 2004).

Realçados ficam, ainda que superficialmente, alguns aspectos da história nacional, no que tange à presença do criminoso como parte integrante na formação da sociedade brasileira e aos equívocos do Estado quanto ao não cumprimento do objetivo inicial da pena de prisão: tornar o indivíduo um ser transformado ou em vias de transformação. Isso posto, a análise dá como que um intencional “salto temporal” para um cenário que parece não ter equacionado o problema da instituição prisão desde, pelo menos, 50 anos atrás.

A dialética relação de cura dos leprosos distante dos povoados e a nau de loucos como espaço de confinamento interno, ao mesmo tempo que se entende como possibilidade de um novo caminho, distante daquela sociedade, também tenciona o discurso da possibilidade de tratamento e da prática desse espaço. Possivelmente, seja esse o ainda presente, e abissal, dilema das prisões no Brasil: a necessidade de tratar o homem x processo de punir o criminoso.

Ao longo da História, a lepra foi tratada com medidas excludentes, de segregação, associadas à redenção do indivíduo. A prisão, também, absorve os jogos de exclusão com um caráter de reintegração espiritual desse indivíduo. Michel Foucault (2010), nos seus estudos sobre loucura, trata a prisão como um fenômeno que suscitará as reações de divisão, exclusão e purificação. Assim, sobre um ambiente que “gera” loucos,

## Sob a custódia do tempo

[...] ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria. (...) O hospício é uma prisão como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela. (BARRETO, 2004, p. 142).

O texto da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal (LEP),<sup>16</sup> no seu artigo 1º –,<sup>17</sup> traz como objetivo do confinamento não somente o dado temporal, mas reitera o objetivo de ressocializar o indivíduo, ou seja, transformá-lo num indivíduo capaz de viver em sociedade. No entanto, a evolução social do país não parece assim, diga-se, tão “evoluída”, pois a sociedade brasileira continua a se caracterizar pelas disparidades sociais e pela massificação da pobreza que, ao se combinarem, interagem num movimento explosivo e crescente de violência criminal (WACQUANT, 2001). Para tanto, é observar as ações do Exército Brasileiro – instituição de guerra cujo objetivo básico é estar preparada, e armada, para conflitos bélicos –, demandadas a pedido do atual governador do Rio de Janeiro, a fim de controlar, conter a violência na cidade, que já ultrapassa níveis mais que alarmantes. Um outro dado dá conta de que, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), das 50 cidades mais violentas do mundo, 11 são brasileiras.

O fato é que a propagação de uma cultura (de descontrole) de armas de fogo, aliada a um desenvolvimento econômico também fundamentado no tráfico, torna

---

<sup>16</sup> A Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, institui o direito do reeducando nas penitenciárias do Brasil e sua reintegração à sociedade.

<sup>17</sup> Art. 1º “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

tênue a linha que separa a polícia do bandido e faz pairar no espaço público a sensação de medo e insegurança quase totais diante do crime e seu “alargamento” pelo tecido social. Nesse tecido puído, esgarçam-se a vulnerabilidade desses indivíduos e sua “invisibilidade” diante das políticas públicas que deveriam permitir um mínimo de acesso à educação, saúde e segurança, colocando-os num estado que se pode mesmo chamar de *ditadura sobre os pobres*. Ainda, segundo dados da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA),<sup>18</sup> os jovens são as vítimas potencializadas imersas nesse cruel processo de exclusão quanto ao Índice de Desenvolvimento Juvenil - IDJ (WACQUANT, 2001). Esses dados apontam que 19,9% dos 34 milhões de jovens brasileiros não frequentavam a escola nem exerciam atividade profissional, o que permite concluir que no ano de 2016, quando cruzados os dados entre educação, saúde, trabalho e renda, sete milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos estavam desocupados.

Essa ditadura imposta sobre a população jovem e pobre se revela não só como trágico retrato do país; revela, ainda, os contornos do rosto dos personagens e de seu novo cenário. Seria, por assim dizer, uma nova versão de um *campo de concentração para pobres*, em termo de Wacquant, nas prisões do país que estão abarrotadas, superlotadas e, por conseguinte, sem estruturas mínimas para cumprimento de sua função de reinserção, com indivíduos relegados a todo o tipo de violência, desde a institucionalizada a possíveis matanças em rebeliões, sob rotinas que tornam o sistema carcerário ainda mais instável. A preocupação em torno da ampliação do sistema e da modernização do aparelho penitenciário, na formação de equipes de trabalho e na sistematização de mecanismos tecnológicos, ainda segundo Wacquant, não remediará a incapacidade da prisão em exercer algum efeito sobre a criminalidade.

---

<sup>18</sup> Dados publicados na edição do jornal *Correio Braziliense*, de 24 de dezembro de 2014, p. 14, seção “Opinião”.



## Sob a custódia do tempo

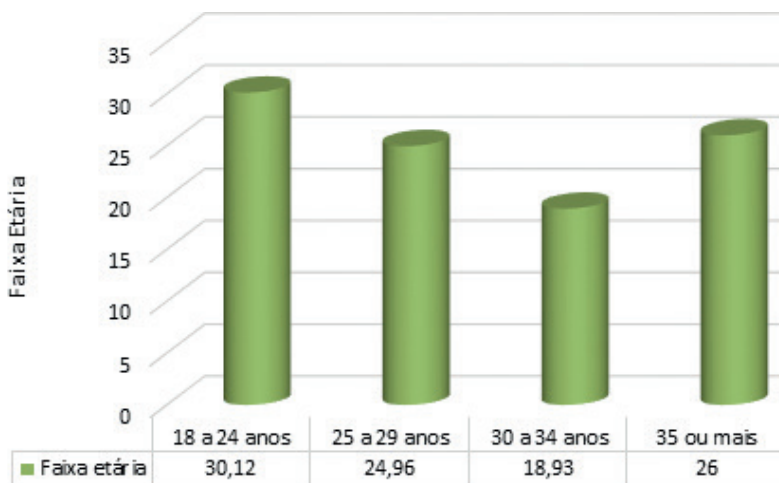
**Tabela 1:** População carcerária brasileira / Grau de escolaridade (%)

Analfabetos	3,99
Alfabetizados	6,73
Ensino Fundamental incompleto	49,58
Ensino Fundamental completo	14,78
Ensino Médio incompleto	13,96
Ensino Médio completo	9,54
Ensino Superior incompleto	0,95
Ensino Superior completo	0,46
Ensino acima de superior completo	0,02

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados referentes a dezembro/2014.

A população carcerária cresceu vertiginosamente, de 2000 a 2010, 101,73%. Os estudos sobre o perfil do interno penitenciário nos últimos seis anos (2005-2011) indicam que essa clientela é formada por 71,49% de jovens entre 18 a 34 anos – idade economicamente produtiva – com 85% de homens. Indicam, ainda, que 53,29% são pretos ou pardos e que, quanto ao grau de escolaridade, 65,71% têm instrução deficiente (sem o Ensino Fundamental completo). Indicam também que a representação feminina no cárcere responde por 15% de sua população total.

**Gráfico 2:** Faixa etária das pessoas presas no Brasil em números percentuais (%)

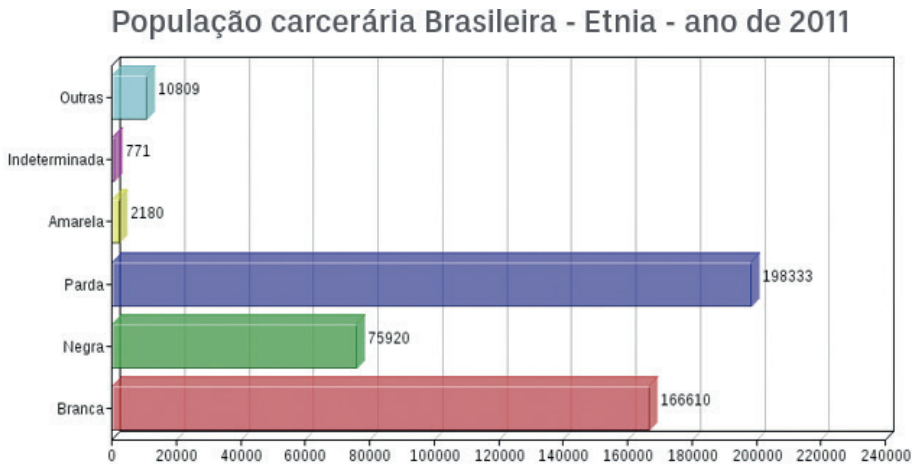


Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dezembro/2014.

Segundo dados do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional),<sup>19</sup> sete em cada 10 apenados depois de soltos retornam à prisão – 70%, pois. A reforma da lei de 1984, do código penal de 1940, define a progressão de regime. Isso significa que o apenado, num sistema progressional, retorna à sociedade, porque não há como, sob estritos aspectos sociopsicológicos, um indivíduo que ficou excluído de um “mundo social livre”, durante um dado período (curto ou longo que seja), ser libertado e imediatamente conseguir refazer “suas conexões” com aquele mundo anterior, ou seja, sair “sem readaptações” necessárias da condição de homem cativo para a de homem livre.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.mj.gov.br>.

Gráfico 3: Quantidade de presos por etnia



Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados referentes a dezembro/2014.

Esse processo se chama *desculturamento*, causado pela imposição de um “afastamento social” temporário (no Brasil não há pena de prisão perpétua nem pena capital), pois na prisão não se permite ao interno acompanhar, sob sua vontade e escolha, as mudanças recentes no mundo exterior e, portanto, é natural que ele sinta dificuldades de readaptação à rotina diária desse mundo (GOFFMAN, 1990). A ruptura das atividades rotineiras como levar os filhos para a escola, trabalhar ou até mesmo se relacionar afetivamente com a mulher e/ou marido conduzem o indivíduo a sua “morte civil”, ou seja, a uma perda temporária de seus direitos e à dissolução de seu papel social.

As frustrações advindas das penas restritivas de liberdade apontam para um sujeito condicionado à vida no ócio e, conseqüentemente e no geral, com comportamento agressivo, sem perspectivas de mudanças de vida. O afastamento do convívio social remete à preocupação do Estado com a ordem pública e acaba por impelir o indivíduo a outras práticas delituosas. O fato é que, ao longo dos últimos anos, a população carcerária brasileira aumentou, mas a criminalidade não diminuiu, pelo contrário, o que denota uma trágica equação que não obedece à lógica matemática. O recrudescimento

da lei numa desenfreada busca de justiça, *grosso modo* prisional, associada ao tempo de permanência no cárcere, superlota as cadeias, mas não aponta para uma solução desse visível aumento da criminalidade em praticamente todas as cidades do país.

O ambiente prisional se constitui atualmente como *habitat* natural do criminoso, não havendo alternativas de ressocialização, de acordo com os princípios de humanização da pena. Assim, contrariamente ao que indica a LEP, no seu artigo 10, sobre as assistências garantidas a todo indivíduo em encarceramento, a realidade prisional está bem distante do preconizado pela lei.

Sob a questão de apoio técnico especializado, e com um corpo funcional deficitário, o sistema penitenciário brasileiro contabiliza em seu quadro 400 médicos para o tratamento à saúde do apenado quando se trata de problemas de clínica geral, 221 psiquiatras, 1.103 psicólogos e, para as 34.058 mulheres presas, 16 ginecologistas. Para auxiliarem tais profissionais, ainda se registra a presença de 2.602 enfermeiros e técnicos de enfermagem e 436 assistentes sociais para encaminhar todas as demandas. O cenário educacional, quanto ao aspecto de deficiência de pessoal, guarda suas semelhanças com o da saúde, contando com 1.800 professores.

**Tabela 2:** Sistema penitenciário brasileiro - servidores

Psicólogos	1.103
Professores	1.800
Terapeutas	74
Enfermeiros	603
Técnicos de enfermagem,	1.999
Assistentes Sociais	436
Médicos (Clínico-Geral)	400
Médicos (Psiquiatras)	221
Médicos (Ginecologistas)	16

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados referentes a dezembro/2014.

## Sob a custódia do tempo

A preocupação da sociedade em aplicar uma pena retributiva, ou seja, em que o preso pague pela falta cometida, reduz a possibilidade de a punição servir como instrumento de desenvolvimento desse indivíduo. Assim, um país que possui um sistema moderno de punição, do ponto de vista legal, mesmo reconhecido pela ONU (Organizações da Nações Unidas), não parece caminhar nesse mesmo sentido quando se fala da aplicabilidade das leis disponíveis. Nesse universo legal, a pena máxima no Brasil é de 30 anos e, em vários casos, a lei define penas muito altas, como também se verifica nos Estados Unidos, “causando” a superlotação e o aumento dos gastos públicos. A manutenção de uma pessoa presa, em alguns casos, custa o mesmo que mandar alguém para a universidade – uma pessoa presa custa R\$ 2.400,00, por mês; um estudante do ensino médio público custa, ao ano, R\$ 2.200,00, o que evidencia claramente o equívoco nas políticas públicas de Estado.<sup>20</sup>

A proteção da sociedade também está diretamente associada à construção de (boas e seguras) penitenciárias ao aumento inteligente da segurança, no entanto, verifica-se no interior desses espaços quase que como rotina institucional, um misto de abandono jurídico, ineficiência sistêmica de vigília, descaso social, superlotação, violência, tráfico e corrupção. A dialética relação entre proteção e eficiência do sistema prisional parece mesmo sugerir, pensando em um texto literário de cruel surrealismo fantástico, a ideia de um Estado que se põe de joelhos a serviço do crime, dado o alto nível de reincidência.

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http:// ww.cnj.jus.br](http://ww.cnj.jus.br).

**Tabela 3:** Quantidade de penas impostas

Até 04 anos	54.928	10,6
Mais de 04 anos até 08 anos	86.680	16,8
Mais de 08 anos até 15 anos	63.952	2,4
Mais de 20 anos até 30 anos	30.325	5,89
Mais de 20 anos até 30 anos	23.763	4,61
Mais de 30 anos até 50 anos	9.632	1,8
Mais de 50 anos até 100 anos	3.139	0,6
Mais de 100 anos	618	0,1

Fonte: Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados referentes a dezembro/2011.

O discurso do aprisionamento em defesa da sociedade não encontra mais lugar na práxis rotineira de rebeliões, motins e fugas. A análise do confinamento deveria perpassar por trabalho do conceito de liberdade como exercício, sem esvaziados conceitos pretensamente filosóficos, nem infundadas abstrações meramente poéticas. A punição expiatória dissociada de uma política penitenciária de reafirmação do sujeito e de sua autonomia remete aos suplícios espetaculosos da Idade Média, agora, não mais propriamente físicos, senão contingenciados pelo caráter psicológico que maltratam também a alma, anulando as possibilidades de regresso do indivíduo com a consciência do poder de liberdade e, portanto, impedido de se apropriar do seu destino.

Destaque-se, nesse cruel e singular *mundo sociopenitenciário*, o processo da prisionização,<sup>21</sup> em menor ou maior grau, sofrido pelos indivíduos que ingressam no sistema prisional e, naturalmente, absorvem e adotam suas regras institucionais, bem como toda a dinâmica cultural e social desse sistema em seu ambiente típico. A incorporação de condutas, do vocabulário e das normas internas para uma

<sup>21</sup> Processo de aculturação do preso que passa a adotar os hábitos, a linguagem, toda a cultura geral da prisão.

## Sob a custódia do tempo

convivência pacífica, ou violenta, entre os diversos grupos sinalizam, demarcam a adaptação e a modulação do indivíduo sujeito à estrutura intersocial desses espaços de confinamento (CHIES, 2008).

Toda a “movimentação vertical” do indivíduo nesse espaço de sujeição formal e informal, no que concerne às normas institucionais e ao código de leis internas, delinea seu papel e função sociais. Nesse aspecto, o trabalho no ambiente prisional representa a retomada desse papel e função e de uma possível construção dos laços com a rotina inerente à sociedade moderna, no entanto, verifica-se que num universo de 622.202 presos, apenas 20% trabalham, o que equivale dizer em números reais, 115.794 presos.

Mesmo com um aumento de 55,5% da população carcerária, observa-se uma diminuição no número de presos envolvidos em algum trabalho interno no ano de 2015, quando este número representava cerca de 20% de presos envolvidos em algum trabalho interno na penitenciária. Configura-se nesse cenário de superlotação, aliada à ausência de atividades, a rigidez da estrutura carcerária marcada pelo conflito entre a passividade do interno e a dependência diante do sistema (alimentação, vestuário, utilização do tempo) diante da necessidade de autoafirmação e definição de seu papel no convívio diário com os demais internos, constituindo sua identidade “inserida” na massa carcerária.

A complexidade das relações interpessoais estabelecidas no cárcere advém de uma política excludente e de sujeições que colocam o indivíduo num movimento constante de contrários:

desaprender a não agir como ser social livre → aprender a ser preso → conviver  
com passividade institucional → não agir com passividade na convivência interna  
→ desaprender a ser preso → retornar à convivência social.

Os efeitos, mesmo que tardios, desse processo de prisionização são verificados nos indivíduos quando colocados em liberdade. Nesse sentido, podem se destacar os

fatores dados como universais em tal processo: aceitação de um papel inferior, acumulação da dinâmica organizacional prisional, desenvolvimento de novos hábitos de comer, vestir, trabalhar, dormir, bem como o uso de linguagem própria do ambiente prisional (THOMPSON citado por CHIES, 2008). Tais fatores podem também atingir o corpo funcional da instituição: administradores, agentes, profissionais de saúde, entre outros, que são relativizados dada a interinidade dessas relações ou, ainda, quebra da rotina carcerária com os momentos de socialização extramuros.

Por fim, nessa parte inicial de contextualização sócio-histórica, não é objetivo deste livro fazer uma análise do sistema penitenciário brasileiro sobre a ótica da ciência do Direito, embora a discussão sobre o leitor no cárcere implique a condução da investigação sobre o espaço onde impera a letra da lei penal, ou leis – uma lei “legal” subjugada por vezes, sob o peso duro e cruel de uma lei “informal” criada naqueles ambientes. Assim, assentado sobre o discurso da evolução histórica da prisão e do tempo como medida para pagamento da dívida social, avaliou-se, em largas linhas gerais, como se formou essa sociedade aprisionada e as suas relações construídas nesse tempo e espaço como num velho traçado do mundo da prisão.





# Literatura e mundo da prisão: alegoria e representação

## 2

*A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.*

Graciliano Ramos

A obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, retrata o período da ditadura militar no Brasil, mas, neste capítulo, ela não será analisada apenas sob o viés político. Assim, optou-se por apresentar nesta discussão o mundo da prisão representado pela arte do testemunho do escritor, que foi sequestrado pelo regime varguista. Sob tal opção se retoma, de certa maneira, o que se considerou no capítulo anterior, agora sob o tom de uma voz autoral, pois, além de questionar a historiografia oficial nas suas memórias, Graciliano mapeia a arquitetura prisional, lançando um novo olhar sobre aquele espaço e aquela sociedade tão particulares sob suas próprias normas, regras, permissões, atestados, penalidades, perdões. Mais, quebra o silêncio. Quebra literariamente, sutil e secamente o quebra.

Do cárcere instituído que é nosso dia a dia de ser, pretensamente, livre se observa no poder do Estado, e nas prisões arbitrárias, a miséria humana em meio à imundície e à salvação, em meio à solidão e ao convívio de iguais que teimam em se diferenciar em si mesmos. Como alegoria do inferno, a prisão se reafirma numa sociedade muito peculiar que dialoga com o mundo literário. A todo aquele que desconhece essa realidade, a literatura representa, através das personagens e da geografia da prisão, senão a verdade, uma projeção possível, mais que verossímil, de verdades.

## 1. Memórias: escritos no corpo e na alma

“Sensações de liberdade, somente as primeiras sensações: a saída, restos de prisão a acompanhá-lo em ruas estranhas” ...; segundo Ricardo Ramos, filho do escritor, este seria o último capítulo de *Memórias do cárcere*, obra póstuma, publicada em 1953 e inacabada ante a morte de Graciliano. O escritor mencionava uma revisão necessária, tarefa que levaria apenas uma semana, acreditando que a obra merecesse, ainda, preocupações quanto a questões de unidade e de estrutura, preocupações com a feitura de suas memórias e que, diante da impossibilidade de revisão definitiva, poderiam deixá-lo insatisfeito, mas seriam registradas as observações iniciais e as repetições.

Graciliano Ramos foi preso em 3 de março de 1936, sem nenhuma explicação formal sobre os motivos reais de sua detenção e permaneceu, sem sabê-los, até o dia de sua libertação, em 13 de janeiro de 1937. Assim ficou 10 meses sob custódia do Estado, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Arbitrariamente, foi preso em Alagoas, enviado a Recife e, no porão do navio Manaus, seguiu para o Rio de Janeiro. Inicialmente, conviveu somente com presos políticos numa sala anexa à Casa de Detenção, no Pavilhão dos Primários, ainda, na mesma unidade prisional e depois foi para Colônia Correccional do Rio de Janeiro, na Ilha Grande, lugar onde a convivência passou a ser com presos comuns. Ao final do encarceramento, foi reconduzido à Casa de Detenção, onde permaneceu até o momento de sua libertação.

Dentre os espaços de encarceramento, a colônia penal Cândido Mendes merece destaque pelos relatos marcados pelo total isolamento, característicos da ilha-cárcere e pela degradação do indivíduo, reduzido à condição de animal que tem a morte, abertamente declarada, como sentença:

[...] enxerguei um tipinho de farda branca

[...] O discurso, incisivo e rápido [...] [dirigindo-se aos presos recém-chegados]:

– Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande, esqueça disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm

protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se, vêm morrer.<sup>1</sup> (MC, p. 69).

Nessa perspectiva, o falseamento da realidade seria tarefa impossível na construção do *Memórias*, afinal, segundo o próprio autor, “a cadeia não é um brinquedo literário” (MC, p. 575), devido ao comprometimento do escritor com a inscrição da verdade na tessitura literária. Dizer, contar, externar através da escrita de suas memórias um período da sua história impressa em seu próprio corpo, pois “o admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas na sindicância” (MC, p. 575), remete a uma condição perigosa para o intelectual, pois o emburrecimento era necessário naquele contexto social. “Sem ele, como se poderiam aguentar políticos safados e gerais analfabetos?” (MC, p. 20).

A estrutura narrativa confere a Graciliano a oportunidade de revisitar suas obras e seu processo de composição, num movimento de autoconsciência de sua trajetória literária; e para além da função estética da palavra *enfeitar*, utilizou a palavra para dizer de uma parte obscura da história do Brasil no governo de Getúlio Vargas, vivenciada nos porões da ditadura. O que parecia relegado aos subterrâneos da História, é trazido à tona como arma insignificante, mas são as armas que o mestre Graça sabia utilizar bem: as palavras (RAMOS, 1962, p. 191).

Da longa narrativa, pouco a pouco, estabelecem-se os pontos de contato entre o mundo das leis e a organização prisional impressos no corpo do prisioneiro Graciliano. A linguagem justa e exata do texto literário aproxima o leitor das memórias corpóreas: torturas, humilhações, doenças, degradação. No prefácio de *Memórias do cárcere*, Nelson Werneck destaca esta exatidão ao afirmar que

[...] escreveu, realmente, com exatidão espantosa, com rigor excepcional. Tudo o que é negro, em sua narração, é negro pela própria

---

<sup>1</sup> A partir desta nota, as demais referências a trechos do *Memórias do cárcere* serão grafadas MC, seguidas das páginas referentes.

## Sob a custódia do tempo

natureza, o que é sórdido porque nasceu sórdido, o que é feio é mesmo feio. Não há pincelada do narrador no sentido de frisar traços, de agravar condições, de destacar minúcias denunciadoras. (WERNECK, 2008, p. 98).

Sendo já referendado criticamente o valor documental e literário do *Memórias*, alguns estudiosos destacam a importância dessa narrativa na história do Estado Novo (1937-1946) pelo tom de denúncia de abusos sofridos na prisão. Esse tom literário, ainda, traz à luz uma discussão sobre a precariedade da lei e, nesta, o imperioso apagamento de qualquer marca de subjetividade do sujeito. Nessa linha, a narrativa dá voz aos vencidos, consubstanciando a possibilidade de visibilidade dos personagens. Graciliano permite a qualquer indivíduo, também, mergulhar no universo carcerário do período da ditadura Vargas, entrecortado com momentos dilacerantes, no qual se integra ao corpo nauseante do homem o intelecto seco do escritor, numa impressão de *déjà vu* da violência e degradação humana, características inerentes à história de nossas prisões. Assim,

[...] quem dormiu no chão deve lembrar-se disso, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze. (MC, p. 12).

Ao leitor, torna-se possível, portanto, a constatação evidente de que o poder da polícia no período Vargas suplantava o Poder Judiciário, superlotando as prisões com todos aqueles que de alguma maneira se opusessem ao regime. Dessa maneira, o aparelho repressor do Estado exercia o controle institucional sobre os indivíduos e, sob a égide da violência armada, a sociedade tinha conhecimento da realidade imposta no cárcere:

## Capítulo 2 – Literatura e mundo da prisão: alegoria e representação

Certamente outros iriam cair, as prisões se encheriam a ditadura mal disfarçada que humilhava um congresso poltrão grimparia. Anos perdidos. E se a agressão fascista continuasse lá fora, teríamos aqui medonhas injustiças e muita safadeza. (MC, p. 64).

O Estado Novo foi um período marcado por um governo ditatorial, representado por Getúlio Vargas, que, aproveitando-se da instabilidade política e de um suposto plano comunista, impediu a realização de eleições presidenciais em 1938. Getúlio, no golpe de 1937, contava com o apoio do povo e dos militares para assumir o poder e, ao fazê-lo, apagou qualquer registro de democracia, fechando o Congresso Nacional e impondo uma nova Constituição. Assim, bem resguardadas as devidas proporções e com um incontido traço hiperbolizante, eis o Brasil da época: uma grande prisão.

Entrelaçado àquela realidade política brasileira dos anos de 1930, Graciliano Ramos antevê no seu depoimento o alto nível de encarceramento naquele período, provocado pelo, então, “fascismo tupinambá, em que o governo se corrompera em demasia; para aguentar-se precisava simular conjunturas, grandes perigos, salvar o país enchendo as cadeias”. (MC, p. 493).

Analisando dados referentes ao encarceramento nas décadas de 1920, de 1930 e de 1940, pode-se entender a política de repressão exercida pelo Estado. A proporção de pessoas formalmente condenadas não ultrapassava 0,0000103% da população – eram 6.212 condenados num contingente populacional de 46.228.607 de brasileiros (CANCELLE, 2005).

Quatro anos depois, em 1938, a informalidade das prisões se tornara uma constante e pessoas eram detidas para averiguações, sem qualquer condenação formal e “o interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos, não apareciam. Nem uma palavra de acusação”. (MC, p. 68). Graciliano, assim como o personagem kafkaniano “Josef K.”, foi levado à prisão sem saber qual a acusação formal, nem participa de nenhum procedimento processual. Mesmo que alicerçado em fundamentações falsas, não figura em nenhum processo. Considerando a matriz

## Sob a custódia do tempo

kafkaniana, Graciliano passa pela metamorfose da personagem, inicialmente compelida às tramas de um *processo*<sup>2</sup> indefensável que acaba reduzida à *colônia penal*,<sup>3</sup> com o corpo (e alma) sob a custódia do horror.

No estado de São Paulo, em 1938, foram detidas 46.636 pessoas, segundo o Conselho Penitenciário, quadro que evoluiu em 1939 para 48.742 pessoas detidas sob a acusação de alcoolismo, desordem e ócio, delitos informados como mais frequentes, depois das prisões por motivo de averiguação. Número que, no interior paulista, em 1942, representou 34% das prisões, ou seja, das 35.039 pessoas presas, 11.761 foram detidas para averiguação. A aparente legalidade travestida na prática de detenção entendida por averiguação no governo Vargas cede ao impulso da escrita testemunhal de Graciliano com uma escrita fiel ao horror dos porões da ditadura nos idos de 1930. Assim,

[...] entre nós execuções de aparato eram exequíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos. Isso se aplicava a sujeitos mais ou menos comprometidos com o barulho de 1935. Mas que diabo tinha eu com ele? Certamente me pregariam agulhas nas unhas nem me fariam saltar de andar alto. (MC, p. 76).

Dar conta dessa realidade política exige da testemunha o rigor da objetividade, mas, nesse caso, trata-se de um dos três ou quatro maiores prosadores da nossa literatura (BOSI, 2002), e, portanto, o que esperar na construção da narrativa frente a tal realidade objetiva? A linha fronteira entre a subjetividade da testemunha em relatar

---

<sup>2</sup> Romance do escritor checo Franz Kafka, *O processo* narra a desventura de Joseph K., que acorda certa manhã, é preso sem motivos e permanece um longo tempo na prisão, sem julgamento por um crime que não cometeu.

<sup>3</sup> O livro faz uma análise crítica sobre o instituto da pena, analisando seus limites, a impropriedade das penas baseadas em castigos corporais e ilustra, com clareza e precisão, a barbárie que constituíam as técnicas medievais na aplicação desses castigos punitivos.

os fatos como ocorrem e o compromisso em ser idôneo trazem à tona a complexidade do texto e a riqueza da capacidade intelectual de Graciliano, elementos imbricados nas situações evocadas no plano individual e coletivo das suas memórias. É importante realçar, ainda, o desejo intenso do escritor que, no âmago de sua arte, dava testemunho sobre o homem, assumidamente projetado na criação de suas personagens e depois em si mesmo, como ocorre em suas recordações de menino, na sua obra *Infância* (1945), e de homem, em suas memórias da prisão (CANDIDO, 2006).

A literatura mimetizada na descrição de um mundo apresentado nas páginas do *Memórias* e o discurso literário sobre essa realidade delineiam corpos que perambulam em meio à degradação e situações aviltantes. Graciliano cumpre a promessa de escrever como forma de pagamento pela hospedagem, após 10 anos livre do encarceramento, e sua obra póstuma representa a alegoria do mundo da prisão e a prisão como mundo, num espelhamento dialético de uma sociedade aparentemente civilizada. Num movimento de intersecção entre esses dois espaços – sociedade extramuros e sociedade intramuros –, a literatura representa um instrumento público das memórias estilhaçadas pelo poder, pela destruição de arquivos, num silenciamento histórico da flagrante violência institucionalizada na história das prisões:

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo: – O senhor é jornalista? – Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida. O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando: – A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever. (MC, p. 516).

É de se destacar o desapontamento de alguns leitores das memórias de Graciliano ao se depararem com uma narrativa que se esvazia do sentido de luta partidária e se aporta, fundamentalmente, na maneira como o escritor sobrevive



## Sob a custódia do tempo

àquelas condições adversas de confinamento (BOSI, 2002). Apesar de tal consideração, ainda que em parte procedente, é importante entender que o aprisionamento dera a Graciliano a real dimensão de seus limites e o surpreendente encontro com criminosos que, controversamente, inspiravam-lhe respeito:

Sempre me parecera que criminosos não se diferenciavam muito da gente comum, mas ali surgia um deles superior aos outros homens. Paulo Turco era se não me engano assassino e ladrão. Contudo inspirava respeito. E aquele procedimento levava-me a admirá-lo. A extraordinária antinomia me assombrou: um vivente nocivo, capaz de matar, roubar, sacrificava-se para manter e educar pessoas encontradas por acaso, diferentes dele. E perguntei a mim mesmo se a virtude singular não compensava as faltas anteriores. (MC, p. 610).

Ainda nessa linha, destaque-se a quase ausência de discussão política e assumido distanciamento do tom partidário, substituída pela construção de uma narrativa marcada pelo sofrimento. O *Memórias* maximizou a precariedade de um Brasil pobre e imerso numa estúpida burocracia, apoiada por um estado de ditadura sustentado pela legalidade de uma polícia terrorista. Cumpre destacar o sutil contraponto lançado na discussão: a imagem política de uma sociedade incapaz de seguir uma liderança revolucionária. Essa constatação fazia com que Graciliano se sentisse um “revolucionário chinfrim” diante das injustiças sociais. Excluído político e socialmente, ele faz da escrita sua narrativa sobre o passado e as relações construídas no espaço do seu testemunho (BOSI, 2002).

Os limites dessa fronteira entre literatura e testemunho, que inicialmente interpõem-se pelo formato “depoimento”, são eliminados pela diluição do texto em várias narrativas, estetizando a obra. Assim, o enfraquecimento enraizado na diluição das narrativas avança como fortalecimento concreto desse amálgama – testemunho e arte. Nesse sentido, o universo da ficção parece comprometer a capacidade da obra literária

na sua realização enquanto crítica social, daí o tom memorialístico do *Memórias* como suporte documental sobre a “página do fascismo tupinambá”. (BASTOS, 1998).

As discussões em torno da literatura de testemunho encontram ressonâncias desfavoráveis a sua prática, dada a possibilidade iminente de comprometimento da história diante da carga emocional do testemunho. Já no campo jurídico sobre o papel do testemunho, o entendimento aponta para um elemento esclarecedor dentro do processo de discussão que porventura possa impetrar a dúvida. Na literatura, o testemunho configura-se como possibilidade de externar a voz do sobrevivente, do sujeito que vivenciou momentos de grande tensão, de trauma, reivindicando para si o papel de mártir.

Os espaços para a dor e para o sofrimento colocam o escritor diante dos conflitos sociais, até então inaudíveis, numa espécie de real traumático, estabelecido pela tensão entre a necessidade de dizer e a incapacidade linguística para demonstrar o que precisa ser dito (KIFFER, 2006). Essa literatura, representação estética da escrita, encontra solo fértil nas discussões de suas experiências-limite no cárcere, trazendo do depoimento literal o compromisso com a representação do real, mas, num gesto claro e confesso de impossibilidade de abarcamento de toda essa realidade, admite que “não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, iam-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível redigir esta narrativa”. (MC, p. 11). Nesse invólucro de ficção em realidade, a testemunha se torna veículo de uma ocorrência, de uma realidade, de uma posição ou dimensão para além dela mesma. Nos debates contemporâneos, observe-se, o conceito de testemunho encontra-se associado ao trauma, um dos conceitos-chave da psicanálise, numa representação metafórica de ferida na memória (SELIGMANN-SILVA, 2003).

O contato com a dor e o sofrimento desencadeados pelo cenário de violência das guerras fizeram do século XX a era das catástrofes, em que tais elementos foram transpostos para a realidade do cotidiano e nela se encontram materializados e também representados no ato de escrever. Naquele contexto os eventos da linguagem e seus testemunhos eram tidos como uma modalidade de realização da

## Sob a custódia do tempo

verdade, ou seja, não se tratava apenas de um enunciado, mas da possibilidade de acesso àquela verdade (FREUD citado por SELIGMANN-SILVA, 2003). Assim,

[...] o modelo paradigmático dessa literatura anti-irônica – que poderíamos chamar [...] de literatura do “real” – é representado pela literatura de testemunho. [...] é mais que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época das catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de autor-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. [...] esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada [...] pelo romance realista e naturalista [...] deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que resiste à representação. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 372-373).

No *Memórias*, como recurso narrativo, a sentença de morte determinada pelo diretor da Colônia Correcional remete à “catástrofe”, à “virada para baixo” ou numa outra possível sinonímia da ideia de “desabamento”, representada pela situação em que se encontrava o escritor. Este, ao testemunhar o horror nos subterrâneos da prisão, sendo seu local de fala privilegiado, expõe a ferida e a verdade velada pela política varguista.

Seguindo, o choque provocado pelo contato com a atmosfera prisional na condição de preso político leva o intelectual Graciliano ao seu “desabamento” pessoal. Assim, sob diversos ângulos, percebe-se o homem enjaulado num mundo desconhecido, de incongruências que, associado ao controle, ao exercício exaustivo de repetição, permitiu-lhe desenhar a realidade do “rebanho” num cenário absurdo da miséria humana: “Deficiência de tratamento, nenhuma higiene, quatro ou seis chuveiros para novecentos indivíduos. Enfim não nos enganavam. Estávamos ali para morrer”. (MC, p. 434).

O escritor dedicou os últimos 15 anos de sua vida na composição do *Memórias*, oferecendo um testemunho real-ficcional sobre o mundo da prisão visto sob o ângulo de sua experiência pessoal, e compondo com sua narrativa um “livro desigual” por associar ao formato documental sua arte narrativa (CANDIDO, 2006). E assim teria mesmo de ser, pois, enfim, “impossível conceber o sofrimento alheio se não o sofremos”. (MC, p. 575).

Para Graciliano o indivíduo livre não entende a vida além das grades, as oscilações de caráter e da inteligência, o desespero sem causa aparente, a covardia que era substituída por atos de coragem doida. Assim posto, eram “animais desequilibrados” transformados em “almas incompatíveis” e, portanto, corpos esvaziados de significação social.

## 2. A geografia da prisão: entre grades e gaiolas

Segundo Carlos Nelson Coutinho (1967), Graciliano era um “soldado hábil e perigoso” à guerra instaurada no Estado Novo e que poderia “influenciar cabeças pensantes”. Por esse motivo o afastamento do escritor alagoano da vida social parecia ser a melhor saída, no entanto, sua exclusão da vida social não foi a solução mais inteligente. Assim, tê-lo como a vítima mais ilustre do governo de Getúlio Vargas imprimiu à história do Brasil um retrato não coincidente com o retrato oficial de um povo custodiado pelo seu próprio país (MIRANDA, 2004).

É importante entender o *espaço* como elemento articulador no *Memórias* e não o tempo, como comumente se utiliza enquanto base na análise autobiográfica do escritor. Assim, observa-se no texto do *Memórias* que a temporalidade se submete ao espaço, configurado, dessa maneira, nos títulos de cada volume que, com exceção de “Viagens”, que se referem ao período passado no quartel e no Rio de Janeiro, consagram os espaços prisionais: “Pavilhão dos Primários”, “Colônia Correccional” e “Casa de Correção”. A cada cárcere há um emparedamento da vida nos espaços fechados, portanto, reduzidos à segregação e à degradação humana (BENTO, 2008).

## Sob a custódia do tempo

Desde menino até homem adulto, Graciliano conhece e vive, de fato, a violência e as diversas formas de poder que avultam na voz do narrador e das suas memórias, ora representadas pelo pai, ora representadas pelo Estado, e quanto a este, caberia citar as lembranças do cárcere, mas, todavia, nada aqui impede de destacar as tristes lembranças do menino que acabam influenciando suas atitudes de adulto. Nesse sentido, segue um fragmento da obra *Infância* (1945), intitulado “Um cinturão”, no qual o pai interroga o menino acerca do sumiço de um objeto. Note-se que na sua infância “tudo é nebuloso”, mas a naturalidade da violência é clarificada pelo direito dos pais de castigá-lo, seja pela dureza de um cinto de couro, seja pela grossura de uma corda nodosa:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiem-me porque podiam bater-me, e isto era natural.<sup>4</sup> (I, p. 35).

Suplantada pela linguagem das palavras, a força imperiosa na condição de prisioneiro de sua própria existência confere ao escritor alagoano a compreensão de que “pessoas grandes não levavam pancadas”. Assim, desde cedo, na dura rotina desse violento aprendizado familiar, foi para lutar contra “o aprendizado da injustiça” que Graciliano se tornou escritor, objetivo cumprido à risca no *Memórias*. O menino cresceu e viveu uma infância de educação rígida e difícil no chamado “polígono da seca”, num mundo marcado pela hostilidade, “no mundo do sol assassino”. (BASTIDE, 2001).

Dessa maneira, a melhor saída para esse menino seria se esconder do pai “num canto, para lá dos caixões verdes”, em silêncio quase total, rompido apenas pela

---

<sup>4</sup> A partir desta nota, o romance *Infância* será grafado I, seguido da página referente.

sua “tremura infeliz” e pelos “sons duros desprovidos de significação”. Sua ainda percepção limitada frente à complexidade de acontecimentos e o registro dessa experiência da infância são entrecortados pelo pavor, pela fúria e, sobretudo, pela compreensão solitária do seu mundo como “casa escura, triste”, “pessoas tristes”:

Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa. (I, p. 35).

Num aprendizado doloroso, ao menino é ensinada a concepção de lei e de justiça enviesadas pela violência, maus-tratos, humilhações que são marcados na narrativa pela ausência da linguagem. O silenciamento é potencializado pela dor, a linguagem do corpo grita em meio às torturas sofridas. Na plasticidade da cena, na construção do texto exato, Graciliano funde a sensação de “garganta apertada, a casa a girar, a queda lenta” à imagem do voo de todas as abelhas do cortiço e ao zumbido da pergunta perturbadora: “onde está o cinturão?”. Absorvendo o teor de violência misturada com abandono, o escritor dá um contorno literário à emblemática cena de pavor do protagonista diante do interrogatório paterno:

Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperna, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro. (I, p. 36).

A nebulosidade do relato da infância carregada de violência, condensada na figura paterna, sobretudo, pelo instrumento de repressão – um cinturão –, traduz um mundo de incongruências impostas à subjetividade infantil do protagonista. Num misto de

## Sob a custódia do tempo

esperança e covardia, ao menino cabe lutar com as armas que possui, e assim faz o homem Graciliano, mesmo que tais armas pareçam insignificantes: “Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.” (I, p. 36).

Tomando por recorte fragmentos dessa obra, também memorial, é possível entendê-la como metonímia do sentimento de aprisionamento de Graciliano, em primeiro momento pelo pai e, a seguir, pelo Estado. Mesmo com instrumentos coercitivos diferentes, mas numa clara alusão à violência de seus direitos, tanto em um caso como noutro, o julgamento não se fazia necessário, e sem nenhuma palavra o menino/homem foi julgado. E castigado. Entende-se, também, o sentimento de liberdade no mundo social ou fora dele, que é relativizado pelo escritor em suas memórias, quando afirma que

[...] liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (MC, p. 12).

No começo de 1936, Graciliano era funcionário da Instrução Pública de Alagoas, ficando dois anos e oito meses nesta função e, destaque-se, sentia-se agradecido por ter sido conservado no cargo durante tanto tempo. Ainda, por tentar questionar e criticar algumas decisões e ações públicas, recebia “telefonemas misteriosos, com veladas ameaças”, não se intimidando, todavia: avisava ao seu “interlocutor telefônico” sobre seu horário de trabalho, e que, afinal, não pensava em empreender fuga.

Passava os dias em sua casa, em Pajuçara, “consertando” as últimas páginas de mais um romance, *Angústia* (finalizado durante sua prisão), que, mesmo sem pretensões freudianas assumidas, é carregado de análise da frustração sexual que, naquele caso, culminava num crime (BASTIDE, 2001). Mas o que naquele momento o incomodava era o ciúme da esposa, a falta de dinheiro para uma viagem

providencial e os filhos. Os problemas se agravariam, afinal ficara desempregado e vislumbrava momentos de várias discussões e de produções escassas. Desejava fugir, mas como? Assim é que

[...] naquele momento a ideia de prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas. Na verdade suponho que me revelei covarde e egoísta: várias crianças exigiam sustento, a minha obrigação era permanecer junto a elas, arranjar-lhes por qualquer meio o indispensável. (MC, p. 24).

Avisado sobre sua prisão, decidiu esperar. Naquele momento, mesmo numa atitude egoísta, e por muito paradoxal que pareça ser, a prisão despontava como “princípio de liberdade”, e a cadeia representava a possibilidade de término de seu livro e, também e talvez, contasse ainda com a possibilidade de “escrever um romance além das grades úmidas e pretas”. Graciliano se lembrava da inércia e facilidade de se deixar levar e avalia consigo mesmo que se todos agissem dessa maneira não haveria revolução no mundo. Na verdade, considerava-se um “revolucionário chinfrim” e suas armas eram mesmo outras, pequenas, frágeis e de papel. Ironicamente, preparou-se para ser preso, e

Afinal, cerca de sete horas, um automóvel deslizou na areia, deteve-se à porta e um oficial do exército, espigado, escuro, capuz ou mulato, entrou na sala.

- Que demora, tenente! Desde meio-dia estou a sua espera.
- Não é possível, objetou o rapaz, empertigando-se.
- Como não? Está aqui a valise pronta, não falta nada. (MC, p. 23)



## Sob a custódia do tempo

A “invisibilidade imposta”, natural a todo sujeito em confinamento, apontava para o “velho Graça”. Assim, deposto de seu cargo, ele não era mais um funcionário público respeitado e, aos poucos, operava-se seu apagamento social, o silenciamento em suas relações pessoais e seu “apagamento” nos meios em que transitava com certo respeito e reconhecimento. Restavam significados difusos e opressores: “soldado imóvel”, “mecânica chateação”, nada de interrogatórios, acusação, carta apreendida.

Então, conduzido ao 20º Batalhão dos Caçadores, em Maceió, e depois para Recife, aos poucos o escritor experimentava a inquietação física, a fome, as ideias desagregadas associadas à saleta nua, sem lavatório e mictórios que (des)estruturavam um novo contorno à concepção de mundo. A imprecisão das horas na narrativa indica a quebra da rotina, do controle pessoal sobre a vida, sublinhado pela permanência involuntária no mesmo lugar. O movimento consciente de se levantar, andar, sentar, dormir, fumar, represados num mesmo espaço, traz ao autor a verdadeira dimensão da palavra “prisão”. No volume intitulado *Viagem* se revela a constatação de que a ideia de liberdade na prisão se diluía à medida que “se ausentava do mundo”, ausência aprofundada pela impossibilidade de “arranjar um livro” para quebrar a monotonia da prisão.

O deslocamento de trem, a chegada ao quartel o colocaram em contato com “um mundo bem estranho”, afinal, anteriormente já tinha se livrado de servir o Exército, que acreditava se tratar de uma organização inútil e maléfica:

Certos há outros deveres, mas desse gênero, tendentes à mecanização do recruta. Decoradas certas fórmulas, aprendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer as obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável. (MC, p. 56).

A prisão representa espaço de segregação, de corte das relações, familiares ou dos seus afazeres, retirando-lhe a lógica habitual. Num espaço de 24 horas, um

muro se levanta em torno do prisioneiro-narrador, fora classificado, etiquetado e só poderia se recolher a local preestabelecido. O uso do banheiro coletivo, a presença ostensiva e frequente de vigilância provocava “náuseas, aperto no diafragma”, o que fizera com que o escritor permanecesse dois dias em jejum. O contato com a prisão dava a ele impressão de envelhecimento, de fraqueza mental, sensações experimentadas na leitura de um livro, pois não conseguia se concentrar (BENTO, 2008). Por outro lado, não compreendia por que seu companheiro de cela, numa atitude contrária, passava o dia a contar anedotas, rindo, cantarolando, acreditando ser tratado com muita consideração. Graciliano viria a entender, com certeza, essa atitude “estranha” quando enviado à ilha-cárcere.

Naquele ambiente, a literatura surgia como possibilidade de distração, de quebra da monotonia. As horas passavam devagar, a “inteligência baixava”, e para ele, talvez, a composição de uma narrativa dos casos diários pudessem ocupar os dias. Então, com muito custo pessoal, conseguiu produzir um volume que esconderia, caso houvesse busca nas celas. Nesse sentido, quanto ao resgate da tradição literária de uma escrita autobiográfica em períodos de confinamento, mesmo identificando a possível incompatibilidade entre vigilância ostensiva, externa, e intimidade inerente ao processo da escrita, é imperiosa a vontade de produzi-la no cárcere como instrumento de combate ao ócio ou à falta de liberdade (BENTO, 2008).

Na ausência de distração, curiosamente, e sobre um dos episódios vividos, Graciliano contempla o registro pouco comum feito por Capitão Lobo com relação à “falta grave” cometida por ele, assim remetendo o leitor ao entrecruzamento de lembranças do menino e as memórias do homem. Pensar que a utilização do banheiro dos oficiais em vez do banheiro dos sargentos levasse o escritor a um possível castigo lhe causou espanto e fez com que lembrasse as “brutalidades e castigos suportados na infância” sem motivo ou gesto aparente:

- O senhor cometeu uma falta muito grave.
- Uma falta grave, capitão? respondi aturdido. Não entendo.

## Sob a custódia do tempo

- Muito grave. Na sua chegada eu lhe disse que usasse o banheiro dos oficiais. O senhor ontem tomou banho no banheiro dos sargentos. Era verdade, mas achei graça na repreensão e sosseguei:
- Ora capitão! Foi essa a falta grave? Julguei que se tratasse de coisa séria, assustei-me. (MC, p. 70).

Nesse episódio, o escritor se sente advertido como criança e, apesar da singularidade da situação, cabia-lhe explicar tais fatos. Esqueceu-se de que não haveria diálogo, que estava lidando com um oficial e que, mais uma vez, deveria se submeter às ordens superiores como nos tempos de infância. A figura do “Capitão Lobo”, ainda assim, era admirável e fizera Graciliano entender que a “desgraça ensina muito”. (MC, p. 94).

A previsão de permanecer apenas alguns dias, quiçá semanas na prisão, foi abandonada pelo escritor. Agora, o limite do mundo se reduzira ao banheiro, a ociosidade estava presente na rotina, saía da “gaiola” apenas uma vez por dia:

Permaneceremos civilizados vestindo pijama, calçando chinelos, deixando a barba crescer, palitando os dentes com fósforo? Pouco a pouco vamos caindo no relaxamento. Erguemos a voz, embrutecemos, involuntariamente expomos a rudeza natural. Ignoramos que isto acontece, suprime-nos meios de comparação, quando voltarmos estaremos transformados. Afinal a transferência não era ruim: quebrava a monotonia. (MC, p. 96).

Tempos depois segue a transferência para outra prisão: um navio. Essa situação compõe uma das narrativas mais impactantes no romance, pelo ambiente sórdido e pelo princípio de animalização das personagens, ao lado da convivência obrigatória que se dá não só com presos políticos, mas com militares (BENTO, 2008). Tal é que o contato com o soldado e com o “ferro” a lhe tocar as costelas, para forçar sua entrada rápida no navio, impôs ao escritor sua real condição de custodiado do Estado. Assim,

“sob os olhos vermelhos do miserável soldado”, compreendeu como a compreensão sobre o espaço de confinamento pode ser ampliada nas sujeições e na degradação:

Experimentamos raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beijos e baixar a cabeça, engolir a afronta. Nunca nos vimos assim entalados, ainda na véspera estávamos longe de supor que tal fato ocorresse. O absurdo se realiza e não vamos discuti-lo. (MC, p. 103).

Envolto nessa nova realidade de total despersonalização do *sujeito preso* com o *sujeito soldado*, ambos condenados à convivência obrigatória e imersos no clima “de inferno”, o escritor já se enxergava como integrante de “uma boiada numerosa”. Assim, não havia mais a opção de incorrer em falta grave, pois no navio não havia mais dois banheiros – nesse ambiente em alto-mar, junto à multidão, como num “vasto curral”, estava misturado ao suor, ao cheiro horrível, e perdera a noção de tempo:

Experimentei com a resposta verdadeira decepção, realmente insensata. Pois não via muitos indivíduos, talvez centenas de indivíduos no curral flutuante? Escapou-me a observação e lá fui ziguezagueando num labirinto de redes, altas, baixas, do solo ao teto, a se emaranhar, a balançar com o movimento do navio. (MC, p. 112).

O tempo, com sua medida de futuro e de realizações, estava restrito à convivência obrigatória com os roncões, as tosses, os vômitos, com os outros a coçarem os escrotos num espaço exíguo de camas e redes. Associada à perda da noção das horas, a loucura passava a fazer parte da rotina de Graciliano, em que “talvez me visse num manicômio, a criar fantasmas”. (MC, 67). Enfim, a chegada a Maceió lhe trouxe uma nova configuração de si mesmo: era um morto em estado de decomposição.

## Sob a custódia do tempo

Roger Bastide (2001) lembra que no porão do navio Manaus, em meio à sujeira, Graciliano enrijece seu corpo, decide não ingerir alimentos como manifestação de resistência às normas e encontra autonomia espiritual nas folhinhas de papel em que escreve. Bastide entende, ainda, que é nesse momento de pretensão fracasso que bem se configura o signo da vitória graciliana sobre todo um sofrimento pessoal, social, histórico, artístico, pois do âmago desse crucial conjunto de dores íntimas nasce uma das obras mais importantes da literatura brasileira.

Seguindo, a consciência pessoal do “apagamento social” se deu no momento de sua chegada a Maceió, diante da atitude de afastamento das pessoas, em função do medo que tinham de se comprometer com os presos, pois “uma palavra à toa, largada com bom propósito, avivaria suspeitas”. (MC, p. 89). Na sequência, o julgamento social levou Graciliano à admissão de culpa, com punição devida pelo erro que ele próprio desconhecia, mas que lhe dava a real dimensão da prisão e de todos os efeitos provocados por tal segregação.

No Pavilhão dos Primários, primeiro ambiente fixo experimentado por Graciliano, ele se deparará com a imundície peculiar à arquitetura prisional, local onde permaneceu por quatro meses. Note-se que o diferencial em relação aos demais espaços prisionais se deu pela convivência com presos políticos, num espaço impregnado de atmosfera política, onde partilhou todos os ganhos de conhecimento político com os colegas de prisão, em grande maioria, socialistas. Tal convivência tornou o cárcere um espaço diferente: havia palestras, aulas, jogos de xadrez, momentos de recreação, a “produção” de uma emissora de rádio... Espaço em que todos se imbuíam de um assumido esforço coletivo advindo de engajamento político e social da, então, ala de intelectuais do país.

É interessante avaliar, nesse momento, o sentido de tal dinâmica espacial. Assim, chegando ao pavilhão, “alto edifício de fachada nova” com salas à esquerda e à direita, homens bem-postos, com seus sapatos lustrosos, camisas de seda, suspensórios chiques, os quais, segundo Graciliano, revelam um contraste com a

simplicidade dos inquilinos: homens de pijamas, tamancos e, alguns tantos, só de cuecas. Eram cerca de 30 ou 40 pessoas nesse espaço de confinamento.

O pensamento que inicialmente lhe ocorreu, ao chegar, foi sobre a necessidade de tomar banho, mas, nesse espaço, o problema não se restringia apenas ao pouco número de banheiros. Ocorreu que chegara tarde e, portanto, teria de esperar até o dia seguinte para se banhar. Um jovem companheiro, muito simpático, apontou-lhe uma solução:

Estou imundo faz uma semana que não me lavo. [...]

– Dispa-se.

Nem me deu tempo de recusar. Minutos depois achava-me coberto de espuma a receber açoites líquidos em todo o corpo. Enxuguei-me com uma toalhinha de rosto, encabulado por incomodar o solícito homem, que passava a borracha no chão molhado. (MC, p. 190).

Quanto ao dia a dia de convivência aprisionada, instalado no cubículo 35, reduzido a duas camas, tendo, junto à porta, um guarda-vento que escondia o banheiro e a pia, com mais um companheiro conseguia se deitar como gente, longe das redes do navio. Experimentava a refeição e, não havendo mesas, era necessário comer sobre a cama na cela, o que lhe deixava atrapalhado, ainda que houvesse ali certa organização. Conseguiu, nesse caos organizado, um lugar para os livros e seus poucos pertences.

A convivência pacífica, cercada de amabilidade, com pessoas a lhe interrogarem sobre possíveis necessidades, causava estranhamento ao escritor. Mais tarde entenderia que uma comissão formada por cinco membros administrava a prisão, o que servia, de certa forma, para manter “o equilíbrio” na disposição e uso dos espaços, a ordem e a higiene do local:

À testa dele, uma comissão formada por cinco membros, eleitos por alguns meses, zelava a ordem, a higiene, entendia-se com o

## Sob a custódia do tempo

mundo lá de fora utilizando as visitas, levava à administração do estabelecimento exigências e protestos. (MC, p. 198).

A ausência do diretor na rotina da prisão e nas demandas dos presos legitimava a presença de uma organização<sup>5</sup> que lutasse pelos direitos dos apenados, o que representava uma tentativa de estabelecer o diálogo em meio ao cerceamento de qualquer espécie de direito. Observa-se, ainda, a presença de outros segmentos sociais existentes na prisão (operários, estivadores, gente simples); no entanto, como grupo em maioria e bem mais organizado (composto por engenheiros, médicos, bacharéis, homens cultos), aqueles se submetiam às regras estabelecidas por esses. Em tal ambiente, todavia, os conflitos inerentes a qualquer sociedade eram também notados nessa “microsociedade”, assim, por mais que se tentasse uniformizarem os discursos, as diversidade cultural e social minavam a ideia de uma sociedade, entenda-se, mais igualitária: “Comunicação difícil, quase impossível: operários e pequeno-burgueses falavam línguas diferentes. Não nos entendíamos, não nos podíamos entender”. (MC, p. 230).

Numa outra escala, não mais agora de equilíbrio social, verifica-se no interior do romance, a saber, a passagem de Graciliano pelo Pavilhão dos Primários, marcada por outro fator determinante nas relações de poder: a sexualidade. Determinado sob tal ângulo de necessidade “carnal”, os mais fracos deveriam se submeter às regras ditadas pelos mais fortes, e nessa crua manifestação de violência com poder, a homossexualidade aparece na obra em forma de estupro, como “ação” que absorvia todo o sistema penitenciário:

---

<sup>5</sup> Alguns estudiosos afirmam que durante o regime militar a convivência entre presos políticos e presos comuns resultou em aprendizado das táticas de guerrilha, forma de organização, hierarquia de comando e clandestinidade. É por esta razão que se convencionou chamar de “crime organizado” as práticas com métodos avançados de organização.

Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estremeceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer e alguns vendiam pequenos delinquentes e velhos presos corrompidos-vinte, trinta, cinquenta mil réis, conforme a peça. [...] Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente. (MC, p. 296).

Desde os pederastas calejados até a polícia, todos contribuía ou participavam para a violência sobre o corpo do mais fraco. “Meninos, abandonados, vagabundos, pivetes que desde cedo se estragaram não se surpreendiam, nem manifestavam repugnância aos serem metidos em celas de pederastas” (MC, p. 75); e àqueles que demonstravam não servir a tais propósitos bastavam alguns dias de maus-tratos, fome e sede para anularem a sua resistência. É assim que

[...] o sistema carcerário não só isola o macho da espécie, ele cria uma escala de poder que envolve os carcereiros, os presos mais antigos e os mais novos, e que também-e está é a questão importante se estende à própria sociedade, fora da prisão. (GLEDSON, 2006, p. 312).

A permissividade também atingia o jogo, que era proibido e jamais suspenso, a venda de cigarros, os pequenos favores a políticos, tudo isso muito bem pago, pois o dinheiro circulava livremente e, aos poucos, se via “a anormalidade na existência comum”. (MC, p. 296).

Graciliano faz uma nova leitura sobre si e suas convicções enquanto animal social, portanto, seu “nojo” poderia ser um produto social tanto quanto a homossexualidade entre os presos. Inicialmente avesso a esses desvios, afinal era nordestino, macho, criado na aridez do sertão, não suportava tocar esses indivíduos, sendo impingido a se lavar imediatamente. Todo o asco físico se devia ao contato



## Sob a custódia do tempo

com esses tipos que pareciam ter sido amputados pela vida em acidentes que levam braços ou pernas e, por isso, mereceriam piedade. No espaço da prisão compreende o mundo a partir do olhar do outro, num princípio de alteridade, relativizando aquelas conclusões que pareciam definitivas (GLEDSON, 2006). Ele não poderia deixar de tocar nessa ferida, expô-la para que o leitor refletisse sobre a não aceitação das diferenças que fora alicerçada sobre uma cultura machista e que, naquela sociedade, também se reproduzia:

As minhas conclusões eram na verdade incompletas e movediças. Faltava-me examinar aqueles homens, buscar transpor as barreiras que me separavam deles, vencer esse nojo exagerado, sondar-lhes o íntimo, achar lá dentro coisa superior às combinações frias da inteligência. Provisoriamente, segurava-me a estas. Por que desprezá-los ou condená-los? Existem – e é o suficiente para aceitá-los. (MC, p. 298).

A degradação no espaço da prisão contaminava o homem ao ponto de o animalizar. À luz da irracionalidade e da violência, o mundo da prisão vai sendo descortinado a cada viagem pelos cárceres brasileiros, sendo apresentado ao leitor de forma direta, pois não era possível envolvê-la, saneando-a, em “gaze limpa”. Enfim, o mundo era feito de “asperezas, inútil negá-las” e era esse o aprendizado duro do sertão nordestino, herança relegada ao menino: não havia onde se esconder do sol escaldante, do sol assassino. Seria ele, produto social do meio, criado artificialmente para preservação do homem ou seria esta uma maneira de o proteger de si mesmo?

O encontro com um vagabundo sórdido, ainda no crucial Pavilhão dos Primários, colocara-o de novo em contato com a violência sexual. Inicialmente, compreendido como encontro, na realidade se tratava de reencontro, pois o tal vagabundo, para surpresa do escritor, era Francisco Chermont, filho do senador Abel Chermont, que viera parar na prisão graças aos discursos do pai contra a ditadura (por esse motivo interrompera o curso de Direito no último ano). Graciliano conhecera o

menino prodígio, rapaz de futuro promissor, no espaço de uma semana e fora o rapaz mais elegante por ele visto naqueles subterrâneos, bem diferente do rapaz que encontrou pela segunda vez:

Não lhe precisaríamos a idade-vinte ou cinquenta anos. Um ar de fadiga inquieta, a pele baça, o olhar esgazeado, e completo desleixo, indiferença de quem desceu muito e já nem tenta causar boa impressão. A barba atestava ausência regular de navalha e sabão; no crânio rapado a máquina, de lividez cadaverosa, protuberâncias avultavam. A fala abafada entrecortada de hiatos. Lembrei-me vagamente de ter ouvido aquela voz. (MC, p. 311).

Mais assustador que a figura desconcertante de Chermont era o relato de sua “peregrinação” até lá. Por ela, contou que foi transportado com outros para um navio, no porão do navio *Campos*. Naquele espaço colocaram dois grupos distintos: intelectuais e toda espécie de vagabundos. Quinhentas pessoas exprimidas no porão de um navio que confiara toda a administração do local a um preso comum chamado de “Moleque Quatro”.

Moleque Quatro, num processo com misto de julgamento e execução, determinava quem era culpado ou inocente e, imediatamente, cumpria-se a sentença. O réu constante no relato de Chermont era um delator que pedia incessantemente pela clemência do “Moleque Quatro” e que, num estranho julgamento, sem defesa e sem declaração do júri, fora condenado à morte. Assim, por mais assombrosa que fosse a ideia de haver uma execução frente a homens fardados, mais imperiosa era a vontade do negro “Moleque Quatro” em cumprir sua sentença. Subitamente, todavia, ele se demoveu da sentença de morte e decidiu comutar a pena: “– Está bem, não vai morrer. Vai sofrer trinta enrabações.” (MC, p. 315). Dito isso, a cruelíssima sentença se estabelece:

## Sob a custódia do tempo

Trinta vezes o paciente serviu de mulher, a morte, se houvesse neste caso, não faria parte do cadastro oficial, numa clara indicação de normas absurdas e a triste constatação de indivíduos postos fora da sociedade, achatavam-se numa prensa, ódio em cima e embaixo. (MC, p. 18).

Na promiscuidade do cárcere, na degradação do espaço e na contaminação do homem pelo próprio homem – lobo de si mesmo –, a animalização do sujeito era demonstrada por Graciliano em pinceladas de terror psicológico sobre uma tela negra, marcando o trágico na tessitura literária. O autor, horrorizado, não poupou seu leitor das intempéries do cárcere e, com o peso das tintas grossas de suas sensações, narrou todas suas memórias, sem pudores, resgatando a história e as relações de poder sobre o corpo do condenado. Importa destacar, ainda, a constituição desse poder sendo partilhada por várias instâncias prisionais, desde os presos até o diretor. Causa estranhamento pensar em instrumentos punitivos relegando a sua condição de aprendizado à perpetuação de vicissitudes. Ampliados, foram se passando os dias passados na Colônia Correcional Cândido Mendes.

Ironicamente, Graciliano sentira falta do Pavilhão dos Primários, da estabilidade da cela 35, das atividades e dos companheiros políticos. O contato com o companheiro Newton Freitas assustara o escritor, que não encontrava naquele, agora puído farrapo humano, mais nenhum resquício do que fora a alma alegre e ruidosa que habitara aquele corpo em tempos de Pavilhão. Newton Freitas regressara da Colônia, iria se restituir, mas naquele instante era apenas mais um triste, e alquebrado, sobrevivente.

Fazia dois meses que Graciliano estava ali preso e, num inevitável movimento de autoconsciência de si mesmo, imaginara estar semelhante a Newton Freitas, pois não se alimentava bem e, assim, acabava sendo só mais um homem travestido “num pijama curto e rasgado”. (MC, p. 378). Numa narrativa clara e seca, é estabelecido um confronto do corpo físico do prisioneiro Graciliano com o corpo político-social,

balizador do duro aprendizado da posição marginal (MIRANDA, 2004). À medida que, na sua contumaz teimosia, o prisioneiro-narrador luta por se manter livre e fiel a si mesmo, o espaço ganha contornos assustadores, marcado por “rebanho de criaturas humanas em curral de arame farpado”. (MC, p. 379). Destaque-se que foi na construção dessa linha narrativa que o escritor revelou o aparelho ideológico do Estado e seu processo de alienação do sujeito e, de tal maneira, é também nesse momento, quando revela tal estrutura, que se conduz o leitor a um processo de desalienação: a possibilidade, ainda que dolorosa, de um homem livre das cadeias da alienação, livre das prisões da ideologia (PINTO, 1998).

Não obstante tal quadro íntimo de percepção e reação, não seria fácil para Graciliano se manter livre, pois suas “caminhadas eram longas” e uma delas, de pó e pedras no chão, levando até a chegada à ilha-cárcere, compreendia exatos 12 quilômetros de serra, em que ele carregava na valise, além de poucas roupas, algo como “restos de si”: um bloco de papel em branco e meio amassado, bilhetes, fotografias, cartas de sua mulher. Fora avisado para esconder os últimos contos de réis no cós do pijama, bem amarrados, afinal, seria longa a caminhada:

Refletiu, decidiu:

– Vou pedir um cavalo.

Isto me aborreceu: desagrada-me incomodar alguém.

– Talvez não seja preciso. Qual é a distância?

– Doze quilômetros de serra.

– Que horas são?

– Dez.

– A que hora devo chegar?

– À tarde. Chegando às seis, chega bem.

– Obrigado, sargento. Não é necessário o cavalo. Vou a pé. (MC, p. 407).

## Sob a custódia do tempo

Sob o sol assassino da ilha-cárcere, sentia o corpo ceder às picadas de mosquitos, ceder ao enorme esforço, mas, com respiração curta e falhas na visão, Graciliano aos poucos se ambientava. Enfim, alcançava o pátio branco, “um enorme galpão fechado, e junto a ele cercas de arame” onde, completando a arquitetura, as paredes baixas e o telhado de zinco finalizavam a etapa mais complexa do confinamento:

O ar nauseabundo e empestado. Havia certamente nas proximidades um bicho morto a decompor-se. Juntei os cotovelos às pranchas, segurei a cabeça fatigada, comprimi as narinas com os polegares, fiquei um minuto a arfar, respirando pela boca. Um sujeito se avizinhou, manso, quase invisível na escuridão. Arriei os braços, ergui os olhos inúteis: impossível enxergar as feições do homem. (MC, p. 418).

Há nesse capítulo final do *Memórias* um profundo entendimento da imposição do espaço sobre a conduta do indivíduo que se enxerga fraco, reduzido a um alto grau de animalização e disciplinado no cotidiano para não deixar essa condição ser abandonada: “Com efeito, lá os melindres de consciência embotam-se, alteram-se os valores morais – e o nosso dever principal é existir” (MC, p. 499). A sujeira do ambiente, a alimentação precária, os furtos constantes de cigarros são complementos da visão cadavérica a que os presos são condenados: crânio liso, pijamas rasgados, seminus no meio do vazio. E nessa dimensão de vazio, situam-se quase mil pessoas destruídas aos poucos, sentenciadas à morte: “Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.” (MC, p. 429). Viviam como bichos, com “as roupas pelo avesso, o bolso para dentro, em função dos furtos”. (MC, p. 431).

A saúde debilitada não permitia que trabalhasse carregando tijolos, parecia um homem de 65 anos, mas contava com apenas 45. Nenhuma higiene no local, os piolhos... enfim, sentia que estava ali realmente para morrer:

Era uma sala quadrada, o chão de cimento. Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma parede e alinhava igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por frequentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação, torcendo-se, a exhibir urgências refreadas a custo. Essa mostra indecorosa, a falta da mínima dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação. (MC, p. 441).

A narrativa esquadrinha cada espaço de degradação e reducionismo do ser humano – num relato que beira o inverossímil, com o escritor oferecendo ao leitor doses intensas de realidade: “Sentia-me num enxurro, nivelava-me a ladrões, vagabundos, malandros, escórias das favelas, reduzidos ao exercício de apanharem no chão pontas de cigarro [...]” (MC, p. 449).

Confere-se ao relato de Graciliano um grande poder de impacto sobre o sistema repressivo no qual vivia, relato que chama atenção pela secura do estilo e a sobriedade de adjetivações quando o escritor esmiúça a sujeira das condições físicas e do comportamento humano, reproduzindo o mundo carcerário em suas minúcias, potencializadas na conexão mútua entre a consciência moral e a arte (GORENDER, 1995).

Esse relato revela que o sentimento de insegurança, de desconfiança, pairava pela prisão. A corrupção do agente que numa “cortesia desdenhosa” resultava suborno, e os olhos sempre abertos a todos que se achegassem bem-intencionados ou não, cabia-lhe desconfiar. Em tal contexto, misto de realidade e ficção, “é estranho um indivíduo perceber que não tem meio de ser digno”. (MC, p. 499). A dignidade, ou indignidade, apresenta-se de várias maneiras e pode ser corporificada num episódio em que se destaca (REIS, 1984) a obstinação do escritor em encontrar sua carteira subtraída na prisão – obstinação como marca dos momentos de luta contra a despersonalização.

## Sob a custódia do tempo

- É isto, expliquei. Uma carteira que os senhores me furtaram no dia da chegada. Estão aqui os porta-níqueis e o cinto, com monogramas. Há na carteira um monograma igual.
- O senhor tem recibo? perguntou o sem-vergonha.
- Não, homem. Você já viu ladrão dar recibo do que furta?
- Ah! Não fui eu.
- Então foi um colega seu. Vocês todos se entendem. (MC, p. 514).

Reis sugere, também, que a obra é instigante quando indica o conhecimento dos atos repressivos, pois se sente na pele seus resultados, ainda que prevaleça uma ignorância completa quanto à lógica interna dessas decisões. Assim, a prisão de Graciliano Ramos seria mais uma dessas incoerências legitimadas pelo Estado, inscrita em sua vida pessoal, num tempo e espaço em que veio a descobrir, em meio a jaulas e grades, seres ainda humanos.

## 3. Personagens — ficção e realidade: um mundo de verdades

A experiência-limite vivenciada por Graciliano na cadeia ofereceu uma nova dimensão ao seu mundo “pequeno-burguês”. Ainda, fez com que mergulhasse profundamente em sua subjetividade, a partir de uma melhor compreensão do outro, em estranha confirmação sociofilosófica quanto a que, “no exíguo universo em que o amontoam como bicho, o homem preso pode se humanizar estranhamente”. (CANDIDO, 2006, p. 127). Nesse sentido, no *Memórias* nota-se que o contato com indivíduos tão singulares, e em situação tão adversa, transcendia a realidade pessoal do autor, parecendo-lhe inverossímeis os personagens e suas histórias:

A medida exata da prisão dava-se pelo espaço que o ser humano passava a ocupar em comunhão com o outro e as relações impostas pelo

dinheiro. Se fora da prisão o dinheiro era muito importante, dentro ele passa a ter um outro valor. A relativização do que seria essencial à vida ganha novo tônus: greve de fome e pitacas de cigarro no chão, pequenos furtos. (MC, p. 471).

A linha fronteira do submundo é apagada pela prisão e, surpreendentemente, é nesse limite que se passa a ter esperanças no outro. A singularidade da experiência e a especificidade do humano problematizam as velhas verdades de Graciliano e, sob tal constatação,

[...] no *Memórias do cárcere*, podendo confrontar o seu modo de ser e o dos outros, numa situação em que de todos era solicitado um desvendamento completo, pondo as claras qualidades e lacunas doutro modos refreadas, essa visão do mundo encontra a mais perfeita expressão, unificando realmente o que parece inconciliável: pessimismo e imparcialidade, condenação e confiança no homem. (CANDIDO, 2006, p. 86).

O cotejo entre os conceitos formados e a experimentação da realidade produz no sujeito uma redefinição de pré-conceitos a respeito de si próprio e sobre o mundo que o cerca. O escritor reconhece a superficialidade dos seus julgamentos na imposição da prisão como representação de um mundo totalmente desconhecido e diverso da sua concepção e, assim, o escritor alagoano se vê limitado às grades de uma prisão maior e muito mais concreta, não mais a sua prisão pessoal, já bem demarcada e conhecida.

O encarceramento potencializa a ideia de espaço individual e o desejo claro de se terem alguns momentos de privacidade. A coletividade imposta pela realidade na prisão contraria a menor hipótese de espaços vazios. O narrador, no *Memórias*, surpreende-se



## Sob a custódia do tempo

com as descobertas de si e do mundo e, por meio de extensas descrições, oferece ao leitor a oportunidade de refletir sobre a sua dimensão de mundo. Assim é que

[...] o livro é desigual. A longa elaboração foi possivelmente entrecortada de escrúpulos, vincada pelo esforço de objetividade e imparcialidade, em conflito com a ânsia subjetiva da confissão, ressecando nalguns pontos e, sob certos aspectos, a sua veia artística. (CANDIDO, 2006, p. 124).

Ainda quanto à construção de personagens, percebe-se o “ressecamento artístico” nos diálogos entre os personagens reais e os fictícios que, antes perfeitos, passam à condição de insatisfatórios, e por vezes constrangidos, faltando discernimento na manipulação de algumas cenas. No entanto, permanece intacta a visão do conjunto que marca e dá sentido aos atos e sentimentos das pessoas (CANDIDO, 2006). A vontade, no romance, em fazer de suas memórias os registros de todos que passaram pelo cárcere, converge para uma visão justa do real, expressa no painel de personagens e na própria escrita na primeira pessoa do plural como mais uma tentativa de apagamento pessoal:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso, não desejo ultrapassar meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei por trás dos que merecem patentear-se. (MC, p. 18).

Preocupava a Graciliano a forma como apresentaria “pessoas” na sua obra, afinal, possuíam uma identidade social e, diferentemente dos personagens dos

romances, as pessoas na sua trajetória pessoal construíram suas próprias narrativas de verdades, fora dos limites esquadrihados pelos livros. No processo de escritura da obra, coube ao autor o equilíbrio no “distanciamento” das pessoas. Para tanto, contou com o recurso da ficção para reinventá-las, evitando o comprometimento dos fatos reais vivenciado:

Também me afligiui a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance, mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (MC, p. 11).

Destaquem-se, também, os “lampejos de confiança na vida” na obra de Graciliano que são descobertos, a partir de filtro natural encontrado no “sujo viveiro do cárcere”, em que seria possível diferenciar “o genuíno do falso” e dos brutos esmagados “uma límpida componente humana.” Assim, a primeira figura que guarda em si tal destaque, na narrativa, é o Capitão Lobo, presente nos primeiros dias de prisão de Graciliano, pois a postura do militar, demonstrada pela coerência em respeitar outras opiniões, chamou a atenção do escritor, parecendo confundir-lo, sobretudo, no episódio de oferta de dinheiro (CANDIDO, 2006).

As inquietações presentes na narrativa curta impregnam as impressões do leitor, principalmente no momento de inusitada atitude humana, e desprogramada, do militar, que oferece ajuda material ao prisioneiro. Segundo Candido (2006), há em cada um de nós a existência de um “joão-teimoso” que, a qualquer preço, em meio à degradação mais profunda, tenta afirmar “aspirações de limpeza”.

A compreensão da humanidade na prisão resvala na rotina diária de sobrevivência que surpreende Graciliano, como no citado episódio do Capitão Lobo, e,

## Sob a custódia do tempo

nesse momento, o narrador compartilha suas dúvidas com o leitor. Também, eis outra atitude que não se coaduna com o momento vivido no porão do navio Manaus, momento em que um soldado lhe traz água:

Estranho, estranho demais... Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. Bem. Mas como exercer na vida comum essa obra de misericórdia? Há carências de oportunidade, as boas intenções embotam-se, perdem-se. Ali havia surgido uma alma de verdade misericordiosa. Ato gratuito, nenhuma esperança de paga; qualquer frase conveniente, resposta de gente educada, morreria isenta de significação. Na véspera outro desconhecido, negro também, me havia encostado um cano à espinha e à ilharga; e qualquer gesto de revolta ou defesa passaria despercebido. Esquisito. Os acontecimentos desprovidos de razão, as coisas não se relacionavam. (MC, p. 135).

Entre muitas pessoas na Colônia Correccional, Graciliano é apresentado a “Gaúcho”, “ladrão, arrombador”. As palavras que, a princípio, poderiam ser entendidas como “insulto”, agigantam-se na caracterização do personagem:

Wanderlino me interrompeu cálculos difíceis e apresentou uma delas apagão espadaúdo, simpático, olho vivo, de gavião. Uma curiosa madeixa de cabelos brancos enfeitava-lhe a testa e o lábio superior se erguia, descobrindo os dentes, num sorriso sarcástico. Fisionomia aberta, ar decidido. (MC, p. 424).

O encontro pouco inusitado poderia se converter em amizade, admite o escritor: “Confessei a mim mesmo que poderia tornar-me sem esforço amigo do

ladrão”. (MC, p. 425). Gaúcho, tipo anormal que falava gírias e desenvolvia teorias. Uma delas é que os homens se dividiam em duas classes: malandros e otários. Sutilmente, incorporava a figura do malandro – era este o seu ofício: fazia pouco no dia a dia, e casado com uma rata de valor, “trinta e duas vezes deu entrada na Casa de Detenção”. Queria manter-se vivo nas páginas de um livro, contar suas histórias. Diante da teoria do ladrão, a Graciliano restava a contestação: só existiam duas classes? Portanto, e se assim fosse mesmo, não caberia dúvida: seria classificado como otário.

Durante a noite Gaúcho contava suas aventuras, de cócoras, próximo à esteira do escritor. Interrogado por Graciliano, cedia e contava as curiosidades das estratégias do ofício de ladrão e a funcionalidade da imprensa que não escapava às suas narrativas:

– Ô gaúcho, como é que você consegue destrancar uma fechadura? O paciente indivíduo não se espantava da minha ignorância, mencionava a caneta, usava expressões técnicas obscuras. Aproximava-me do rosto o indicador e o polegar, manejava delicadamente uma pinça imaginária [...]

– Mas isso faz barulho, Gaúcho.

– Não senhor. Eu estiro um número do *Jornal do Brasil* por baixo da porta. Puxo o jornal e trago a chave. Se ela não vier, meto a gazua na fechadura.

Explicava a maneira de cortar uma vidraça, com diamante. Dava um murro no vidro, que se deslocava, batia sem rumor em cima do *Jornal do Brasil*.

– Ó Gaúcho, informei-me estranhando a repetição, por que está preferênciando? Outro jornal não serve?

O ladrão refletiu e esclareceu, muito grave:

– Vossa mercê compreende: o *Jornal do Brasil* tem mais páginas, é mais grosso. (MC, p. 456).

## Sob a custódia do tempo

Outro personagem que se destacou na narrativa foi “Cubano”, organizador das filas, homem generoso, mas contaminado pelo “vírus mutante”, responsável pela animalização na prisão. Embrutecido pela rotina diária, contava com a habilidade do escritor para se tornar um homem conhecido, personagem de livro e, assim, era um genuíno cão de fila. Substituiu o Moleque Quatro que não dera conta do recado: “Cubano dispunha de autoridade enorme. Na falta do guarda ou do aspençado Aguiar, mandava e desmandava; submetia-nos à disciplina rigorosa e uma denúncia dele trazia os castigos mais duros a qualquer um”. (MC, p. 436)

A autoridade de gaúcho era tamanha que se podia entender por que os presos levantavam-se por mais de 30 vezes à ordem “formatura geral”:

Ergui-me trinta vezes e andei como barata, da fila para a esteira, da esteira para a fila. As ideias baralhavam-se em confusão doida, um torvelinho; diluíam-se pensamento e vontade, a consciência falhava. Tentando agarrar-me a qualquer coisa, absorvia-me na contagem mecânica dos exercícios inúteis. (MC, p. 438).

A mecânica habitual da tal “formatura geral” foi substituída pela rotina diária da escrita, graças à generosidade de Cubano. Assim, aos poucos, ao escritor é dada certa deferência, o que indicava “distinção perigosa” e que, também, impingia a ele um diluído processo de personalização. O zelo do negro amigo, a preocupação com a alimentação e a contravenção dos maços de cigarro e do queijo representavam mecanismos de sobrevivência na prisão que eram subsidiados pelo “soldadinho prestativo”:

Ele tinha razão, era preciso enganar o estômago. Assim, mandei comprar um queijo pelo soldadinho que, à noite da chegada, se oferecera, por influência do sargento, para os negócios clandestinos. O rapaz trouxe-me a encomenda e recusou gorjeta. Se o queijo

ficasse em meu poder, os ladrões o abafariam; por isso Wanderlino apossou-se dele, trancou-o na mala e durante algum tempo me submeteu a duas, três rações diárias, feitas quase transparentes, insignificâncias cortadas a gilete. (MC, p. 471).

A diversidade humana no painel de personagens apresentados por Graciliano limita-se ao espaço prisional mas representa, também, uma realidade nova para o escritor: o contato com os homossexuais. No hospital recebia o cuidado dessas pessoas e, misturado à necessária gratidão, coabitava o nojo, pois “nunca me vira na presença de um sujeito assim cara a cara, sabendo-lhes as tendências”. (MC, p. 467). Todavia compreendia a impossibilidade de transformação, de superação do nojo que esses “desvios” lhe causavam.

Já os criminosos lhe causavam certa admiração e, portanto, “fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos à sombra dos meus defeitos”. (MC, p. 15). Também conheceu Paraíba, um técnico na linguagem que, apresentando-se como mais um possível personagem do futuro livro, viera lhe prestar informações. Afinal, sabia muito sobre o ofício, mas se cercava de formalidades, avaliando que “não devemos confessar a leigos os mistérios da nossa profissão”. (MC, p. 486). Paraíba “jogava bem com armas psicológicas” e, assim, também enganava os otários (que não eram malandros) – centenas de colegas do escritor. Com um tom de provocação, explicava qual a melhor estratégia para enganar esses sujeitos e que, para tanto, utilizava o golpe da velha:

Sou um roceiro ingênuo: trago-lhe ocasião de liquidar a letra na minha ausência e guardar tudo. O senhor afasta a ideia ruim, ela aparece de novo. Percebo na sua cara a luta dos dois sentimentos. A sua inteligência baixou, as suspeitas adormeceram: tenho probabilidade forte de arrancar-lhe o cobre. (MC, p. 488).

## Sob a custódia do tempo

Ao final da narrativa, o próprio autor discordava de Paraíba. Mesmo contando com armas tão poderosas como as psicológicas, segundo Graciliano, Paraíba não lhe atingiria, pois não se preocupava com ambição material, daí o desinteresse automático pelo dinheiro, em especial naqueles momento e local, ou deles advindos. Por outro lado, não se comoveria com a figura da velha, enfim, “o fim das velhas doentes é a morte, não tenho meios de evitar isso. Tão pouco se sentia inspirado pela compaixão pois, para ele, a invisibilidade era a marca desses personagens, pois, enfim, há desgraças em toda a parte.” (MC, p. 490).

Não lhe seriam atrativos nem o dinheiro, nem a comoção em torno da velha, portanto, não seria presa fácil. A narrativa de Paraíba se apoia num golpe bastante comum, alicerçado na piedade e na cobiça humanas, mas Graciliano revela o motivo da inoperância do mesmo golpe quando aplicado a pessoas como ele. Mais ainda, estava decidido a não abandonar jamais seus afazeres e “vivo sempre ocupado e as ocupações dos outros não me interessam”. (MC, p. 490), revelando, pois, na própria experiência a condição de quem não se preocupa com as ocupações do outro. No mais, o torpor anestésico ao qual é condenado, diariamente, nega-lhe a possibilidade de cobranças ao outro ou, até mesmo, o crédito por sua existência.

## 4. Despersonalização: literatura e identidade

Ao adentrar nas instituições totais, o indivíduo é despido de toda concepção de si mesmo, de todas as referências sociais estáveis. Inicia-se, nesse percurso de *adentramento*, um processo de *mortificação do eu* balizado por degradações, humilhações, rebaixamentos como estratégias de controle e disciplina (GOFFMAN, 1990). A padronização das ações que conduzem a tal mortificação visa romper toda e qualquer relação com o mundo exterior, com o papel social desse indivíduo e a rotina vivenciada anteriormente. Nesse sentido,

[...] a barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. Na vida civil, a sequência de horários dos papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura que um papel que desempenhe não impeça sua realização e ligações com outro. (GOFFMAN, 1990, p. 24).

Portanto, o papel desempenhado nas instituições totais não se assemelha com aquele que o indivíduo anteriormente desempenhava. No compasso de tempo da nova rotina, as repetições moduladoras de comportamento não permitem a interpenetração de várias funções inerentes à dinâmica social de um indivíduo livre: escola, trabalho, família, clube, igreja, etc. A “nova realidade” se esvazia daquele sentido diário de pertencimento e função sociais, e o sujeito se transforma em um número, constante de um prontuário, até com nome dispensável, seguindo a cadência modular dessas instituições. Nesse aspecto, e retomando confirmação no romance, “a minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas”. (MC, p. 48)

A perda dessa significação social vai além da restrição do direito de ir e vir, do direito ao voto ou do uso de cartões e cheques, entre outros elementos típicos de uma convivência dita “normal”. Tal afastamento social pode mesmo levar a uma *morte social*, percebida no retorno à sociedade, momento em que o indivíduo pode restabelecer alguns papéis, mas outros parecem, de fato, irrecuperáveis. Em confinamento, ele passa por um processo de desprogramação obrigatória e, pouco a pouco, vai sendo reduzido a mais uma peça (substituível) na rígida engrenagem existencial do sistema. Assim “assumido e consumido”, torna-se parte integrante daquela massa geral e, portanto, perde todo o traço de individualismo de sua identidade social (GOFFMAN, 1990).

Comumente se verifica que no cárcere se encontram indivíduos de origem pobre, sem instrução, excluídos socialmente e com identidades potencialmente



## Sob a custódia do tempo

prejudicadas. O desajustamento social advém da inexistência de modelos econômicos inclusivos e, dessa maneira, abundam indivíduos já anteriormente colocados à margem social e num processo contínuo de despersonalização. O estereótipo de “marginal”, de “bandido” é massificado de tal maneira que, ao ser engessado nesse processo, observa-se que os exíguos laços de identidade existentes no indivíduo sofrem (mais) um intenso processo de desconstrução.

Ao internado, assim, cabe se adaptar às “regras da casa” como condição primária para não sofrer sanções que tornem sua permanência no ambiente prisional ainda mais difícil. Nesse ambiente o cumprimento de regras está intimamente ligado ao conceito de “bom comportamento” e, conseqüentemente (em se tratando de Brasil), ao de um indivíduo em processo de ressocialização.<sup>6</sup> Entrevista de um funcionário da Penitenciária do Distrito Federal I - PDF I denota tal preocupação:

Ele procura seguir as regras que a gente impõe, regras de bom comportamento: não se envolver com nenhum tipo de crime aqui dentro, não ofender a integridade física de nenhum interno, não atentar contra as instalações. (Entrevistado da PDFI).

O processo de despersonalização atinge diretamente a relação de interação entre os indivíduos por meio de um elemento natural na condição humana: a fala (e nela, o discurso). O grau de invisibilidade do internado, assim, revela-se em escala extrema quando não lhe é permitido responder a uma pergunta ou completar uma sentença, suprimindo a liberdade de expressão e qualquer vestígio da sua condição humana (GOFFMAN, 1990). Retomando o *Memórias*, Graciliano Ramos vivencia o paradoxo da existência: caminhar por entre os vivos e não ser considerado mais um deles. Passou a não mais figurar no próprio discurso, não interessava o que pensava, todas

---

<sup>6</sup> Justapostas ao conjunto de regras formais da “casa” ao interno cabe, ainda, adaptar-se àquelas outras informais, ditadas pela própria massa carcerária e indispensáveis a boa convivência.

as decisões eram tomadas a partir do olhar do dominador e ao escritor, pois restava a consciência de que não era ninguém: “Logo ao chegar, notei que me despersonalizavam, o oficial de dia recebera-me calado. E a sentinela estava ali encostado ao fuzil, em mecânica chateação, como se não visse ninguém.” (MC, p. 31).

As relações de poder são reguladas pelos castigos ou privilégios que norteiam a interação do preso com “a casa”, podendo ampliar ou, até mesmo, reduzir seu período de permanência. A desconstrução da identidade desse indivíduo vai ganhando relevo nas medidas receptivas da instituição total: registro das impressões digitais, fotos, coleta de dados, o ato de raspar o cabelo até o momento hipersignificativo de “vestir” o uniforme. Essa etapa se reveste da aniquilação total do indivíduo, que passa a ser mais um preso, restrito no seu direito de ir e vir, restrito na sua linguagem e, sobretudo, restrito em todas as suas vontades. Graciliano narra em suas memórias as restrições vividas, os constantes deslocamentos e as ausências de explicações como estratégias de despersonalização:

– Viajar. Para onde? Esta ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? (MC, p. 43).

Observa-se, portanto, um indivíduo esvaziado de sua essência e nesse esvaziamento ecoa o sentimento de Graciliano: “Não sou um rato, não quero ser um rato.” (MC, 476). Tal despersonalização, no *Memórias*, atinge seu ápice na Ilha Grande quando Cubano, responsável pela disciplina na fila, chama a atenção do escritor para a sua nova identificação:

## Sob a custódia do tempo

Um grito e um aceno levantaram-me, aproximaram-me do negro que fizera a chamada e ordenara a organização das filas. – O seu número é 3535, anunciou. Fiquei um momento absorto, pouco a pouco me inteirei da supressão do meu nome. (MC, p. 435).

A experiência limite vivenciada por Graciliano no cárcere eclode no interior do romance e, lembrando Antonio Candido (2006), a experiência é a condição para a escrita. Nesse momento, unem-se os fios da tessitura literária e da descoberta da escrita como elementos de identificação do indivíduo. Recuperando-se a desconstrução da linguagem, da fala como marca da invisibilidade e a debilidade do indivíduo na interação social, serão encontrados na escrita uma maneira de reafirmação da sua fala no discurso e o resgate da sua identidade. Enfim, e ainda com Candido (1972), quando se analisa o papel da literatura se considera a função primeira como um tipo de função psicológica, elencada ao lado das necessidades elementares da existência do homem, no plano individual e coletivo, a partir dos conceitos de produção e fruição.

Enfim, há poucas atividades desenvolvidas, sob programas educacionais consolidados, especificamente voltadas à realidade carcerária. No geral, e ainda com espaços inapropriados e associados às “normais” condições precárias de encarceramento, tal realidade se vê comprometida diretamente face o objetivo central do cumprimento da pena, que é a ressocialização do indivíduo (LEMGRUBER, 2004). Dessa maneira, e sob tais circunstâncias estruturais, resta ao preso aguardar o tempo previsto da pena se completar, seja ociosamente nas celas ou no pátio das prisões. Também, é inexpressivo o número de presos que têm acesso à educação (YAMAMOTO, 2009), dada a incompatibilidade – sistêmica e conjuntural – entre a pedagogia da segurança e da educação cristalizada na própria arquitetura panóptica (anteriormente citada) que, com mecanismos de observação, asseguram a automaticidade de poder sobre o detido que nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 2000)

A postura preventiva do Estado de vigilância austera não impede que essas duas vias – a de quem observa e daquele que é observado –, ainda que com objetivos específicos em tal estrutura de ressocialização, possam bem convergir para um processo de cumprimento penal menos traumático e mais produtivo: o de oferecer melhores condições laborais e de aprendizagem, ainda dentro da prisão, para quando se der o reconvívio social.



# Cela de leitura: um novo olhar por entre as grades

3

*Quem dormiu no chão deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, envolvê-las em gaze.*

Graciliano Ramos

## 1. Sistema Penitenciário do Distrito Federal: mitos e verdades da ressocialização

Localizado a 25 km do Palácio do Planalto, o centro do poder, na capital do Brasil, está localizado o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, numa área destinada a uma antiga fazenda, vulgarmente chamada de “Papuda”. Este nome foi dado em função da deformidade física (provavelmente bócio) de uma mulher que habitava aquelas terras. Após a desapropriação da fazenda, foram inauguradas, em 16 de janeiro de 1979, as primeiras unidades prisionais do sistema penitenciário da capital federal, inicialmente inaugurado para receber cerca de 240 internos. Assim:

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, inaugura hoje, às 16h, a nova penitenciária de Brasília, na estrada que liga Brasília à cidade

## Sob a custódia do tempo

mineira de Unaí. Entre as inovações implantadas com a reforma do presídio, estão os apartamentos onde os presos poderão receber visitas de seus familiares, música ambiente e celas individuais com banheiros. (ARAÚJO JÚNIOR, [s.d; s.p.]).

A desconstrução desse modelo aparentemente ressocializador se deu em 1986, momento em que ocorreu a primeira rebelião da Papuda, como citado anteriormente, iniciada pelo protesto de Edmilson Santana Lima, vulgarmente conhecido como “Gregorinho”. Desse largo histórico de espancamentos de presos, consumo e comércio ilegal de entorpecentes, rivalidade com os agentes, disputa interna pelo poder de gerenciar os Blocos, são elementos que, associados à morosidade do sistema judiciário, provocaram uma instabilidade no Sistema Penitenciário, desde a deteriorização das suas estruturas físicas até a perda do controle aparente sobre o interno, resultando na eclosão de outra rebelião em 2001.

À época existiam no Complexo da Papuda quatro estabelecimentos penais: Centro de Internamento e Reeducação (CIR), Núcleo de Custódia de Brasília (NCB), Presídio Feminino de Brasília, chamado de “Colmeia”, e Núcleo de Prisão Semiaberta (NPSA). Diante do quadro caótico de superlotação, houve a inauguração da Penitenciária do Distrito Federal I, vulgarmente conhecida como “Cascavel”, que, com arquitetura moderna, apresentava quatro pavilhões independentes cuja novidade seria a de coibir a possibilidade de rebeliões, dadas as estratégias de contenção e eficiência do espaço.

Planejado, inicialmente, para a reinserção do apenado em cumprimento aos dispositivos legais da Lei de Execução Penal (LEP), atualmente, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, como outras unidades prisionais da Federação, enfrenta problemas de superlotação, ausência de investimentos públicos, instalações

sucateadas pelo tempo e extrema preocupação com a segurança inerente ao processo de confinamento e a possibilidade constante e real de fugas,<sup>1</sup> motins e rebeliões.

No ano de 2006, foi inaugurada mais uma unidade prisional – Penitenciária do Distrito Federal II –, inicialmente para regime fechado, onde atualmente se atendem internos do regime semiaberto, com a capacidade para 2.000 internos e com quatro Blocos projetados para 500 presos.

Atualmente, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal conta com seis unidades prisionais classificadas segundo os regimes prisionais: Penitenciária do Distrito Federal I (fechado), Penitenciária do Distrito federal II (fechado e semiaberto), Penitenciária Feminina do Distrito Federal (fechado e semiaberto), Centro de Detenção Provisória (presos provisórios) e Centro de Progressão Penitenciária (semiaberto).

Em julho de 2011, constatou-se que havia cerca de 9.700 presos, então distribuídos em seis unidades prisionais, quando na realidade havia espaço apenas para 6.500 presos, o que já representava um déficit de 3.200 vagas.<sup>2</sup> Desse universo apresentado, 1.800 presos na condição de presos temporários, detidos em caráter provisório. Segundo a LEP, a pena imposta tem caráter individualizante e, portanto, deve ser cumprida em estabelecimento penal apropriado de acordo com os regimes prisionais.

A construção de novas penitenciárias aponta para a resolução da superlotação, além do monitoramento eletrônico de detentos do regime semiaberto. Provavelmente, essas medidas desafogariam as unidades prisionais e permitiriam uma economia significativa no custo da permanência no cárcere, que é de aproximadamente R\$ 2.400,00 por mês para manutenção do indivíduo em restrição de liberdade.

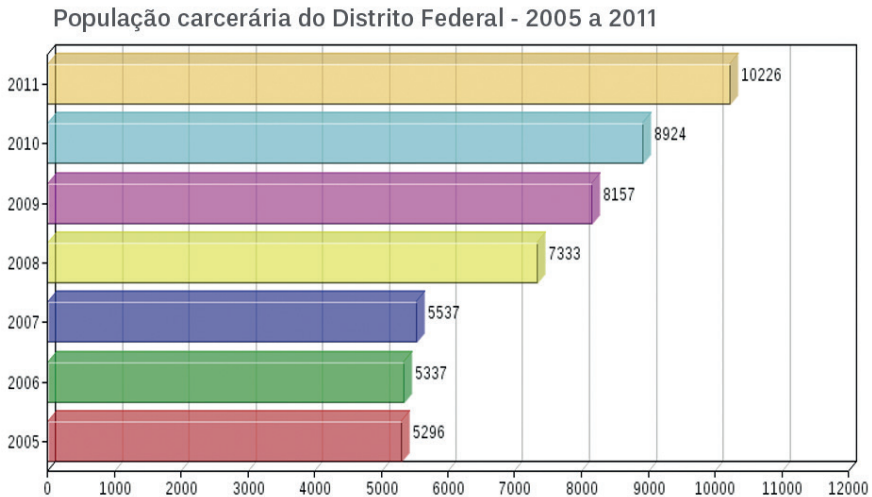
---

<sup>1</sup> Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, de 27 de março de 2011, seção “Cidades”, seis presos considerados de alta periculosidade da PDF II cerraram as grades de aço de quatro celas daquela unidade, iniciando o processo às 20h e conseguindo fugir às 24h.

<sup>2</sup> Dados publicados na edição do jornal *Correio Braziliense*, de 3 de julho de 2011, p. 29, seção “Cidades”.



**Gráfico 4:** Evolução da população carcerária do Distrito Federal



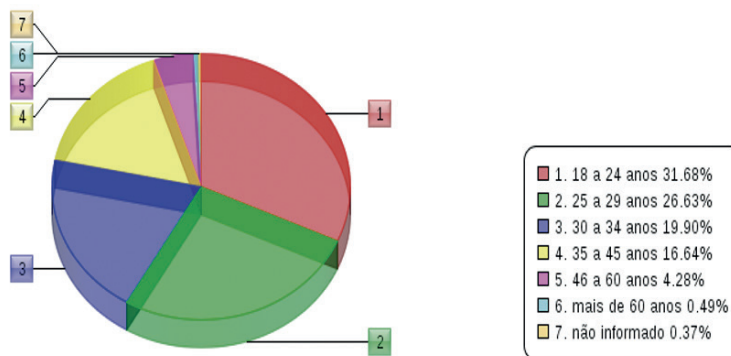
Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados de 12/2011.

A problemática inerente a todo o sistema penitenciário nacional se estende, também, ao DF. Assim, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2011, havia 10.226 pessoas presas e, portanto, um déficit de 3.700 vagas, o que equivale dizer que seriam necessárias a construção de pelo menos três penitenciárias para acomodar todo esse grupo. No DF, a equivalência do percentual de privação de liberdade a cada 100.000 habitantes é de 0,42%, superando a média nacional, que é de 0,26%. A taxa de aprisionamento, no DF, cresce desproporcional ao número de livramentos.

Avaliando-se o tempo de pena no ambiente prisional, em regime fechado encontra-se cerca de 44% da massa carcerária nessa situação, ou seja, algo em torno de 4.587 pessoas permanecerão em confinamento durante um longo tempo. Com uma população jovem, entre 18 a 34 anos, constata-se que 78,1% da população carcerária do DF é formada de mão de obra jovem, no entanto, verificou-se que menos de 0,5% teve acesso a cursos técnicos ou profissionalizantes no ano de 2011.

**Gráfico 5:** Quantidade de presos por faixa etária no Distrito Federal

População carcerária do Distrito Federal - Faixa Etária

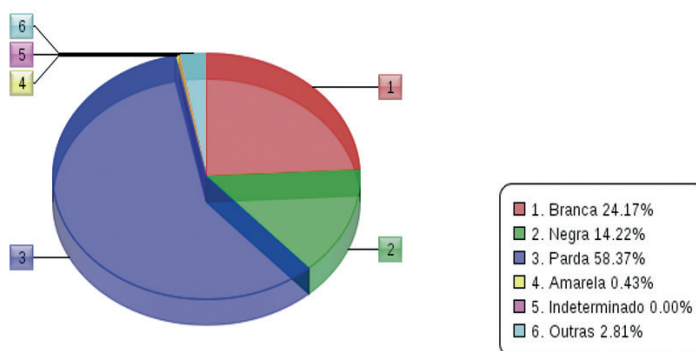


Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados de 12/2011.

Predomina nessa população a etnia negra e parda, com aproximadamente 72,05%. Verificam-se, também, problemas resultantes de políticas sociais excludentes no âmbito da educação e preparação técnica para o trabalho, fatos comuns na sociedade brasileira, pois 60% apresentam baixa instrução, a saber, Ensino Fundamental incompleto.

**Gráfico 6:** Quantidade de presos por etnia no Distrito Federal

Etnia - 2011



Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias (INFOPEN).  
Dados de 12/2011.

## Sob a custódia do tempo

Nessa perspectiva, a leitura – também a leitura literatura – poderia representar no ambiente prisional uma possibilidade de resgate da identidade social do indivíduo encarcerado que parece já não mais existir. Acredita-se que esse leitor, ainda que preso, passaria a ter uma nova compreensão de quem realmente é, e do seu lugar no mundo, pois “todos lemos a nós e ao mundo a nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler.” (MANGUEL, 1997, p. 87).

### 1.1 Casa, barraco, condomínio, buraco e leitura

As instituições totais são a representação de um mundo muito particular, misto de uma comunidade residencial e uma organização social, portanto, um híbrido social. Pode-se considerar a prisão um lugar de passagem, ou de longa passagem, utilizando-se a variável tempo ou mesmo se utilizada a representação que cada dia no cárcere pode causar ao indivíduo (GOFFMAN, 1990). Assim, a partir da representação do tempo como fator de longa duração, o espaço habitado da prisão admite a simbologia de “casa”, como já citado, por exemplo, na construção da narrativa de Dostoiévski, quando de suas recordações de uma casa dos mortos. Nesse sentido de significado, então, neste livro se desenvolverá a imagem da “casa” (BACHELARD, 1993) como maneira de melhor se entender a dinâmica da prisão como espaço de leitura. Nessa linha, sob a metáfora de inferno ou a concepção implícita em a *Casa dos mortos*, em ambas as terminologias se encontram indicações de que a prisão é uma sociedade muito fechada e pouco conhecida pelo público, cujo desejo é continuar sem conhecê-la.

Retomando o *Memórias*, e enclausurado sob tais limites, Graciliano reafirma o abandono dos hábitos sociais indispensáveis como instrumento de transformação involuntária do indivíduo num ser rude, embrutecido, relaxado, mas necessário àquela sociedade. Imerso nela, o *fechamento* em si é uma característica inerente às instituições totais. Daí a importância da descrição do ambiente prisional como elemento principal para a contextualização da degradação humana e da compreensão

sobre a redução dos espaços desse leitor, diga-se, em formação. Assim, contidos nesses limites, “[...] alcançávamos o banheiro, o limite do mundo, regressávamos à sonolência e à imobilidade”. (MC, p. 96).

Essa condição delimitada pela prisão, sob o entender de Dostoiévski, chama atenção para a natural movimentação das pessoas como se estivessem em casa:

Mexia-me dentro do presídio como dentro de minha casa, instalava-me na tarimba quando me dava vontade, acostumava-me às coisas e às injunções, fenômeno de adaptação esse que antes me parecera vir a ser impossível. Uma vez por semana me apresentava como o regulamento impunha, para que raspassem metade da cabeça. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 108).

Mesmo diante dessa naturalidade, o escritor russo realça que o detento não considera sua sorte definitiva e acredita ser apenas um hóspede. Por isso, nota-se que o ato de morar e o ato de se deslocar naquele espaço revelam a necessidade de interação no ambiente possível. A interação social obrigatória e o frenesi da rotina carcerária em seus relatos rompem com os paradigmas prisionais imaginados pela sociedade, pois se acredita num espaço monótono. O ócio é característica marcante no sistema prisional, dada a pouca ou nenhuma existência de atividades para o encarcerado, no entanto, o convívio social desenlaça um emaranhado de ações que põe em movimento a dinâmica daqueles espaços.

O conflito de realidades no cárcere transita pela ideia de casa ou um lugar de passagem, conforme o estado de alma do sujeito em confinamento. A simbologia da casa e as imagens recuperadas da infância, da saudade dos momentos felizes vivenciados na casa natal, deflagram a explosão da carga imaginativa poética lançada no inconsciente e, nessa percepção, “todo o espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”. (BACHELARD, 1993, p. 17).

## Sob a custódia do tempo

Dessa maneira, “renascer” no indivíduo conceitos de proteção, abrigo, segurança; a casa seria, por assim dizer, o nosso canto no mundo, nosso primeiro universo (BACHELARD, 1993). A permanência no espaço da prisão leva o indivíduo a acreditar que aquela será sua “casa” por muito tempo, surgindo um sentimento de resignação e a necessidade de se construírem laços que o façam sobreviver naquele ambiente.

Quando se evocam as lembranças da casa, acrescentam-se valores de sonho, devaneio, e se permite sonhar em paz. Sem o elemento “casa”, o homem seria um ser disperso, pois a casa, em sua vida, multiplica seus conselhos de continuidade. Nesse sentido, “ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é o corpo e a alma. É o primeiro mundo do ser humano” (BACHELARD, 1993, p. 18); no entanto, as relações de poder e a ausência de autonomia do sujeito rompem com a ideia de ambiente pacífico ou, absurdamente, onírico.

Segundo as entrevistas realizadas, como elemento de fundamento deste livro, os conflitos espaciais no cárcere são percebidos no período inicial do confinamento, uma vez que o indivíduo deve morar no “condomínio”<sup>3</sup> e nos “barracos”, dividindo o espaço reduzido das celas com mais alguns moradores. Ocorre que, passado algum tempo, ele sente incontrolável vontade de “sair da jaula”, quer ir para a “rua”, o “mundão”.<sup>4</sup> Mesmo que inconscientemente o indivíduo em confinamento, num primeiro momento, mostra-se conformado em pagar sua dívida social, mas, com o passar do tempo, a desumanização e a degradação não justificam a segregação imposta. A restrição de liberdade, somada a sua despersonalização, tornam-o desejoso de voltar para casa.

Esses valores imperiosos de proteção, guarida, segurança, descanso na imagem “casa” estão inscritos profundamente em cada um de nós, além de profundamente enraizados no nosso inconsciente (BACHELARD, 1993). Daí, e retomando Dostoiévski, o conflito na movimentação dos prisioneiros siberianos que, inicialmente, comportavam-se como moradores, mas acreditavam-se apenas hóspedes.

---

<sup>3</sup> Na linguagem carcerária, espaços coletivos maiores destinados ao confinamento.

<sup>4</sup> Segundo os entrevistados, referência à “sociedade extramuros”, carregada do símbolo *liberdade*.

É certo que a imagem da “casa familiar” não seja estritamente pertinente para uma associação com as das “prisões-casas”, que muito mais se assemelham a locais de ninguém, de sofrimento, violência, mesmo horror, dadas as presentes condições de degradação, já bem delineadas anteriormente. A utilização do símbolo *casa* remete diretamente à ideia de permanência em dado espaço e, talvez, seja este o maior conflito existencial, inicialmente, do sujeito encarcerado, ainda que muito desconstruído ao largo de sua estada.

A prisão, como outra análise possível, poderia também ser simbolizada pela inversão da função de habitar e de buraco convencional ou lugar geométrico, como todo espaço sem impressões oníricas, mas calculado, pensado apenas para ser ocupado como obrigatório lugar de passagem (BACHELARD, 1993). Aliás, essas imagens de “buraco” recuperam bem o espaço das celas, reservadas a uma *multidão incabível* de pessoas. Ainda, contrária à função de habitar, e nessa perspectiva de “buraco convencional”, seria mais apropriada à configuração de outro lugar da casa: o porão – espaço que guarda em si a imagem da obscuridade, do subterrâneo, espaço destinado a ratos e ... ao medo (BACHELARD, 1993).

Quanto ao ambiente prisional, apesar da existência de bibliotecas em algumas instituições penais, não são esses os espaços de leitura. Assim, é no “porão” que o detento-leitor inicia sua prática. A cela representa o buraco convencional reservado à leitura, mas se acredita, como aqui se defende, que num *aprimoramento* desse espaço “de sonho e devaneio”, o texto poderia ser entendido como o espaço de leitura e, portanto, uma “casa” do detento-leitor, seu espaço de paz e privacidade. Sabe-se que a imaginação aumenta os valores da realidade e, portanto,

[...] há um sentido em dizer, no plano de uma filosofia da literatura e da poesia em que nos colocamos, que se “escreve um quarto”, que se “lê um quarto”, que se “lê uma casa”. Assim, rapidamente, desde as primeiras palavras, à primeira abertura poética, o leitor que “leu um quarto” suspende sua leitura e começa a pensar em

## Sob a custódia do tempo

qualquer antiga morada. Você quereria dizer tudo sobre o seu quarto. Quereria interessar o leitor em você mesmo no momento em que você entreabre a porta do devaneio. Os valores de intimidade são tão absorventes que o leitor não lê mais seu quarto: revê o quarto dele. (BACHELARD, 1993, p. 46).

Percebe-se que o trânsito desse indivíduo por espaços outros se dá por intermédio da leitura, visto que se encontra limitado no seu direito de ir e vir. Nas oficinas de literatura propostas, como atividades de desenvolvimento de habilidades dos internos, algumas produções apontam para essa possibilidade:

Muros cercam o meu corpo  
Minha mente não  
Ela voa o tempo todo  
E não falta imaginação [...]  
Pátio e sol  
Voltas sem fim  
Fico atordoado  
Ajude-me anjo Serafim  
Que tudo isso acabe  
E logo tenha um fim [...]  
(OLP - texto produzido por aluno das oficinas literárias).

A decadência do sistema prisional impõe sobre o detento o peso da instituição total e, num movimento contrário, este passa por um processo de reificação que se contrapõe ao objetivo primeiro do cumprimento da pena – a ressocialização.

O trânsito entre esses dois mundos – o real e o da prisão –, anteriormente analisados, permite ao indivíduo a recuperação de sua condição de pessoa e a reconstrução de sua identidade social. Nessa conjuntura prisional e processos de uma prática

de leitura, não significa conferir à literatura a função, naturalmente descabida em si, de ressocializar o encarcerado, mas, sim, de retomar o valor intrínseco à arte, que é o de levar à sensação estética e, também, à reflexão sobre si, sobre o mundo:

A poesia é cultural  
É também educação  
São muitos os escritores  
Que falam sobre o coração  
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE  
As escreve com emoção...  
(A. J. - texto produzido em oficinas literárias).

Não se pode, nem se deve, afirmar que a literatura seria uma espécie de salvação (por si só) do indivíduo, mas, talvez, ela bem pudesse ser notada como uma tábua de salvação da solidão premente, do abandono contumaz, do aprisionamento do espírito, do medo do escuro, do silêncio pesado, do choro repetido – uma das poucas dessas tábuas, no ambiente prisional.

Retomando a discussão de Foucault no capítulo anterior sobre espaços heterotópicos, a conexão com o mundo real se configura por intermédio da leitura. Assim, na esteira do conhecimento, a literatura permite ao detento-leitor romper as conexões com a sociedade intramuros – a sociedade no, do presídio –, e estabelecer novos laços, mesmo que apartado da sociedade real – a *dos livros*. As experiências limítrofes do cárcere convivem paralelamente com aquelas habitadas no mundo desse leitor, mas já não são os únicos referenciais existentes. Quanto mais adaptado à vida no cárcere, percebe-se seu afastamento social e dificuldades de retorno ao convívio.

É perceptível no detento-leitor a marca indelével do elemento “casa” impressa no ato de leitura. A ideia de proteção e abrigo avulta à medida que se apropria do texto como espaço de leitura e, conseqüentemente, sua casa. É poderosa a força que a representação da casa traz no sentimento do indivíduo que se entende como um ser



## Sob a custódia do tempo

habitante do mundo, mesmo apesar do mundo que se apresenta (BACHELARD, 1993). Pode-se compreender a literatura, então, como abertura para o prazer e o contentamento que conduz o indivíduo a um estado de euforia. Voltando ao *Casa dos mortos*,

[...] nos últimos anos de reclusão, arranjei uns livros. O primeiro livro que li produziu uma impressão singular, enorme e diferente. Referir-me-ei a tais impressões mais adiante. Para mim tiveram grande interesse; acho, porém, que em quaisquer outras pessoas nada demais despertariam. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 77).

Na sociedade *dos livres* se imagina o ato de ler, no geral, como um momento de plena liberdade em que pode se estar sentado confortavelmente num sofá, durante um almoço com horário livre de obrigações, num intervalo de café, cercado por pessoas amigas ou no silêncio suave do próprio quarto. Nesses espaços, a prática de leitura se apresenta, supõe-se, como prazer, considerando que texto de prazer é aquele que contenta, dá euforia (BARTHES, 2002). Já em outro ambiente, como o prisional, a formação do leitor nesse espaço de leitura indica um sujeito fragmentado, prejudicado em sua totalidade existencial, por ter seus laços naturais rompidos, com pouca ou sem nenhuma perspectiva aparente de reconstrução desses laços sociais.

## 1.2 A leitura e a rotina do ócio

Num ambiente com superlotação, como outras unidades da Federação, o DF enfrenta dificuldades em aplicar a política de ressocialização e a garantia de assistência ao preso, segundo preconiza a LEP. Com isso, estudar ou trabalhar nesse ambiente é mesmo um privilégio, e somente alguns são considerados merecedores de tal “prêmio”. Os critérios para seleção perpassam pelo constante bom comportamento e a inexistência de problemas disciplinares, de qualquer ordem, no convívio diário com o grupo e com o geral da administração do presídio.

Quanto à estrutura disponível, o Sistema Penitenciário do DF conta com 11 salas de leitura distribuídas por suas unidades prisionais. Algumas contam com internos que catalogam o acervo disponível, cuidando do registro e da distribuição das obras para leitura dos interessados. No entanto, falta a devida, e mínima, capacidade técnica desses internos, senão pelo menos muito melhor conhecimento técnico, além recursos tecnológicos para melhor execução dos trabalhos, por exemplo, com o uso de computador, que auxiliaria em muito o serviço de catalogação e distribuição de livros.

O momento para o acesso dos internos ao acervo é restrito e, de acordo com a disponibilidade da segurança no local, realizada de maneira rápida e pouco sistematizada. Assim, o interno não tem acesso ao catálogo para escolha do título e, em alguns casos, repete a leitura de algumas obras em função da pouca oferta de títulos e da grande demanda de leituras por obras estrangeiras.

A prática de leitura nas instituições penais, como aqui se analisa – mirando nas condições sócio-históricas de um “leitor real” (TINOCO, 2010) –, não se resume ao simples ato de escolher este ou aquele livro; antes, é o exercício de superar preconceitos, de superar pretensas limitações de entendimento e compreensão do que se lê; é ler com prazer, sempre tirando algum proveito, mesmo de textos que não parecem “dizer muito”. Ler e escrever, também na prisão, são atividades fundamentais, pois implicam a não dependência exagerada do companheiro, representa ter mais liberdade pessoal, autonomia e privacidade num ambiente onde são imperiosas as sensações de desconfiança sob uma situação de constante tensão (ONOFRE, 2007).

Segundo dados do DEPEN/2011, em todo o complexo foram assistidos 937 internos na área educacional, aproximadamente 9% da massa carcerária. Dos alunos registrados, 18% estavam cursando o Ensino Médio e 1,8%, o Ensino Superior. A grande maioria, cerca de 60%, encontrava-se no Ensino Fundamental. No ano de 2005, o atendimento educacional se restringia, também, a 9% desta população. Considerados num período de seis anos, tais indicadores evidenciam a ausência de políticas públicas que viabilizem e democratize o acesso do interno à educação.

## Sob a custódia do tempo

A Penitenciária do Distrito Federal I foi construída conforme uma arquitetura padrão preestabelecida pelo DEPEN. O Bloco E, um dos espaços da pesquisa aqui apresentada, é privilegiado dentro da unidade, por abrigar uma escola. Este Bloco, composto por celas de 18m<sup>2</sup> com capacidade para oito internos, atualmente conta com cerca de 15 internos em cada cela. Note-se que a superlotação é uma característica marcante do Sistema penitenciário brasileiro, e não seria diferente no DF, que tem uma população carcerária de quase 16.000 presos.

Nesse ambiente, a rotina se inicia logo cedo, com a conferência dos internos mediante chamamento nominal; posteriormente, é feita a distribuição do café da manhã por cela; depois, os internos são encaminhados para o pátio, único ambiente coletivo, no qual há uma cantina onde são vendidos produtos diversos e eles podem fazer refeições diferentes daquelas oferecidas normalmente. O almoço é distribuído em “quentinhas” e, depois, ao serem “recolhidos” no final da tarde, é distribuído o jantar. O dia termina com mais um chamamento nominal – uma reconferência dos internos. Assim é todo dia. Ainda, o uso do pátio acontece apenas três vezes por semana e, nos demais dias, os internos ficam reclusos em suas celas, por cerca de 96 horas semanais – eles passam cerca de 22 horas em cela e 2 horas em banho de sol, momentos intercalados por atividades educacionais, aos que delas podem usufruir. No período de recesso escolar, os internos ficam nas celas sem nenhum tipo de atividade.

Essa é a rotina-padrão de presídios do DF. A prática de atividade educacional ou laborativa poderia trazer alguma quebra dessa rotina, no entanto, percebe-se um decréscimo na participação do preso em alguma atividade interna na penitenciária. Segundo dados do DEPEN/2011, apenas 14% dos presos participavam de alguma atividade laborativa, quando em 2005 tal percentual representava cerca de 18%. Também, com relação às atividades educacionais, nos últimos seis anos, não houve aumento quanto à acessibilidade do preso, mantendo-se o percentual de 9% de atendimento à massa carcerária.

## 1.3 Uma leitura, uma literatura na prisão

O processo de automação da leitura inibe qualquer possibilidade de aproximação do leitor com a obra lida e, assim automatizada, não se estabelece nenhuma relação efetiva leitor-texto, a não ser a relação meramente mnemônica dos conteúdos abordados. Segundo Ricardo Azevedo (1999), é imprescindível que se estabeleça uma espécie de “comunhão”, prazer entre o leitor e o texto pautados na liberdade de interpretação e no interesse. Assim, além de poder garantir momentos de privacidade o livro, como elemento de num processo desautomatizante, estimula o ato de escrever.

Mais recentemente, a partir do ano de 2000, o olhar da sociedade se voltou para a produção literária no cárcere. A obra *Estação Carandiru* (1999), do médico Dráuzio Varella, mostrou a rotina da, então, maior penitenciária da América Latina, desencadeando interesse sobre o tema. Verificou-se, como fruto das discussões surgidas, que havia presos que eram escritores e, portanto, também leitores em potencial, ainda que a literatura, em um ambiente tão violento e formado por pessoas transgressoras da lei, não parecesse combinar com o processo de formação do leitor. Sobre esse público leitor, “[...] é ser humano, não lobisomem. É preciso olhar para a prisão como um universo humano e literário.” (VARELA, 1999 citado por GIRON, 2006, p. 79)

No artigo “Vozes da prisão: pena de sangue” (GIRON, 2006), para a *Revista Cult*, demonstra-se que vários críticos passaram a considerar os sentenciados escritores contemporâneos da Língua Portuguesa e lhe dedicaram estudos e seminários, devendo-se, tal análise, ao impacto da linguagem que se aproximava da violência e da rotina diária dos presídios. Ademais, posto que a leitura se revela como necessidade de “ocupar a alma”, é preciso entender o que leva um presidiário a submergir na arte literária e enfrentar os desafios do texto (GIRON, 2006)

A literatura surge como “chance de sobrevivência diária”, naquele mundo das obrigações, silêncios e das regras rígidas, mas, muitas vezes, quem lê é marginalizado e enfrenta a hostilidade de um ambiente marcadamente heterossexual, devendo, portanto, apresentar um comportamento próprio desse grupo, conforme depoimento de um ex-detento, André du Rap: “Se eu pedia um livro emprestado a um carcereiro, este

## Sob a custódia do tempo

respondia: ‘Pra quê ladrão? Você vai virar veado!’ E emprestava histórias açucaradas ou livros de Paulo Coelho, só de sacanagem.” (GIRON, 2006, p. 37).

Como estética, a literatura transfigura a realidade, permitindo ao indivíduo criar mundos imaginários, bem diferentes dos sistemas sociais modernamente líquidos e submetidos a um ritmo competitivo hiperacelerado, sem quase mais espaços, e momentos, para convivência despreocupada ou imersa também em fantasia. Nesse contexto, marcadamente contemporâneo, a leitura no cárcere atinge em escala bem maior de criação a realidade do preso, restrito a uma outra “composição social” bem particular que, portanto, apresenta-se como espaço de resistência pacífica e produtiva diferente de todo aquele quadro de ócio, submissão e prisionização vivenciado.

Com efeito, a prática da leitura conduz a essa compreensão do mundo ao nosso redor e percepção mais ampla de quem (ou como), de fato, somos. Nesse sentido, no momento da compreensão da própria existência, o livro surge como instrumento de interação do indivíduo com o meio e nessas relações existentes, também como seu espaço privado, compõe o nosso canto preferido da casa. Assim, “cada livro passa a ser um mundo em si mesmo”. (MANGUEL, 1997, p. 104).

### 1.4 Uma pesquisa: a formação do detento-leitor

Para análise da formação do leitor no cárcere, em pesquisa desenvolvida no ano de 2011, foi considerado um grupo de internos, inicialmente, selecionados pela segurança com bom comportamento e com acesso às atividades educacionais, portanto, um grupo privilegiado dentro da dinâmica prisional que, e como já avaliado, prima por “oferecer” um tempo diário completamente ocioso. Para tanto, trabalhou-se com a aplicação de 200 questionários, com questões fechadas.

No tocante à análise quantitativa referente, concluiu-se que 95% dos detentos pesquisados eram oriundos de escolas públicas do DF. Considere-se, como dado conjuntural, que a motivação à iniciação à leitura no ensino público parte da premissa de que é necessário o estudo do texto para que o aluno responda a questões

pertinentes à compreensão da disciplina de Língua Portuguesa. Nessa linha, o texto é explorado segundo seus aspectos gramaticais, lexicais entre outros propriamente técnicos e, no geral, nota-se que um *leitor em potencial*, mais e mais, cede lugar ao *aluno aprendiz*. Sob tal sistema pedagógico, desenvolve-se uma espécie de leitura mecânica, com propósitos estritamente formais e mensuráveis em avaliações objetivas, *esvaziando-se* o texto de todo o seu conteúdo, também, frutivo.

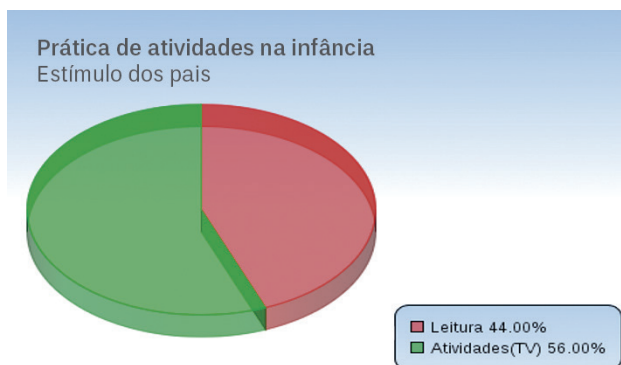
Quanto à pesquisa, 94% confirmam que o aprendizado na escola era voltado para os estritos aspectos linguísticos, sendo os textos explorados apenas nesse âmbito. Ainda, durante a adolescência, 92% pouco se interessavam pela escola e por leitura, passando o tempo utilizando drogas, entre cometendo pequenos furtos.

Sob tal aspecto de convívio familiar e crescimento, e práticas de leitura, na primeira infância é fundamental a presença de um leitor na família, alguém que estimule a criança a “ler” e a coloque em contato direto com o livro. Assim, “se conseguirmos fazer com que a criança tenha sistematicamente uma experiência positiva com a linguagem [...], estaremos promovendo o seu desenvolvimento como ser humano”. (BAMBERG, 1987, p. 11). Ainda, se quando criança, o preso não tinha o hábito de leitura em casa, a família na prisão passa a ter um papel fundamental na formação desse novo leitor, pois cabe à família a responsabilidade de levar um livro para o interno que depois, e com a concordância do “dono” do livro, será doado para a biblioteca da instituição, a fim de ser compartilhado com os demais presos.

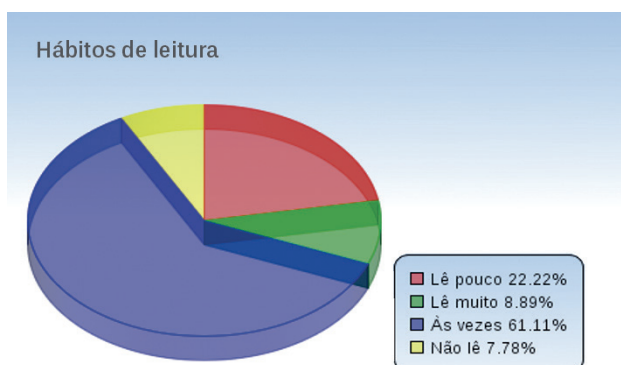
Nota-se, retomando a pesquisa, que o estímulo à leitura faz parte da realidade familiar de 44% do grupo pesquisado, sendo a televisão, porém, predominante como veículo disseminador de conhecimento para 56% deles. A televisão é vista como entretenimento, com o objetivo de prender a criança em casa. No caso da leitura, pelo seu caráter dialógico, ela leva a criança a pensar e compartilhar o conhecimento e, dessa maneira, deixa de ter o *status* de ocupação. Observa-se que mesmo sendo menor o percentual, ele se revela significativo frente à realidade social da ausência de leitores. Observem-se os gráficos a seguir:

## Sob a custódia do tempo

**Gráfico 7:** Estímulo dos pais à prática de leitura na infância



**Gráfico 8:** Hábito de leitura - PDF I

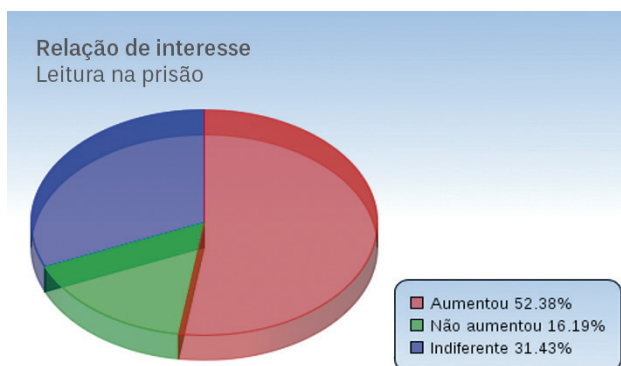


No universo carcerário os conceitos relacionados à prática de leitura se diferenciam dos conhecidos na sociedade *dos livres*. Basta saber que é considerada uma pessoa que lê bastante a que lê, em média, dois a três títulos mensalmente (a média brasileira é de 1,7 livro ao ano) (FAILLA, 2012), e se nota, segundo o Gráfico 8, que esse dado representa, aproximadamente, 61,11% do grupo pesquisado. É relevante saber que, por sua vez, o indivíduo considerado um leitor assíduo lê mais de quatro títulos, o que representa 8,89% dos internos. Então, somados os

dois percentuais, constata-se que 70% têm o hábito de ler em média dois a quatro livros, mensalmente, o que representa um alto percentual de leitores assíduos.

Quanto à relação de interesse pela leitura associada ao ambiente prisional, percebe-se que há um aumento da leitura para 52,38%. Pode-se até inferir que já se tinha um público razoavelmente bom público leitor, antes do ingresso na prisão, mas o confinamento *intensificou* tal hábito de leitura.

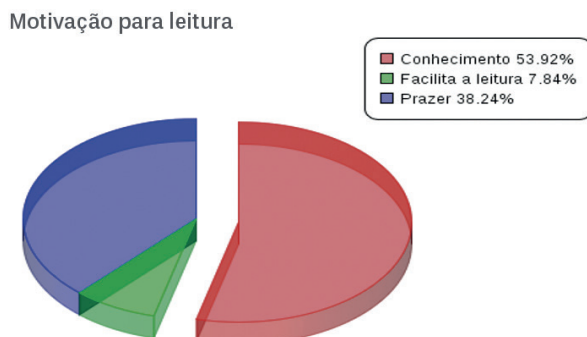
**Gráfico 9:** Relação de interesse - leitura na prisão



No tocante à motivação para a leitura, percebe-se que essa prática é associada ao conhecimento formal para 53,92% e, também entendida como ampliação da visão de mundo, “facilitaria” a convivência com outras pessoas. É uma atividade que, para 38, 24% do grupo, representa prazer.

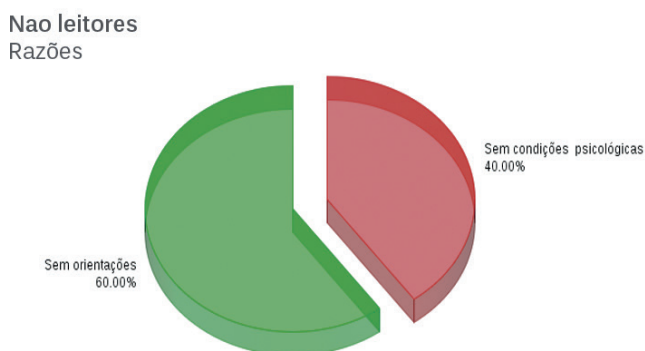


**Gráfico 10:** Motivação para leitura



Constatou-se pela pesquisa, ainda, que a maioria lê, em média, quatro livros por mês, e aqueles que não leem relacionam esse fato à ausência de orientação e à falta de estrutura psicológica devido à prisão. Também, quanto às preferências de leitura, a maioria apontou o gosto pelos livros de ficção, como os policiais e de aventuras.

**Gráfico 11:** Razões para não ler



Observando-se a frequência das repostas, constatou-se que a literatura, além de ser vinculada ao conhecimento, também significa a possibilidade de “escrever melhor” e ter sucesso profissional. Ainda, parte significativa do grupo, 83% deles,

acredita que uma pessoa bem informada se torna menos agressiva e, consequentemente, relaciona-se melhor com os outros. Verifica-se, também, no discurso do interno, a visão da literatura como maneira de “se acalmar”, ajudando, assim, a diminuir a tensão do ambiente prisional. Também, e como apontado pela maioria, 79% dos pesquisados, a literatura tem como “exigência o estar consigo mesmo”. Nesse quadro, destaca-se, a leitura *rompe* com as possibilidades de alienação do sujeito e da modulação formal do seu pensamento.<sup>5</sup>

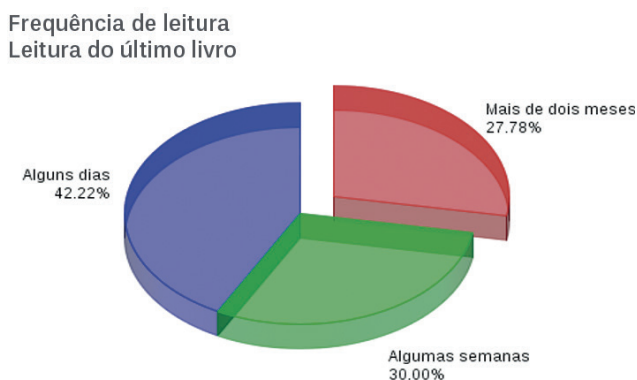
Importante atentar, também, para o processo de “desculturação” a que o indivíduo é submetido numa instituição total. Nesse sentido, após uma longa estada distante do mundo exterior, ele demonstra incapacidade de enfrentamento de alguns aspectos da vida diária (GOFFMAN, 1990). Diante de tal quadro, é preciso ressaltar a importância da leitura como processo de *revivificação* do indivíduo que, e por algumas condicionantes inerentes ao presídio, parece se *desconectar* sociopsicologicamente daquela realidade de onde ele se origina. As possibilidades dessa *reconexão* ocorrem pela presença de televisão e rádio (quando são permitidos, nas celas), pela leitura de livros e, infelizmente, pelo uso de drogas. No entanto a leitura, naquele ambiente, não possibilita apenas esse aspecto de *ausência* ou afastamento de uma realidade dura mas possibilita, também, que o preso se afaste daquele mundo associado ao crime, o que, em sentido contrário, amplia sua capacidade crítica e o contato com outras realidades, ainda que de base ficcionais. Daí, acredita-se, seu possível efeito ressocializador.

Retomando dados da pesquisa, no Gráfico 12 percebe-se que a frequência de leitura é compatível com o hábito de leitura verificado, pois 42,22% dos entrevistados teriam feito sua última leitura havia alguns dias e cerca de 50%, há menos de dois meses:

---

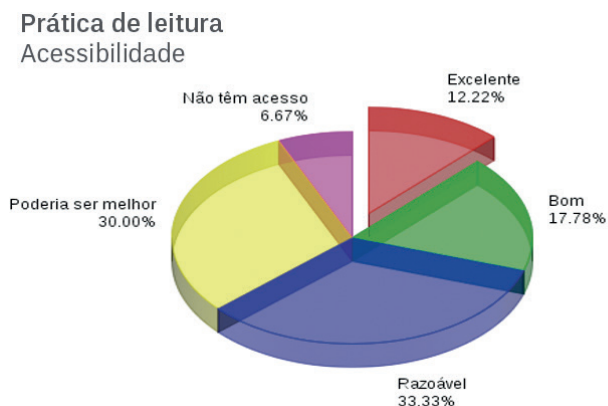
<sup>5</sup> Na psicologia, “elementos moduladores” impõem sobre comportamentos e vontades os indicadores de boa convivência.

**Gráfico 12:** Frequência de leitura



Quanto à acessibilidade, observa-se que para 12,22% deles é excelente a proposta da penitenciária. Na ponta dessa análise, encontram-se 6,67 % que não têm acesso ao livro e 30% que acreditam que a proposta de distribuição dos títulos poderia melhorar. Nesse quadro, para a maioria, cerca de 36%, tal acessibilidade é um obstáculo à prática de leitura:

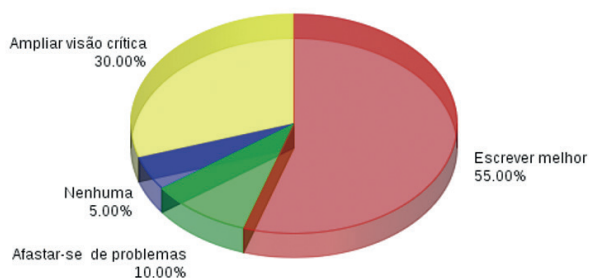
**Gráfico 13:** Acesso às bibliotecas



No Gráfico 14, a seguir, observa-se a relação entre prisão e a prática de leitura. Destaque-se que, combinada ao ócio, a prisão representa para muitos o primeiro contato “mais próximo” com o livro, além de representar a oportunidade de se distanciarem dos problemas:

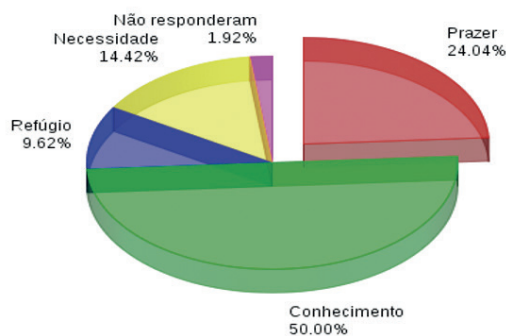
**Gráfico 14: Expectativas de leitura**

Prática de leitura  
Expectativas



**Gráfico 15: Representação do ato de leitura**

Ato de leitura  
Representação



## Sob a custódia do tempo

No cárcere, a apropriação do espaço de leitura está intimamente ligada à possibilidade de “estar sozinho” de, pelo menos nesse instante, na cela, o detento não compartilhar seu espaço de leitura com muitas pessoas. Corrobora tal afirmação o percentual observado no Gráfico 15, em que 9,62% desses indivíduos entendem a prática de leitura como maneira de “se refugiarem”. Ainda, verifica-se que a leitura está associada ao prazer para 24,04% dos presos, além de um outro dado também interessante, observado na representação do ato de ler como necessidade para 14,42% deles.

Pode-se inferir dessas constatações que o confinamento impõe sobre o indivíduo a necessidade de se imaginar livre, tendo a sensação de que aquela realidade é temporária. Assim, os valores *absorvidos* naquele ambiente e que, inevitavelmente, parecem aniquilar o que há ainda de humano no indivíduo, são contidos, anulados ou não sobrevivem por muito tempo frente à autoconsciência e ao processo de reconstrução de identidade social que, também, pode ser recuperado por intermédio da literatura.

## 2. Entreolhares: a literatura em revista

A experiência de leitura pressupõe uma prática cultural na qual o leitor se entende como *sujeito ativo* do processo de ler e, portanto, capaz de assumir uma nova postura frente a uma realidade que vai sendo transformada – o que se entende por *leitura produtiva* – a partir do acúmulo de conhecimento apreendido. Esse seria, diga-se,

[...] o lado otimista e prazeroso do aprendizado da leitura. Dá-nos a impressão de o mundo estar ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo a conviver com ele, mas até modificá-lo à medida que incorporamos experiências de leitura. (MARTINS, 2005, p. 17).

Considerando a Teoria do Efeito Estético (ISER, 2002), não se pode reduzir o ato de leitura tão somente à apreensão de significados, esgotados na estrutura

do texto. É necessário estabelecer uma interação entre texto e leitor, e nessa convergência, de expectativa e experiência, desencadeia-se um momento de nova significação. Assim desenvolvidas, as provocações estabelecidas pelo texto levam o leitor a uma posição ativa nesse *jogo*, em que o processo de recepção leitora vai se dando também pelos preenchimentos lacunares, de construir a subjetividade impressa na estrutura textual. Nesse processo, além da perspectiva de recepção primária de leitura, a compreensão do texto permite também sua compreensão no(s) mundo(s) em que se insere, como produto humano.

Uma experiência literária no cárcere subverte todo entendimento acerca de um processo comum de leitura. Muitas são as questões envolvidas na formação desse leitor, desde as relações sociais periféricas, enquanto homem livre, às relações sociais no submundo da prisão. A construção desse terceiro sujeito, produto de uma sociedade extra e intramuros, interfere diretamente na formação desse leitor, pois se encontra sob a égide da disciplina moduladora de comportamentos associada ao processo de constante de despersonalização.

Numa sociedade de leitores, em que lado a lado se encontram diluídos processos da teoria da recepção e da Teoria do Efeito Estético, é importante estabelecer e diferenciar a comunicação entre dois lados da relação texto e leitor. O entendimento acerca do efeito do texto e a recepção da obra são momentos condicionados no ato da leitura e desencadeadores do sentido como duplo horizonte: o interno literário, implicado pela obra e o mundivivencial, trazido pelo leitor de uma determinada sociedade (JAUSS, 2002).

Considerando o ambiente prisional, em período de confinamento o sujeito não encontra na literatura, inicialmente, *sustentação* necessária que o conduza a uma devida (produtiva) interação com o texto. O processo de *preencher os espaços vazios textuais* exige autonomia e, nesse sentido, se bem assumido tal processo (para tanto, uma leitura atenta já é um excelente condicionante para tal), aos poucos um tom emancipatório se manifesta na realidade desse destinatário (CANDIDO, 2006), criando, portanto, um “espaço de liberdade”. Nessa *interação produtiva* leitor e a

## Sob a custódia do tempo

obra vão se conectando intimamente e é de tal interação que se produz algo que, anteriormente, inexistia (ISER, 2002).

Da proposta do jogo como representação do processo textual, Iser oferece um novo contorno ao texto, tornando-o um campo de jogo e, nesse espaço, os autores *jogam* com os leitores. O texto – jogo – apresenta-se como um mundo a ser identificado e, portanto, imaginado pelo leitor, a quem caberá o empenho em visualizar as várias formas do mundo e, por fim, interpretá-las. Dessas diversas interpretações, importa destacar que nenhuma delas coincidirá como o mundo referencial do texto ficcional. Assim, *transgredidas* as concepções de mundo, o texto começa a sofrer “modificações”, e ao leitor, nesse processo de percepção-interação, confere-se a possibilidade de entender aquele referencial textual não como realidade expressa, mas como *se fosse* realidade.

Posto que a autonomia na “construção” de outros mundos pode advir, também, da leitura de outras realidades, a metáfora do jogo apresenta a ideia de movimento e liberdade, pois se retomam possibilidades do leitor que, no cárcere, são largamente restritivas. Assim, modificações causadas por interpretações diversas só serão possíveis a partir da apropriação desse espaço de liberdade e do entendimento pleno do indivíduo (preso, leitor), enquanto elemento essencial de tal relação. O binômio texto-liberdade/jogo-identidade representa o produto dessa interação, e quando o leitor alcança, por meio da leitura, uma nova significação (de si, do outro, do sentido das coisas), abre-se, inevitavelmente, um novo horizonte de percepção do mundo e, inserido nele, do *próprio seu mundo*. Nesse processo, a literatura – além de sensação estética, de informação escrita, de conhecimento adquirido – pode mesmo se revelar um eficaz instrumento contra a alienação, libertando o leitor, preso, da prisão da ignorância (social, histórica, política, filosófica, etc.), na medida em que, também, o conduz a um processo de reconstrução, de reconhecimento de sua cidadania. Isso é, sim, possível.

O envolvimento nesse *jogo textual* é outro elemento importante que precisa ser considerado, pois a cômoda e confortável posição de mero *espectador* de uma leitura, assim *antiprodutiva*, não levará o leitor à recepção ativa desse novo significado

do texto como produto de ressignificação, pode-se dizer, *socioestética*. Nesse sentido, já seria uma proposta instigante adentrar pela discussão de experiências de leitura para um *leitor comum* – leitor livre. Todavia, e como aqui se avalia, o leitor em questão carrega consigo o estigma de ter transgredido uma “lei social” estabelecida num código (nesse caso, o Penal), e cumpre pena de restrição de liberdade por tal transgressão, o que exige da instituição (total) um olhar, para esse indivíduo-leitor, de constante e rígida vigília, numa condição de ordens impostas a ele e que devem, sem discussão, ser seguidas diariamente. Num ambiente prisional tem de ser assim, pois ter o mundo ao “alcance de descontroladas reflexões”, gerando uma atitude criticamente ativa – reflexo de uma *leitura produtiva* –, pode pressupor perda de controle da instituição e, numa sociedade sob o império da disciplina obrigatória, é fundamental a nítida, e inquestionável, dominação sobre o outro – outro que está nessa condição objetiva: de preso. De estar ali para ser preso, e não para ser leitor.

Considerando essa relação de dominação e controle entre uma instituição total e seus internos, a prática da leitura ganha outros contornos:

A psicanálise enfatiza que tudo quanto de fato impressionou a nossa mente jamais é esquecido, mesmo que permaneça muito tempo na obscuridade do inconsciente. Essa constatação evidencia a importância da memória tanto para a vida quanto para a leitura. Principalmente a da palavra escrita – daí a valorização do saber ler e escrever –, já que se trata de um signo arbitrário, não disponível na natureza, criado como instrumento de comunicação, registro das relações humanas, das ações e aspirações dos homens; transformado com frequência em instrumento de poder pelos dominadores, mas que pode também vir a ser a liberação dos dominados. (MARTINS, 2005, p. 17).

Nessa perspectiva, pois a demanda por leitura pode representar o rompimento de tais relações de poder, comprometendo toda a condução do indivíduo dentro de um



## Sob a custódia do tempo

rígido processo disciplinar. Isso implica, também e como rotina, uma revista minuciosa em todo material de uso pessoal (livros, inclusive), que deve ser previamente avaliado, selecionado, aprovado e disponibilizado “para uso”, pois esses materiais influenciarão o comportamento pessoal o que influenciará a rotina do local. Por outro lado, a experiência de leitura também pode ser entendida como possibilidade efetiva de transformação da visão de mundo desse indivíduo, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico na construção das relações interpessoais.

Dessa maneira, a prática da leitura e seu efeito no leitor são acompanhados segundo a organização e categorização dos grupos de internos que têm acesso a livros, assim como todas as outras atividades da instituição. Nesse caso, a mediação é realizada por outro interno que compartilha suas leituras, formando uma espécie de comunidade de leitores, segundo oferta e autorização da instituição penal para liberação dos títulos.

Retomando mais uma vez a pesquisa desenvolvida, para análise dos conteúdos das entrevistas dos funcionários foi adotada a perspectiva relacional teórica, que permite analisar o conteúdo da mensagem e seu significado por deduções lógicas e passíveis de justificação. Para tanto, primeiramente os representantes institucionais foram separados em três grupos: Penitenciárias Federais, Penitenciária Estadual masculina e Penitenciária Estadual Feminina. Logo depois foram verificados os discursos e classificados segundo a visão individual do profissional sobre a prática de leitura e, por fim, se, na prática diária, esses discursos influenciavam a experiência de leitura dos internos na rotina de funcionamento das bibliotecas. Para a composição desses dados, buscou-se um interlocutor na esfera federal com o objetivo de se compor um quadro mais amplo dos projetos de leitura e intervenções federais realizadas em outros estados e, também, no DF.

Coordenador dos Estados e DF – Reintegração social e ensino do DEPEN –, Dr. Marcus Rito relatou, durante entrevista, que há incentivo para publicações e projetos na área de leitura e de educação no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à reinserção do interno, inclusive para aqueles que recebem vigilância mais ostensiva e cautelosa, como os internos do Mato Grosso do Sul.

Assim, participam de projeto de “remição pela leitura”, cujo objetivo é a remição dos dias de pena por meio da leitura de uma obra, com subsequente produção escrita de uma de resenha. Segundo o entrevistado esse conjunto de atividades, desenvolvidas por meio de trabalhos individuais, representa uma maneira eficaz de enfrentar o ócio, e de maneira bastante segura.

Dr. Rito também destacou a importância da proposta do Concurso Nacional de Redação *Escrevendo para a liberdade*, realizado no sistema penitenciário, com a participação de mais de 400 internos. Considerou o entrevistado, ainda, que as realidades plurais nas instituições comprometem a execução de atividades em âmbito educacional, com poucos espaços disponíveis para tais atividades, poucas salas para bibliotecas, além de não oferecer estrutura apropriada para a mulher presa. Não obstante tal realidade nacional, apontou alguns estados que apresentam avanços na área educacional, como é o caso do Rio Grande do Sul e, na área da saúde, o estado do Espírito Santo. Destacou, ainda, o projeto de leitura realizado no estado de Rondônia, em parceria com uma organização não governamental.

No caso do DF, salientou que não há projetos de leitura ou educação em parceria com o DEPEN, pois as unidades da Federação são independentes, e a gestão dos estabelecimentos penais em alguns estados está vinculada à Secretaria de Segurança, em outros, à Secretaria de Justiça e Direitos humanos e, ainda, em última análise, há estados que possuem uma superintendência que trata da administração penitenciária.

Diante desse cenário diversificado, amplificado pela extensão continental do país, verificou-se, como outro dado da pesquisa, que no DF as seis unidades prisionais não compartilham de práticas comuns relacionadas ao funcionamento de suas bibliotecas. No DF cada instituição é dotada de bibliotecas, no entanto, a dinâmica de funcionamento não segue apenas a organicidade de um espaço de leitura comum com estantes e livre acesso aos livros. Sob tal dinâmica, desde a escolha do bibliotecário, que é um preso classificado, sob exigências específicas, para trabalhar internamente na biblioteca até o empréstimo do livro, são seguidas regras rígidas de segurança. Portanto, a prática

## Sob a custódia do tempo

de leitura está associada a cada gestão prisional e sob olhar crítico da instituição quanto ao cumprimento do princípio, em tese obrigatório, da ressocialização.

### 3. Sobre a pesquisa

Ressalta-se a princípio que, por se tratar de uma prisão – de um ambiente estritamente prisional –, a pesquisa teve necessariamente suas limitações, por questões típicas desse ambiente, quanto à plena coleta de algumas informações. Não obstante a existência de tais limitações, com a maioria delas previamente conhecidas pelos pesquisadores, o objetivo pretendido se faz mais que oportuno por meio do registro das informações colhidas como instrumento norteador para futuras investigações, mesmo melhor estruturadas, e como maneira de suscitar ideias eficazes para a solução (ou uma diminuição) dos problemas, vários, encontrados.

Assim, para aplicação da pesquisa foram escolhidas duas unidades prisionais, a saber, Penitenciária do Distrito Federal I - PDF I e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF, a fim de que se obtivesse uma análise também por gênero, e durante a aplicação foram propostas diversas atividades para a instituição penal masculina que foram amplamente discutidas, segundo o prisma da segurança. Destaque-se que essas propostas, acompanhadas e avaliadas pelo gestor de cada unidade, que também era um “gestor-leitor”, acabaram por ganhar um outro relevo no próprio ambiente prisional. Nesse sentido, o entendimento da importância do ato de ler, aliado à vivência de leitura literária do gestor, possibilitaram um diálogo profícuo quando da condução das atividades de pesquisa.

A preocupação com “segurança absoluta” era visível nas duas unidades, em especial na masculina, onde foram realizadas oficinas que compunham o quadro de “criações artesanais”, e que, para a realização da proposta, seria necessário o uso de vários objetos, como tesoura, barbante, cartolina, etc., os quais poderiam, segundo o gestor, muito bem ser “reutilizados” como instrumentos, ou material de base, para fuga ou mesmo outros fins ilícitos. Dadas tais circunstâncias, o diretor da PDF I

fez questão de acompanhar todas as atividades realizadas durante a pesquisa, o que implicou várias reuniões prévias – várias – para discussão sobre a “dinâmica ideal” para realização das atividades em total consonância com as regras de segurança que não seriam, e não foram, em hipótese alguma “relaxadas”.

Nas unidades prisionais do DF, os “chefes de pátio” são responsáveis pela organização e manutenção dos prédios dentro da unidade. Esses funcionários foram entrevistados de forma semiestruturada, com perguntas fechadas e abertas, para se obter uma visão mais ampla da dinâmica das bibliotecas e do discurso de cada um sobre a questão “literatura na prisão”.

De acordo com as entrevistas, e considerando um perfil socioeconômico, verificou-se que os funcionários fazem parte de três carreiras presentes na unidade: policiais militares, agentes penitenciários da polícia civil e agente de atividades penitenciárias do DF, observando-se que esta última carreira foi criada, recentemente, a cerca de três anos e exige formação técnica em nível médio. Quanto ao grau de instrução, todos os funcionários tinham nível superior em Direito, com exceção de um dos policiais, com formação em Teologia e que, curiosamente, administrava o Bloco F, reservado a crimes sexuais ou a presos com problemas de convivência, uma espécie assim de local de isolamento da massa carcerária. Numa escala ascendente de tempo na função, os policiais tinham de três a 25 anos de carreira, com destaque, novamente, à presença do policial mais antigo na unidade destinada aos crimes sexuais.

Como dado negativo, percebeu-se a rotatividade na função de chefe de pátio e chefe do setor de ensino, responsáveis também pelas salas de leitura, o que provoca uma “quebra” constante na linha de administração dos espaços, gerando constantes dificuldades na acessibilidade (o que/como um chefe “permitia”, outro “não mais permite”...) e problemas na distribuição dos livros (quantos, quais, quando...). Observou-se, ainda, que não há uma padronização na organização e funcionamento das salas de leitura e nem compartilhamento do “formato” de gestão. Assim, desarticulados numa ação sistemática e difusa, cada prédio “trabalha seus objetivos” de maneira independente, o que interfere nos discursos de “organização geral”

## Sob a custódia do tempo

também, inevitavelmente, influenciando as práticas de leitura. Esse processo, assim desarticulado, dificulta em muito uma *efetivação* dessas práticas, pois “reduz” uma possível formação do indivíduo-presos, enquanto leitor, e mesmo seu “fragilizado ânimo” quanto à possibilidade de ressocialização com maior frequência de leitura e, mesmo, melhor acessibilidade ao acervo disponível.

Incluem-se aqui, ainda, dados relacionados à PFDF, única prisão para mulheres no DF. Nesta foram entrevistadas duas funcionárias: uma da carreira de Agente Penitenciário e outra da carreira Agente de Atividades Técnicas, ambas pedagogas formadas. A primeira trabalha com as mulheres em regime fechado e, naquele espaço, há duas bibliotecas que são utilizadas diariamente pelas internas. Por sua vez, a Agente de Atividades Técnicas trabalha na unidade reservada às presas de regime semiaberto, onde há mais uma biblioteca.

Face aos dados apresentados, sob a óptica de uma abordagem relacional entre as falas dos entrevistados, mais as observações realizadas *in loco*, elencaram-se alguns eixos mais significativos ao processo de pesquisa. São eles:

### *Receptividade*

Um dado interessante na instituição penal masculina é a recepção do pesquisador *in loco*. Notou-se que onde não há uma organicidade ou o funcionamento é precário, fica estabelecido o compromisso de entrega de dados, sempre “para depois”. Em alguns casos, a visita se restringe ao conhecimento físico do local de maneira distanciada e à valoração de aspectos prediais, como pintura. Na instituição penal feminina, por sua vez, à época da entrevista, a funcionária responsável pela biblioteca, localizada na unidade de regime semiaberto, contou que por causa das chuvas fortes havia ocorrido uma inundação na sala que molhou grande parte do acervo, portanto, a sala se encontrava interditada. Quanto à funcionária responsável pelas duas bibliotecas do regime fechado, apenas disse que não era possível a visita ao local, não especificando a razão.

#### *A literatura e as atividades de ressocialização*

A função básica do agente penitenciário não é a de ressocializar, cabendo a este policial a função de segurança do local e de manutenção da integridade física dos presos e funcionários. Ao Estado cabe a responsabilidade pela contratação de funcionários que busquem executar tal função de “ressocialização”, no entanto, e como anteriormente apontado, aos agentes penitenciários e de demais carreiras cabe a responsabilidade, também técnica, pela organização e funcionamento desses espaços. Verificou-se que mesmo sem a formação profissional, de maneira mesmo quase intuitiva que minimamente técnica, são esses agentes que possibilitam que os livros – e enfim, a leitura – chegue até o leitor no cárcere. A esse respeito, aliás, segue um depoimento:

O primeiro passo é a segurança, os policiais não estão dentro do presídio para ressocializar. Eles estão aqui para garantir o trabalho dos professores e de outros funcionários para que o trabalho de ressocialização flua com segurança. (Entrevistado da PDF 1).

Fato comum em alguns prédios e que auxilia o leitor na seleção do livro é o acesso ao catálogo que é fixado no pátio, com exceção do Bloco E, destinado à escola. Destaca-se nessa organização de espaços o Bloco F, que, mesmo com o rigor na segurança, semanalmente o interno solicita o livro, existindo uma ficha de controle para o empréstimo da obra solicitada. Aliás, percebe-se uma busca de sistematização nos procedimentos adotados nessa sala de leitura, por não se tratar de um espaço privilegiado como a escola, efetivamente voltado, também, para uma prática inclusiva de leitura.

Observou-se que nas unidades prisionais não há política eficiente para a formação de novos leitores e as limitações espaciais, combinadas com as regras de segurança, inibem a prática de leitura. Mesmo no Bloco E, onde fica a escola da unidade prisional, verificou-se que as práticas pedagógicas trabalham o conceito de *leitura* como simples decodificação dos signos linguísticos e normativa apropriação

## Sob a custódia do tempo

dos saberes acumulados. Assim, o livro é instrumento básico para mediação do professor e a *leitura*, um veículo de apreensão do conhecimento para fins estritamente didáticos. Verifica-se nesse modelo pedagógico a reprodução do paradigma educacional presente na sociedade *dos livros*, que, no geral, também não privilegia a escola como espaço para formação de leitores.

### 3.1 O discurso da segurança e as práticas de leitura

Nas entrevistas dos chefes de pátio, verificou-se a inclusão da literatura na rotina carcerária como “forma dos presos abrirem a cabeça para os estudos” e “saírem da vida do crime”. Ainda, quando do momento de execução das atividades relacionadas à pesquisa, os policiais da área de educação e trabalho se mostravam interessados e mesmo colaboravam no sentido de deixarem “as pessoas envolvidas” (alunos, artistas, professores convidados) menos tensas e mais seguras quanto à garantia de sua integridade física.

Contrária à visão dos policiais responsáveis pelas salas de leitura, os policiais que trabalham em funções dissociadas das atividades ressocializadoras, quando questionados em entrevistas não estruturadas, sobre a leitura no cárcere, revelam suas opiniões do tipo “*esses presos não querem nada*” e “*na frente de vocês são bonzinhos, educados, mas nós é que sabemos como são de verdade*”. Quando ainda questionados sobre a rivalidade natural entre os dois grupos (eram dois os grupos que, à época, “dominavam” os presídios no DF) poder interferir na avaliação daquele leitor, concluem dizendo “*basta entrar na cela e ver que não querem nada. Pena que você não pode ver*”. Importante mencionar que a carreira de agente de atividades penitenciárias foi criada em 2008, de certa maneira, pois, ainda recentemente esses profissionais, que tiveram curso de formação policial, não contaram, no entanto, com disciplinas mais relacionadas à ressocialização, nem ao papel dos agentes ressocializadores no interior da prisão.

Em outro momento da pesquisa, ao se questionar um policial que tinha o hábito de ler, ainda que nessas funções “distanciadas” da literatura e outras práticas de ressocialização, observou-se, a cada visita ao presídio, seu interesse em conversar sobre literatura com o pesquisador. A esse policial, quando lhe foi perguntado sobre a importância da literatura no cárcere, respondeu que “*não sabia que eles liam*”, completando “*que tipo de leitura?*” e, ao final, concluiu dizendo que “*deve ser sobre violência*”. Em análise possível sobre tais considerações, pode-se constatar que esse policial associava, como de regra, a prática de leitura à vivência criminosa do preso e, portanto, este não seria capaz de ler “alta literatura”.

Por outro lado, observou-se que os policiais que atuam em atividades relacionadas à ressocialização têm uma melhor compreensão e uma postura mais receptiva com relação à prática de leitura no cárcere, dissociando a figura do leitor da figura do criminoso. Nesse sentido, aliás, o fato de um indivíduo cometer um crime não subtrai dele suas capacidades intelectuais. Elas permanecem intactas, bastando que o indivíduo queira utilizá-las novamente (MORIN, 2004).

## 3.2 Acessibilidade a salas de leitura

Durante a pesquisa não foi observado em nenhum momento a ocupação da sala de leitura por parte dos presos, salvo momento de entrevistas do pesquisador. A vigilância ostensiva não permite ao interno, no caso do Bloco E, onde ficam salas de aulas próximas à biblioteca, a livre circulação, no entanto, a circulação monitorada do preso pode ser realizada por professores, para conhecimento do acervo ou mesmo para proporcionar contato físico com os livros. Constatou-se que esse contato fica restrito às alas das celas quando é realizada a distribuição de livros por outro preso.



### 3.3 Função da literatura na prisão

Quando interrogados sobre a importância da leitura no cárcere, os policiais foram unânimes em apontá-la como “*uma maneira de ocupar o preso*”, “*quebrar a ociosidade*”, além de “*deixá-lo mais calmo*”. Em alguns casos citaram a leitura como forma de “*ajudar o interno a não ficar louco*”, como acontece na prisão de segurança máxima, numa ala especial, onde os internos ficam isolados individualmente e se permite, apenas, o uso de revistas de palavras cruzadas. Assim, corroborando a análise, em mais um depoimento se afirma que “*ocupar o interno é bom para o interno, é bom para o estado*” (Entrevistado da PDF I). Ainda, nas entrevistas dos chefes de pátio, verificou-se que a inclusão da literatura na rotina prisional é compreendida como “*forma de abrirem a cabeça para os estudos*” e “*saírem da vida do crime*”. Também, “*um comportamento diferenciado e a ampliação do vocabulário*” é outra característica apontada pela funcionária da PFDF, além da quebra de ociosidade, também indicada. A primeira observação não foi contemplada pela instituição penal masculina.

A gestão da penitenciária determina o bom funcionamento das salas de leitura, mas dentro do escalonamento de trabalho e execução diária de atividades serão determinantes a formação do policial, sua visão do universo da prisão e do preso, além, é claro, de sua visão da leitura para condução da rotina de preso daquele indivíduo-leitor. Percebeu-se, também, que os discursos dos funcionários influenciam, tendenciosamente, a prática geral de leitura.

A experiência de leitura com indivíduos em confinamento permite redimensionar o entendimento do próprio processo para além da mera, e importante, condição de fruição. Assim, verifica-se no ato de ler a possibilidade, também, de distanciamento dessa realidade, observado no registro de fala de um dos internos entrevistados, ao afirmar que “*ler é aliviar o tempo desse inferno que é a cadeia.*” Assim, na repetição desse “estado de alívio”, eles passam a se enxergar como indivíduos capazes de reconstruírem suas histórias e, quando do retorno à sociedade, tornar-sem produtivos. Aqui, como fundamento conceitual deste livro, efetivamente se acredita nessa *possibilidade*, nesse *poder* da leitura. Nunca sozinha, desarticulada de

“um todo”. Acredita-se nessa imensa capacidade da leitura, devidamente integrada a outros elementos condicionantes, claro.

## 4. A tipificação penal no processo de leitura

### 4.1 Uma estrutura

Entre as seis unidades prisionais do DF foi escolhida a PDF, em razão da maneira de cumprimento da pena ser em regime fechado. Nesse regime os sentenciados comumente permanecem por mais tempo naquele ambiente, tornando a pesquisa, diga-se, mais contínua pela maior possibilidade de acompanhamento. Ressalta-se que foi essa categorização e disposição dos presos que possibilitou a análise, pois não era objetivo inicial da pesquisa estabelecer tal condição, que dizia respeito aos Blocos serem separados por tipificação penal. Assim, foi possível verificar a leitura dos homicidas, dos traficantes, dos ladrões, dos pedófilos e dos estupradores (na PDF tal classificação se faz por Blocos). Constatou-se, portanto que, considerando essas “variações”, a análise seria enriquecida pelos dados referentes a cada “tipificação” e, também, com o levantamento de novas hipóteses de pesquisa. Ainda, para assegurar a amostra feminina foram realizadas entrevistas na PFDF.

No primeiro momento da pesquisa, no mês de junho de 2011, observou-se o espaço no que tange a suas características físicas e as relações interpessoais estabelecidas. À época, a PDF I tinha aproximadamente 2.400 internos sob sua custódia, em regime fechado, presos já condenados pela Justiça distribuídos em quatro Blocos: D, E, F e G.

Cada Bloco foi ocupado segundo a tipificação penal, e assim, no Bloco D, ficavam os homicidas e traficantes, não havendo registro de nenhuma atividade educacional ou laboral naquele espaço. No Bloco E, onde está localizada a escola, os internos têm acesso a atividades educacionais e, dessa maneira, há uma composição

## Sob a custódia do tempo

mista quanto à tipificação penal. São atendidos 360 sentenciados, cerca de 50% dos internos do Bloco, nos turnos matutino e vespertino, durante a semana, com exceção das quintas-feiras, reservadas à visita de familiares. Já no Bloco G ficam todos os internos que cometeram crimes contra o patrimônio; finalmente, no Bloco F ficam os internos que cometeram crimes sexuais e têm problemas (rixas, deduragens, juras de vingança, etc.) nos outros Blocos, seja por convivência conflituosa, seja por representarem liderança negativa na penitenciária.

Há apenas uma biblioteca, que fica localizada no Bloco E, e nos demais espaços ficam estantes com livros que são distribuídos aos presos. Segundo o diretor da unidade, essa é uma “estrutura simples”, todavia, com a intenção de efetivar “pontos de leitura” com o objetivo posterior de criação de mais bibliotecas. Note-se que a LEP nº 7.210/84 prevê a existência de bibliotecas nas unidades prisionais, no entanto não há projetos que estimulem o interno à prática de leitura, nem a existência desses espaços garante a acessibilidade a eles. Conforme preconiza essa lei, no seu artigo 21: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.”

Quanto à formação do acervo, cabe ao interno a escolha do livro que a família poderá trazer durante a visita, obviamente, excetuando-se todos aqueles que propaguem ou façam apologia à violência, ao uso de drogas, à pornografia, entre outros, diga-se, com “temas proibidos ou perigosos” para aquele ambiente e suas especificidades. Assim, torna-se possível associar as preferências literárias àquele público, de presos-leitores.

Em todos os Blocos da PDF não há nenhuma padronização na organização dos acervos, nem tampouco na distribuição dos livros. É de responsabilidade do interno a catalogação e a distribuição do acervo que é previamente selecionado pela polícia e permanece sob supervisão dos agentes penitenciários. Não há um sistema minimamente informatizado para as bibliotecas, e o registro de “entradas e saídas” de livros e devida catalogação é todo realizado de maneira manual. Há

uma variação temporal na distribuição dos livros, que pode ser semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com a dinâmica de funcionamento de cada prédio e mesmo ambiente geral de comportamento.

A princípio, a análise será desenvolvida considerando a realidade do Bloco D, que se destina a traficantes e homicidas, com 800 internos distribuídos em 56 celas. Nesse Bloco as celas têm a dimensão padrão de 6 x 3 m, com capacidade para oito pessoas, contando, à época, com 15 a 16 presos cada uma. Não há nenhuma atividade educacional ou laborativa e o tempo ocioso no interior da cela é de 20 horas, aproximadamente.

Na sala do chefe de pátio há uma estante com acervo de aproximadamente 500 livros, resultado de doação externa (empresas, instituições, ONGs, etc.) ou dos familiares dos internos, segundo sua solicitação e aprovação prévia dos funcionários da segurança.

O fluxo de leitura alcança 35% de leitores nesse grupo e a cada 15 dias o interno solicita, para outro interno (responsável pela movimentação dos títulos), a partir de catálogo de livros fixado no pátio, aquele que deseja. Em média cada cela recebe cinco livros por semana, o que “produz” a leitura de algo como 280 títulos, ao mês e, destaque-se, 90% dos livros lidos são de autoajuda e/ou religiosos. Nesse contexto, pode-se admitir que uma das maneiras efetivas de combate à ociosidade é a leitura ali realizada, que movimenta cerca de 56% do acervo disponibilizado.

As duas bibliotecas da unidade prisional estão localizadas no Bloco E, reservado à educação e composto, para assegurar o direito à educação a todos os presos, por um grupo misto deles, quanto à tipificação penal. São 650 internos divididos em quatro alas, e 55% têm acesso à escola da unidade. O acervo é composto por 6.053 títulos, na sua maioria por livros didáticos que, semanalmente, são distribuídos aos internos, segundo indicação da “comunidade interna” de leitores ou por intermédio de outro preso que faz a distribuição em cada cela. São movimentados cerca de 46 livros por semana, sendo, ao total, 185 títulos. Constatou-se, portanto, que ao mês são lidos 3% do acervo. Verificou-se, ainda, que é o local onde se tem a menor movimentação de títulos lidos. Assim, considerando o acervo disponível e se este fosse diminuído

## Sob a custódia do tempo

seguindo a mesma proporção dos títulos lidos nos demais espaços, ainda assim o percentual relacionado ao público leitor não superaria nenhum outro Bloco.

No Bloco G ficam 820 internos que cometeram crimes contra o patrimônio. Desse grupo de internos, apenas 50 têm atividades laborais, ou seja, menos de 7%, e o restante fica com o tempo ocioso, em cela. Também os livros de autoajuda e religiosos movimentam cerca de 60% do acervo que possui, em suas estantes, 481 livros. A cada 15 dias o interno, por meio de catálogo, solicita o livro que deseja ler; e se verificou que são lidos, ao mês, 240 obras. Nesse Bloco e no Bloco F estão localizados os acervos mais variados e atualizados, assim, comuns a esses Blocos são os best-sellers, os mais lidos, representando cerca de 80% dos títulos movimentados. Verificou-se, ainda, que não há nenhum incentivo à leitura e nem tampouco à leitura de livros nacionais.

**Figura 1:** Biblioteca na Penitenciária do Distrito Federal I



Fonte: Secom - UnB.

Na categoria autoajuda e religiosos, há uma diminuição significativa no fluxo de leitura nos Blocos E e F, que têm o registro de leitura de apenas 20%.

No Bloco F estão os internos que apresentam maior grau de periculosidade, seja por representar liderança negativa ou por apresentarem problemas de convivência, além de abrigar os chamados “presos do seguro”, condenados por crimes sexuais e que ficam, obrigatoriamente, apartados da massa carcerária. A arquitetura desse Bloco se diferencia dos demais, sendo composto por 120 celas individuais, de 2,5 x 2,5 m, e com 388 internos. O acervo apresenta 459 títulos que são movimentados semanalmente, a partir de catálogo fixado no pátio. Nesse Bloco há uma maior movimentação de títulos, aproximadamente 260 livros, e se percebe um maior grau de organização quanto ao seu controle e distribuição. Além das celas indicadas, há um pavilhão de segurança máxima com somente sete internos que estão completamente isolados do restante dos presos e, nesse caso, a leitura fica restrita ao exercício de palavras cruzadas.

Numa análise comparativa entre os Blocos e, conseqüentemente, entre as incidências penais, pode-se constatar que quanto maior o grau de segregação na unidade prisional, maior o fluxo de leitura. Esse dado foi observado no Bloco F, local onde se encontra um grupo não aceito por outros internos. Ainda se inferiu que o fator “tempo ocioso em cela” serve de estímulo à prática literária pelas razões anteriormente elencadas, no entanto, a superlotação inviabiliza a leitura, visto que alguns internos dormem na “praia” – nome dado a toda extensão livre do chão, inclusive banheiro.

Verificou-se no Bloco E, que se destina à escola, a reprodução do paradigma de educação formal comum à sociedade *dos livres*, com metodologias de caráter didatista da leitura e, conseqüentemente, a não formação de leitores, mas, sim, de “ledores”. Verificou-se, também, que a ausência de sistematização no funcionamento das bibliotecas e salas de leitura ocasiona várias rotinas que prejudicam o acesso e a livre escolha do livro pelo interno. Também em todos os Blocos, com exceção do Bloco E, o dos estudantes, observou-se a fixação do catálogo no pátio, prática que garante ao leitor a oportunidade de conhecer o acervo à disposição, possibilitando certa liberdade de escolha quanto ao livro a ser lido. Além disso, nota-se que esse

## Sob a custódia do tempo

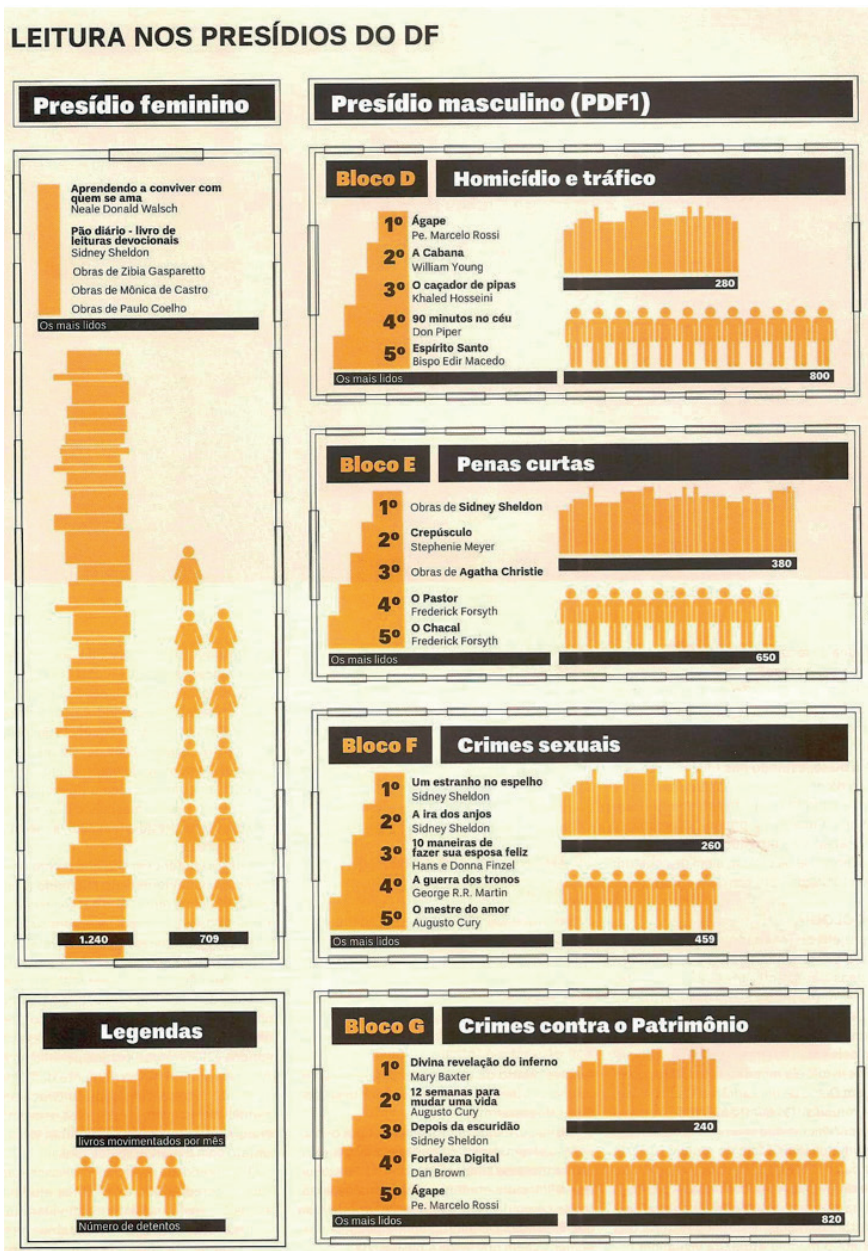
processo de (certa) “livre-escolha” desenvolve no leitor um interesse pela leitura num ambiente de extrema dominação.

Nesse contexto prisional de verificação, partindo do pressuposto de que o ato de ler não é um processo linear, pois ao leitor é permitido fazer inferências, confrontar realidades, posicionar-se e, sobretudo, estabelecer produtivas relações dialógicas (BAKHTIN, 2003), a leitura possibilita a interação do indivíduo com o mundo que o cerca, quando “se ultrapassa” a barreira tênue, tanto quanto abissal, de uma leitura superficial do texto. Nesse processo dialógico, compreende-se no ambiente prisional a ausência de tal “diálogo textual” e do compartilhamento efetivo das leituras feitas. Em tal processo, é negada ao leitor a possibilidade de socialização dessa leitura, dado o ambiente de muita tensão e de muita desconfiança nas relações interpessoais, desconfiança que, não raras vezes, acaba mesmo em morte. Todavia, mesmo nesse caudal tenso de proibições entre ordens acatadas sem discussão, ainda assim

[...] a literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (CANDIDO, 2006, p. 83).

Mesmo em condições precárias e de superlotação em toda unidade prisional se observou que 30% da massa carcerária desenvolve o hábito de leitura. Quanto à relação entre os títulos mais lidos em cada Bloco e a incidência penal, segue a Figura 2:

Figura 2: Livros mais lidos no cárcere



Fonte: Secom - UnB.



## Sob a custódia do tempo

Segundo a Figura 2, por exemplo, observa-se que a porcentagem indicada aponta para algumas inferências. Aos homicidas, a leitura surge como possibilidade de reencontro espiritual e de candente autoajuda, provavelmente por se tratar este crime, o homicídio, de um atentado fatal contra a vida e, pois, com extrema necessidade de perdão.

Seguindo, um percentual considerável de literatura estrangeira está presente na configuração apontada para o Bloco G, com destaque para o segundo título mais lido, *12 semanas para mudar uma vida*, de Augusto Cury. Ainda, e quanto ao Bloco F, a literatura estrangeira está presente em 80% dos títulos mais lidos, com destaque ao título *10 maneiras de fazer a sua esposa feliz*, de Hans Donser. Note-se que esse foi o único Bloco a “indicar preocupação” com a figura feminina, talvez por se tratar de um grupo em que há grande abandono por parte das esposas, ou companheiras. Não foi considerado o Bloco E nessa análise em virtude da condição de composição mista quanto à tipificação penal.

Enfim, ao término da pesquisa, no mês de dezembro de 2011, a PDF I contabilizava 2.729 internos em regime fechado, separados em quatro Blocos. Constatou-se que, em menos de seis meses, a população carcerária da unidade aumentou cerca de 13%, sendo os internos acomodados (amontoados?) no mesmo espaço físico. Quanto ao tempo de pena cumprida, a média de permanência nesse regime representa cerca de oito a 10 anos, podendo, em alguns casos, chegar de 15 a 20 anos.

## 5. Artemis ou Minerva? A condição da leitora no cárcere

Na mitologia grega, as figuras das deusas Artemis, Atena, Afrodite, Demeter, Hera, Perséfone, Pandora e Gaia representavam a mulher. A deusa Minerva representava o pensamento e a inteligência, no entanto seu nascimento, numa concepção “machista”, advém da cabeça de seu pai, Zeus, e não do corpo de sua mãe, numa representação modelar de que ao homem cabia a inteligência. A mulher, sob uma concepção pitagórica, era um ser que tinha origem nas trevas (SANTANA, 2008).

Na Idade Média essas determinações preconceituosas quanto à figura da mulher estavam atreladas ao seu comportamento ideal, o qual, e segundo normas rígidas da sociedade medieval, não poderia ser dúbio e que, ao mínimo “deslize”, a tornaria passível de classificação como: “santa”, “pecadora” ou “bruxa”.

Muitas mulheres foram condenadas à morte na fogueira por novas concepções religiosas, filosóficas, mesmo sociais, que contestavam os dogmas da Igreja e, portanto, queimando em praça pública pelo “erro cometido”, deveriam servir de exemplo a todos, e sobretudo todas. Assim determinado, no espaço público caberia a ela, sem questionamentos de qualquer ordem, manter uma conduta exemplar para ser considerada uma mulher “direita, temente a Deus”, caso contrário seria classificada entre as mulheres de “vida fácil”. Assim, e por séculos, senão milênios, percebe-se que a criminalização da mulher se vincula a condutas desaprováveis que feriam os padrões de comportamento estabelecidos a cada época, sempre estabelecidos por homens. No geral, a figura da mulher ideal estava associada à docilidade, ao zelo, à maternidade, o reverso do estereótipo de bruxas e prostitutas perseguidas pela concepção religiosa e social.

Quanto à leitura, até o século XIX, ela não era uma prática disseminada, muito menos encorajada, e sobretudo para a mulher, pois se acreditava que, “animada” pela imaginação essa prática geraria pensamentos perturbadores, também perigosamente eróticos, que seriam causadores de desordens sociais. Nesse entendimento, a leitura poderia ser perniciosa e, daí, a imperiosa necessidade de monitoramento sobre o que poderia ser considerado como “boa” e, sobremaneira, “saudável leitura”. Ainda, fundamentais eram práticas ordeiras que levassem à salvação da alma, do espírito e, por isso, não se indicavam romances que tratassem de frivolidades, conflitos familiares, desejos humanos ocultos, enfim, assuntos que poderiam induzir a mulher a um, sem retorno, “caminho de perdição”. Naquele contexto histórico, um arquétipo de perigosa transgressão feminina era, e ainda é, *Madame Bovary* (1857), personagem emblemático de Gustave Flaubert. Na obra, Ema Bovary é uma mulher casada, mas infeliz no casamento. A ousada e incontível necessidade de traição, movida por questões que criticam o contexto sociofamiliar da época,

## Sob a custódia do tempo

leva o marido à ruína e, enfim, a carrega ao suicídio, ponto fatal marcado pelo desejo, para ela sentimentalmente legítimo, de vivenciar aventuras romanescas que conferissem algum sentido, mesmo existencial, a sua ordenada, e rotineira, vida comum de esposa mais comum ainda.

Dois livros do ensaísta Jules de Gautier – *Le bovarysme, la psychologie dans l'œuvre de Flaubert (O bovarismo, a psicologia na obra de Flaubert)*, de 1892, e em seguida em *Le bovarysme, essai sur le pouvoir d'imaginer (O bovarismo, ensaio sobre a capacidade de imaginar)*, este de 1902, personificam o significado representado pela personagem Madame Bovary, que, sendo “uma doença da alma humana, imagina-se diferente do que é fantasiar uma realidade que se distancia da real”. Assim, como representação mesmo psicológica, o bovarismo levaria a mulher a se imaginar bem diferente de quem realmente é, revelando ausência de senso crítico com relação a um erro cometido (DIEGUEZ, 2010).

À mulher eram reservados espaços propriamente domésticos, além do que, nesses espaços, a ela só se permitiam comportamentos exemplares, de dedicação extremada à família e de incansável cuidado com o lar. Dessa restrição ao estrito ambiente familiar advém o entendimento de ausência da figura feminina do espaço público, ao longo da história da humanidade, denotando a prevalência de uma sociedade patriarcal na qual o poder ficava diretamente associado ao homem. Assim visto, o sentido de dependência feminino atravessou séculos, também amparada em suas pretensas fragilidade física, incapacidade intelectual de tomar decisões e também amparada, sobretudo, em sua “total impossibilidade” de sobrevivência sem a proteção de um homem. Nesse sentido,

[...] historicamente, a mulher teve uma identidade socialmente imposta que restringia a sua entrada na esfera pública. *Locus* da invisibilidade feminina e da privação dos seus direitos, o espaço privado era o lugar em que se legitimavam as desigualdades de gênero e a subordinação da mulher. Na outra ponta, na esfera pública, estava o

lugar destinado aos homens, o espaço da liberdade e de tudo quanto possuía significado político. (SOUZA, 2005, p. 12).

Constata-se que nas camadas mais humildes essa “construção ideológica” da mulher, em uma sociedade de base patriarcal, parece ainda difícil de ser rompida. Isso se deve à baixa escolaridade, às poucas possibilidades de investimento cultural compondo um quadro geral de, portanto, ausência de mecanismos capazes de romper com velhos paradigmas opressores (SOUZA, 2005).

Nos relatos históricos mais antigos, a descrição dos crimes praticados pela mulher se restringia à prática de feitiçarias, de envenenamentos, de incestos, adultérios e infanticídios. Numa análise reducionista, eram crimes relacionados ao campo passional e, assim posto, observa-se que dessa combinação de fatores, compreendia-se a participação da mulher em crimes, pois

[...] se acreditava que tanto os crimes cometidos por mulheres como seu papel na criminalidade estariam associados ao modelo de socialização das meninas. Daí a origem da participação subalterna das mulheres nos delitos e a característica não violenta dos crimes femininos. (SOUZA, 2005, p. 12).

Redesenhando esse traçado, a mulher conquistou alguns direitos, mas permanecem presentes as desigualdades sociais e a discriminação de gênero na sociedade moderna. Nesse quadro, as mulheres continuam a ocupar funções subalternas de atividades mal remuneradas e irregulares. Dessa maneira, a vulnerabilidade da mulher pobre diante do mundo do crime é bem maior, por representar a possibilidade de ascensão econômica de “maneira fácil”. Assim, a busca de soluções mais rápidas, aliadas à necessidade premente de subsistência da família, acabam envolvendo a mulher no crime. É preciso, porém,

## Sob a custódia do tempo

[...] não perder de vista as razões de ordem extraeconômica que concorrem para o cometimento do delito. Assim, a exemplo do que ocorre com os homens, elementos subjetivos podem igualmente influenciar a inserção das mulheres na criminalidade. (SOUZA, 2005, p. 13).

Em 1976, levantou-se a seguinte hipótese sobre o encarceramento feminino no país:

[...] à medida que as disparidades socioeconômicas e estruturais entre os sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina. Levando-se isto em conta é razoável supor que, muito em breve, a população de presas no Brasil revele crescimento acentuado. (LEMGRUBER, 1999, p. 6).

No Brasil, nos últimos anos, o número de mulheres encarceradas cresceu vertiginosamente, e segundo dados do DEPEN/2011, a população feminina no cárcere era composta por 34.058 detentas, número que equivalia a 6% da massa carcerária total. Esse número parece pouco significativo, diante da grande maioria de homens presos, mas num estudo comparativo entre o ano de 2005 e o registro apresentado no ano de 2011, verificou-se quase que a quadriplicação desse número, que passou de 7.780 para aquele total de mulheres presas.

Quanto a um quadro nacional, no sistema penitenciário brasileiro existem 79 unidades prisionais femininas, com 49 dessas apresentando unidades materno-infantis. Nesse quadro o perfil da mulher presa, segundo indicadores nacionais quanto ao grau de instrução, revela que 38% não concluíram o Ensino Fundamental, e 25% delas cumprirão uma pena de, em média, oito anos.

Quanto à incidência de tipificação penal, predomina o crime de tráfico de entorpecentes, com cerca de 50% de mulheres presas por esse motivo. Note-se

que houve uma mudança significativa, desde a década de 1990, na tipicidade de infrações femininas, que passou dos delitos contra o patrimônio para o tráfico de entorpecentes. Observa-se, ainda, que 55% da massa carcerária feminina é composta por uma população jovem, que tem entre 18 a 34 anos e, portanto, ainda em plena idade reprodutiva. Note-se, também, que as mulheres integram estatísticas de vulnerabilidade e exclusão social, pois, na maioria dos casos, são chefes de família, com pelo menos dois filhos, baixa escolaridade e conduta delituosa de menor gravidade (SANTA RITA, 2007).

Sobre a questão de “estrutura arquitetônica”, os estabelecimentos penais brasileiros seguem um padrão para o confinamento masculino e, em muitos estados, observa-se a adaptação de espaços não mais utilizados pelos homens para abrigarem a mulher presa, por exemplo, sem berçário e com trabalhos que não permitem um crescimento profissional, na medida em que, de certa maneira, “reforçam” uma capacidade intelectual, e manual, referente a uma baixa escolaridade e, assim, oferecem-se funções típicas do lar: costura, alimentação e limpeza. Em alguns estados a situação da mulher presa é ainda mais precária, pois, em função da ausência de estabelecimentos penais femininos, as presas ocupam alas ou celas no interior de presídios masculinos.<sup>6</sup>

Retomando a pesquisa sobre formação do leitor no cárcere, buscou-se uma amostra de gênero para que se pudesse comparar o perfil da leitora e saber se o seu comportamento se assemelharia, e em que medida, ao comportamento do detento leitor. Para tanto, a unidade prisional observada foi a PFDF, com aproximadamente 583 internas e, entre elas, 19 crianças “cumprindo pena” até os 6 meses de idade.

Segundo dados do DEPEN/2011, esse percentual de mulheres representava apenas cerca de 5% da população carcerária e, seguindo a média nacional, quanto

---

<sup>6</sup> Aliás, em função de uma ainda crassa confusão conceitual, senão puro preconceito mesmo, notícia no *Correio Braziliense*, de Brasília, de 28/9/2017, dá conta da prisão, pela Polícia Civil, de cinco travestis que “trabalhavam em clínicas de beleza” em salas de um shopping da cidade. Elas (eles?) foram levada(o)s para a Papuda, em que ficarão em convívio, temporário que seja, com homens, em um presídio tipicamente masculino.

## Sob a custódia do tempo

ao nível de instrução, 51,97% não possuem o Ensino Fundamental completo. Quanto à incidência penal, observa-se, também, a frequência no crime de tráfico de entorpecentes mas, nesse caso, e superando a média nacional, alcançando 73% da população carcerária feminina. Ainda, quanto à faixa etária, verificou-se que são mulheres jovens, entre 18 e 34 anos, com um percentual de 74%, e com maioria negra, de 80%. Dados que corroboraram o perfil, inicialmente traçado, com alto grau de vulnerabilidade e com histórico de exclusão social: população jovem, de baixa escolaridade e envolvida com tráfico de entorpecentes.

Na unidade feminina existem três bibliotecas, duas localizadas no espaço reservado ao regime fechado e uma localizada no regime semiaberto, onde há presas que trabalham externamente e têm saídas temporárias. As responsáveis pela catalogação e distribuição dos livros são internas selecionadas pela polícia, no entanto, não há nenhuma exigência quanto à formação ou oferta posterior de curso de formação. Segundo informações coletadas por meio de entrevistas, o acervo das bibliotecas do regime fechado é formado por livros didáticos e literários, sem um número exato de títulos. Na biblioteca de regime semiaberto, o acervo apresenta mais de 3.000 títulos compostos, em sua maioria, por livros literários.

Um dado importante se refere ao funcionamento das bibliotecas, que é diário e movimenta cerca de 40 títulos. A prática de leitura é comum a todas as internas, por isso, ao mês são movimentados, aproximadamente, 1.200 títulos. O catálogo fica com a interna responsável pela biblioteca, à disposição das demais, e os livros mais procurados são os de romance, de literatura infantil e os de poesia. Segundo as internas, elas sentem falta de títulos “espíritas”, de palavras cruzadas e de gibis. A formação do acervo, como no presídio masculino, dá-se por meio de doações.

Segundo dados do DEPEN/2011, a taxa de ocupação no presídio feminino é de 35% no que concerne ao trabalho interno e não há dados oficiais sobre o número de internas em atividades educacionais. Verificou-se que 93% trabalham com atividades de manutenção e organização interna do presídio, como limpeza geral,

alimentação, costura artesanal, e que apenas 7% delas têm atividades relacionadas à indústria, não tendo sido citadas quais seriam tais atividades.

Também se pretendeu investigar, sob a perspectiva de gênero, até que ponto a experiência de leitura no confinamento aponta para a mesma direção de, pode-se dizer, objetivos de leitura. Para tanto, a metodologia aplicada privilegiou a observação participante, com preenchimento de questionários com questões abertas e fechadas, e se desdobrou em duas fases: coleta de dados quantitativos para levantamento do perfil sociocultural das presas e a realização de oficinas literárias com “rodas de conversas”, com o objetivo de traçar um perfil da leitora e da mulher.

Sobre o processo de pesquisa, que se desenvolveu durante cinco dias, a seleção das presas obedeceu apenas a um critério, a saber, que soubessem ler e escrever. Solicitou-se, ainda, a composição de um grupo de 30 internas para a participação da roda de conversas, com o objetivo de poder atentamente, de fato, “escutá-las”. Todas as participantes eram do regime fechado e ficariam internadas de quatro a oito anos.

Num primeiro contato, houve o comparecimento de todas as selecionadas, mas, a partir do segundo dia, a mostra caiu para 10 delas. Pensou-se, inicialmente, que haveria comprometimento da pesquisa em função da desistência, no entanto, concluiu-se que foi melhor para a observação geral e análise referente.

O questionário elaborado foi aplicado no mês de outubro de 2011 e não exigia identificação, no entanto, todas se identificaram. As questões se resumiam ao histórico da leitora e sua experiência de leitura na prisão, questões relacionadas ao hábito de leitura antes e depois da prisão, o número de livros lidos ao mês, a motivação da leitura, oferta e preferências de leitura, se recebiam algum estímulo para a leitura e quais os aspectos positivos à prática de leitura no cárcere.

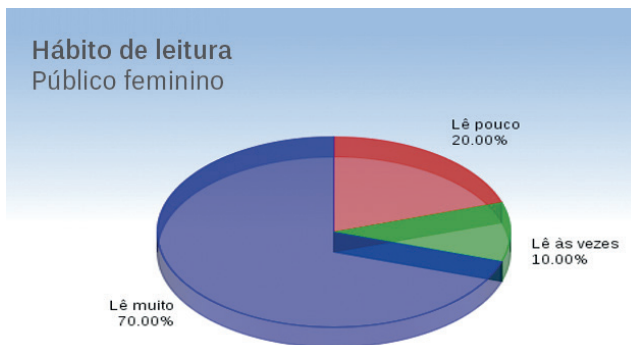
Para dar início à análise dos dados, seguem algumas características do grupo de entrevistadas: jovem, em idade reprodutiva, 80% com idades que variam entre 20 e 35 anos. Quanto ao estado civil, 90% são solteiras e apenas uma era viúva. Com relação ao número de filhos, 90% têm de um a três filhos e apenas uma tinha



## Sob a custódia do tempo

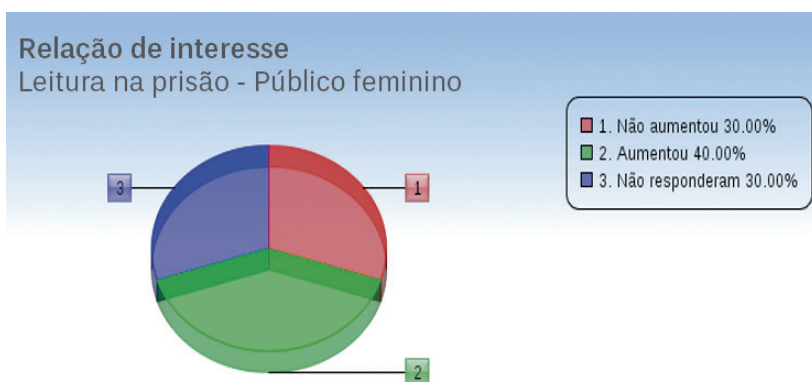
quatro filhos. Quanto à reincidência, 30% são reincidentes, 60% são primárias, cumprindo primeira condenação penal, e apenas uma não respondeu. Com relação ao tempo cumprido de pena, até aquele momento, 80% tinha menos de um ano na unidade, 10%, mais de dois anos e 10% mais de oito anos cumpridos. Ainda, com um grande público leitor, a penitenciária feminina apresenta 70% de mulheres “dedicadas” à prática da leitura, mas, segundo se observou, esse alto percentual não se deve à prisão e ao tempo ocioso.

**Gráfico 16:** Hábito de leitura - PFDF



Quanto à leitura de textos literários, ela já fazia parte de um terço desse grupo antes da prisão. Verificou-se, também, que 30 % das internas já tinham o hábito de “ler de tudo um pouco”, antes de serem presas, mantendo-se um equilíbrio com os 40% de internas que tiveram o gosto pela leitura propriamente “despertado” só no cárcere. Observa-se nesse contexto que aquelas mulheres, mesmo em situação de vulnerabilidade, já apresentavam um tipo de formação de leitor e, no cárcere, costumam ler mais de dois títulos, semanalmente.

Gráfico 17: Leitura na prisão - PFDF



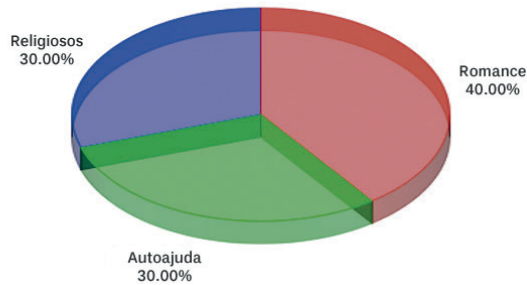
A inserção da mulher no ambiente prisional é “sentida” como perda de tudo aquilo que se pudera construir anteriormente, por isso o forte estado depressivo nos primeiros dias de encarceramento e mesmo as “esperadas” ideias de suicídio. Assim, inicialmente, a mulher rejeita a ideia de permanência no cárcere, preferindo falar do passado aos dias atuais. Com o passar do tempo, entretanto, procura se adaptar àquela nova realidade, tentando “burlar o tempo” a partir das possibilidades de ocupação mental (com leituras, por exemplo) e com outros afazeres, diga-se, mais concretos e, assim, o trabalho na cadeia assume um valor até terapêutico (OLIVEIRA, 1997).

Como observado, um dos aspectos positivos da leitura no cárcere (o momento reservado para ler é à noite) é a possibilidade de “ocupação da mente” e “diminuição do tempo”, além de melhorar a convivência com as outras presas e mesmo a relação com funcionários e policiais. Ainda, no ambiente prisional feminino a artificialidade nas relações é marcante e “os pequeninos e tolos problemas adquirem uma grande proporção (são como preocupações substitutas que adormecem e acordam outras, mais difíceis)”. (OLIVEIRA, 1997, p. 85).

Segundo a autoridade penitenciária, dentre os livros mais procurados estão os de autoajuda e os religiosos. Entre esses títulos mais movimentados estão os livros espíritas de Zilda Gaspareto e os romances.

Gráfico 18: Livros mais procurados - PFD

Práticas de leitura  
Livros mais procurados



A prisão tem um caráter mais subjetivo para a presa do que para o preso. Nela, a mulher “se sente abandonada e precisa de proteção” e, nessa condição normalmente autoimposta, passa a ter um comportamento quase infantilizado. Nessa situação, a leitura de romances na prisão recupera a visão oitocentista de fragilidade da figura da leitora, marcada “por suspiros e lágrimas”. Ademais, observa-se que a teoria vinculada pelo bovarismo (relembrem-se as citadas vontades e desejos de Emma Bovary, no romance de Flaubert) se assenta sobre o gosto das presas pelo romance. Nesse sentido, é imperiosa a necessidade de a mulher presa “se imaginar em outra realidade”, como a protagonista flaubertiana e suas necessidades de “fuga” daquela realidade opressora e angustiante. Assim, anestesiarse com a leitura é uma das maneiras de “ocupar a mente” para não pensar nos filhos, que estão longe, e na sobrevivência deles (OLIVEIRA, 1997).

Nessa perspectiva, a motivação apontada pela presa para a prática da leitura se deve a vários fatores: o objetivo em adquirir o conhecimento faz parte das razões indicadas por 60% delas. O combate à depressão foi apontado por 20% como motivação para a leitura e apenas 10% pensa nessa atividade como ocupação do tempo. Indica ainda, 10 % que a leitura interfere nas relações interpessoais que são muitas vezes afetadas pela dinâmica do aprisionamento feminino.

Gráfico 19: Motivação da leitura - PFD

### Leitura na Penitenciária Feminina Motivação

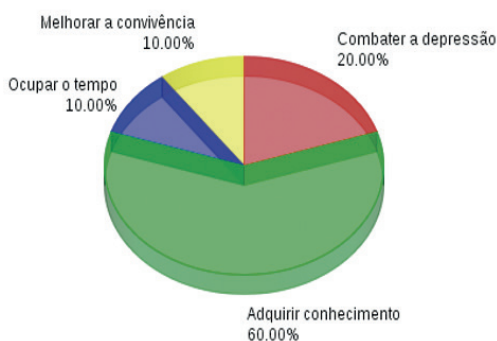
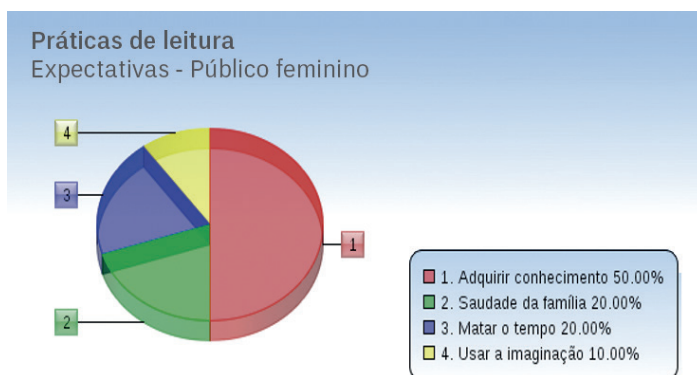


Gráfico 20: Expectativas de leitura - PFD



Cruzando-se os dados sobre motivação da leitura e as expectativas elencadas, a partir do seu desenvolvimento, verifica-se que estão correlacionados elementos subjetivos à proposta da leitura como ferramenta na construção do conhecimento. É possível inferir, assim, que 20% das presas sentem saudade da família, pois essas lembranças de casa são intensificadas a partir da leitura de alguns textos. Outro destaque da análise se refere a 20% delas, que pretendem, com leituras,

## Sob a custódia do tempo

“matar o tempo ocioso”, não apenas como ocupação, visto que aqueles horizontes femininos estão profundamente entrelaçados a um universo imaginativo, místico. Nesse sentido, entende-se o percentual de 10% que admite utilizar a leitura como maneira de “imaginar” outras realidades.

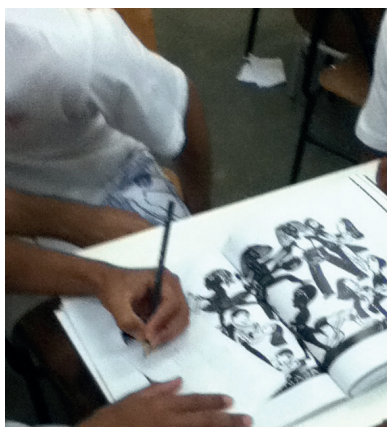
No século XIX, a compreensão da leitura, a partir dos gêneros, classificava a prática literária em “leitura de mulher” (passional) e “leitura de homem” (profissional), delimitando compreensões estanques da medida de leitura. Nessa concepção, a leitura instrumentaliza o homem para uma carreira profissional e deixa claro que sua herança é o conhecimento, continuando a estabelecer relações de poder e dominação sobre a mulher. Sob tal condição resta à mulher o direito de imaginar, sonhar, devanear. Essa perspectiva de submissão, também espelhada por uma leitura (romântica) romanceada, ainda é fomentada na prisão feminina. Constatou-se pela pesquisa, entretanto, que surgem mudanças ainda tímidas, mas que permitem “libertar” a mulher, presa, de uma posição alienante e a reconduzir ao seu lugar de competência ideal: a vida e todos seus componentes de dignidade humana.

**Figura 3:** Oficinas literárias do PFDF – um encontro marcado com Adélia Prado



Fonte: Secom - UnB.

Figuras 4 e 5: Oficinas literárias PDF I – Oficina de literatura de cordel





# Celas de leitura entre cadeados abertos: uma conclusão possível

Os entendimentos das origens da prisão e da aplicabilidade da lei nos espaços prisionais possibilitam, efetivamente, ampliar a visão da *prisão no mundo social* e sua representação para além da concepção de punição. Por sua vez, uma compreensão da *prisão como mundo* pode se dar, de maneira muito reveladora, a partir de livros como *Memórias do cárcere*, escrito por um autor que “viveu” a cadeia e, no interior dela e no interior indevassável de si próprio, viu a miséria humana imposta pela segregação e degradação do indivíduo – importante não esquecer que a prisão, como avaliou Antonio Candido, é uma “metonímia do mundo”.

Importante também entender que, quando excluído do mundo social para cumprimento de pena devida, o indivíduo vivencia experiências e se submete a normas sociais da própria prisão e, mesmo que num tempo periférico, tem sobre si uma incontável rotina prisional (CHIES, 2008). O comprometimento a esse modelo social, ou sujeitamento a ele, é duramente percebido na ausência de atividades que deixam o indivíduo passivo, alienado e “desprogramado” às ações do cotidiano e, assim, não há uma preparação minimamente eficaz para sua saída do cárcere/prisão, ao final da pena.

O Brasil, como mencionado, é um dos países que mais encarcera no mundo devido à criminalidade e a uma realidade nacional marcada por ainda enormes desigualdades sociais. Não obstante tal realidade quantitativa, é fato que os estabelecimentos prisionais enfrentam gravíssimos problemas de superlotação, o que não implica diminuição das altas taxas de violência – senão tende a as aumentar. Portanto, o recrudescimento penal não inibe a criminalidade; e essas *instituições totais* – as prisões – acabam se transformando em “eficazes cursos superiores do



## Sob a custódia do tempo

crime”.<sup>1</sup> Nesse ambiente prisional, o indivíduo em confinamento vive uma rotina de exclusões, de privações e a prisão, além de segregá-lo, despersonaliza-o.

Deve-se registrar que tal análise não se apoia nas diferenças sociais desse indivíduo como provável justificativa para o cometimento de práticas delituosas, no entanto, traz à luz a execução da pena e a utilização do tempo no cárcere que deveria ser potencializada em favor do preso e, conseqüentemente, da sociedade. Nesse sentido, como espaço de aplicação da lei a pena, na sua execução, parece distanciada de uma proposta de efetiva ressocialização, uma vez que, também, percebe-se na arquitetura prisional a rigidez quanto à segurança e à existência de poucos espaços para tal processo de ressocialização.

O objetivo deste livro, fundamentado sobre a pesquisa apresentada, foi avaliar o perfil do leitor no cárcere, especificamente o do DF, e suas relações com a literatura. Além disso, esta pesquisa suscita discussões acerca do comportamento desse indivíduo num contexto singular que, em tese, mostra-se antagônico à formação de leitores.

Os resultados apontaram para predisposição do preso à prática difusa de leitura – muitos leem... só por ler, porque não têm nada mais a fazer –, numa direção contrária à formação de leitores, na sociedade *dos livres*, que, no geral, convivem com o pouco interesse pela leitura como simples prática, aquisição de conhecimento, fruição nesse processo de *formação leitora*, imersa na ansiedade diluída no sentido líquido de uma sociedade contemporânea (BAUMAN, 2001), gerando, diariamente, outros tantos “fatores complicadores” para uma razoável recepção daquela *formação* (crenças multihíbridas, mosaicos de momentos tensos de lazer, obrigações gerais infundáveis, horários a cumprir, cobranças sobre atitudes sempre bem equilibradas e reações sempre compreensivas às diferenças, afazeres variados, hipertecnologia *in tempo real* fartamente disponível, etc.).

---

<sup>1</sup> Dados recentes do DEPEN dão conta que por volta de 70% dos presidiários “são associados” a alguma facção criminosa e que, quando soltos, ficam devendo a ela seus “serviços de associado”. Fala-se em algo como 400.000 pessoas. Ainda, a cada pessoa que é solta, no Brasil, três são encarceradas. Ou seja, é e será bem difícil fechar essa “conta” de superlotação dos presídios brasileiros.

Como uma das bases de informação colhida na análise, cita-se o tempo ocioso e, também, a “necessidade” de leitura, termo bastante usado pelos entrevistados. Não significa dizer simplesmente, por exemplo, que o maior motivador seja o tempo ocioso, pois a pesquisa indicou que 30% dos presos, e 70% das presas, têm o hábito da leitura, ainda que de outras possibilidades de ocupação desse tempo ocioso, como assistir à televisão, estudar, ficar com conversas vagas entre eles e, mesmo e muito, usar drogas. Infere-se, então, que a escolha da leitura advém da compreensão – essencialmente intuitiva, instintiva – da prática de leitura, também, como processo de inserção no mundo social e possibilidade de autonomia e liberdade. O tempo, nesse caso, passa do *status* de “perdido” para bem aproveitado havendo, portanto, um tipo de implícita “qualificação pessoal” e, quando da possibilidade de o preso auxiliar na execução das atividades internas prisionais, essa nova percepção do tempo contribui para a construção da identidade social do preso.

Pela pesquisa se percebeu que a compreensão da prisão, enquanto espaço simbólico de poder, está presente nos discursos e na construção das relações estabelecidas entre *dominados* e *dominadores*, tanto no ambiente masculino quanto no ambiente feminino. Para tanto, comumente são utilizados mecanismos de repressão para a devida, e imperiosa, manutenção da “paz coletiva”. Nesse sentido de “pacificamente”, para as instituições penais pesquisadas a leitura representa uma maneira eficaz de ocupar o preso e, mesmo, mantê-lo “tranquilo, calmo”, o que é um grande ganho geral para a instituição, pois tal comportamento do sentenciado, aparentemente passivo, não representaria ameaças à rotina de segurança.

Observou-se, também, a compreensão do leitor como figura ativa que desenvolve sua percepção acerca do mundo, ampliando seu horizonte de sentidos. Assim, por se tratar de um indivíduo em conflito com a lei, a análise sobre a leitura exige da instituição uma preocupação maior quanto às possibilidades de aplicação do conhecimento apreendido e, conseqüentemente, o monitoramento desse processo – nas unidades prisionais, sobretudo as masculinas, há extrema preocupação com a seleção do material a ser lido e a quem ele será disponibilizado.

## Sob a custódia do tempo

Outra variante que compromete, em muito, o processo de formação do leitor no cárcere, é a superlotação. Em um ambiente construído originalmente para ser ocupado por seis, oito pessoas, onde ficam de 12 a 14, 16 delas, claro está que qualquer possibilidade de leitura fica bem prejudicada. Nesse quadro, constatou-se que o espaço de leitura na prisão praticamente se restringe à cela e, em virtude da segurança e da rotina carcerária, o preso acaba lendo com mais frequência nos limites restritos desse espaço. Os dados levantados indicaram que a ocupação média de cada cela está em torno de 15 a 16 internos comprimidos num espaço de 18m<sup>2</sup>, em alguns casos, com alguns dormindo próximos ao banheiro. Nesse ambiente, a leitura se restringe àqueles que “dispõem” de uma cama, ou de um “objeto similar à cama”, para se dedicarem ao... ato de ler. Assim, mais uma vez se confirma a hipótese de que não é apenas o tempo ocioso o fator determinante no processo de formação desse leitor.

Indicados os fatores que influenciam essa “formação de prática leitora prisional”, serão analisadas algumas de suas resultantes. Posto que a predisposição para a leitura é um dado positivo diante de uma realidade nacional de crise na formação de novos leitores, constatou-se que, quanto à acessibilidade, o preso encontra obstáculos devido à falta geral de otimização dos espaços de leitura, além do grande comprometimento dos espaços estruturais (celas). Também, ao se observar que se o hábito de leitura já era uma constante na vida das presas, quanto aos presos se concluiu que, no geral, a estrutura física da prisão “estruturou” o início dessa prática.

O cumprimento legal quanto à existência de bibliotecas nas unidades prisionais é devidamente cumprido, no entanto, a ausência de investimentos para o bom funcionamento e sua inoperância as tornam praticamente apenas um depósito de livros. Observe-se que na unidade masculina, em alguns blocos, verificou-se uma tentativa moderada de anulação, senão diminuição, desse efeito de “inutilidade de acervo disponível”, a partir do acesso do preso ao catálogo de títulos, uma vez que não se tem acesso às salas de leitura. Verificou-se, também, que esse contato com os títulos disponíveis estimulam a leitura e “forma” uma comunidade de leitores que compar-

tilham suas leituras. Ainda, na unidade feminina a localização da biblioteca no pátio permite um maior acesso ao catálogo de títulos e a leitura não se restringe à cela.

A leitura de literatura no cárcere pode representar, como já discutido ao longo do livro, um particular momento bem especial, mesmo raro, de estar sozinho com os próprios devaneios, enfim, de “estar livre” daquele/naquele pesado contexto de prisão. Dentro dos aspectos considerados, verificou-se que a motivação geral para a leitura, em especial no universo masculino, está intrinsecamente ligada à preocupação com inserção no (futuro) mercado profissional, com aprimoramento e ampliação de vocabulário e com a (re)construção de uma “identidade sócio-histórica”.

Para a detenta, no geral, a leitura também foi apontada como necessidade de aperfeiçoamento vocabular e profissional; no entanto, constatou-se como marca de subjetividade, inerente à própria condição de mulher, que a “quebra dos laços” é potencializada na sua prática de leitura como resgate do ambiente familiar, como combate à depressão causada, muitas vezes, pela ausência dos filhos e, também, como maneira de “ocupar a mente”, impedindo-a, assim, de se lembrar da sua realidade, atual e mesmo anterior. Destaca-se, ainda, que nas duas unidades foi apontada a possibilidade de a leitura representar um tipo de “afastamento, distanciamento” do indivíduo dos problemas inerentes ao encarceramento. Também, para as mulheres a prática de leitura se mostra como possibilidade efetiva de melhora da convivência e, para os homens, como arrefecimento de atitudes violentas nas, sempre tensas, relações interpessoais.

Interessante destacar que o papel da família, na infância, para formação desse leitor, não foi muito representativo, cabendo principalmente à televisão “preencher” os espaços e momentos rotineiros de relacionamento familiar. No cárcere, todavia, esse papel familiar ganha nova significação, pois os livros recebidos, entregues durante a visita semanal, compõem o acervo da unidade, que é composto, em sua maioria, por doação dos próprios detentos. Esse “novo” papel familiar se destaca na vida do detento, pois o Estado não investe na possibilidade de formação de novos leitores nas institui-

## Sob a custódia do tempo

ções prisionais, não havendo políticas públicas de incentivo à leitura e, nessa realidade nacional, que também é a do DF, tal “ônus” de adquirir livros é transferido à família.

Mesmo com dificuldades sistêmicas, comprovou-se a existência de comunidade leitora formada naturalmente nas unidades prisionais, formada sem “incentivo técnico” de profissionais. Assim, a mediação da leitura não é realizada por professores das escolas dessas unidades, numa clara referência à reprodução de modelos educacionais existentes, em que não há estímulos sistematizados à leitura, também, como fruição, mas como tipo de “rituais mecanicistas”, utilizando o livro – romance, poesia, contos – prioritariamente para a apreensão morfossintática de conteúdos da língua.

Constatou-se, ainda, que mesmo sem formação profissional para classificação do acervo de livros, sua catalogação e posterior distribuição são os agentes penitenciários, que estimulam a prática de leitura. Tal estímulo se dá, por exemplo, ao executarem a função (que tecnicamente não lhes caberia) de preparação dos “funcionários” da biblioteca para distribuição de livros e mesmo ao compartilharem suas próprias leituras assim, indiretamente, fazendo parte daquela comunidade de leitores. Ademais, já era sabido que as ações institucionais vêm sendo realizadas de forma assistemática e pontual, sem nenhum compartilhamento intersetorial ou interinstitucional.

Por fim, neste livro, analisou-se o comportamento do leitor no cárcere e suas práticas de leitura, constatando-se que atitudes simples mas efetivas na condução de *atividades ressocializadoras*, entre elas a leitura de literatura, poderiam amenizar a tensão no cárcere. Tensão provocada pelo ócio e, de certa maneira e consequentemente, inevitável ausência de perspectivas “pós-cárcere” ou mesmo provocada pela ausência quase total de atividades laboriais singelas que sejam. Assim estruturada – na verdade, mal estruturada – a *prisonização*, e seus efeitos de curto ao longo prazo, retardam o processo de reinserção social, pois o indivíduo rejeita tal realidade, ao tempo que parece passivamente preso a ela, como se só nela fosse possível viver.

Destaca-se, também, que ainda há poucos estudos sobre a prática de leitura no cárcere, mesmo sendo relativamente grande o público leitor nesses espaços prisionais (no mais, público de homens e mulheres morando no Brasil, só que presos),

imerso, jogado neles como bando, não como grupo muito menos como coletividade. Aliada a tal fato científico-empírico-conceitual-teórico, a inexistência de políticas públicas de incentivo prático-efetivo-real à leitura, além da quase total ausência de padronização de serviços oferecidos nas instituições penais, comprometem a base de formação desse leitor e a “propagação” da leitura como elemento eficaz de auxílio na reinserção do preso à sociedade.

O que aqui se defende, pois, é que um conjunto teórico-prático de elementos coordenados, devida e contemporaneamente articulados, facilitariam em muito uma possível ressocialização do indivíduo preso. Inserida nesse conjunto, a *leitura* poderia ser uma fonte, uma técnica, uma ferramenta, um caminho de melhor, e mesmo mais prazeroso, conhecimento de si e do mundo a que se pertence, esteja *ele onde estiver, seja ele qual for*.



# Propostas de projetos de pesquisa e leitura<sup>1</sup>

## Portas abertas – remição pela leitura

(Projeto de oficinas de leitura e produção escrita com internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal)

### a) Uma justificativa

#### **Sobre o caráter inclusivo da literatura**

Voltadas à realidade carcerária nacional, sabe-se que há poucas atividades e programas educacionais consolidados e em espaços apropriados (LEMGRUBER, 2004), as quais, associadas a condições precárias de encarceramento, comprometem diretamente o objetivo central do cumprimento da pena que é a ressocialização do indivíduo. Destaque-se, todavia, que na penitenciária de Campo Grande (MS) existe um projeto de remição pela leitura, ainda que não centrado no desenvolvimento de oficinas como o que aqui se propõe. Nessa situação estrutural, resta a ele aguardar o tempo previsto de pena se completar, seja ociosamente nas celas e/ou em rotineiras atividades no pátio das prisões. Junte-se a tal realidade o inexpressivo número de pessoas presas que têm acesso à educação (YAMAMOTO, 2009), dada

---

<sup>1</sup> A proposta desses dois projetos, já desenvolvidos, é o de apresentar elementos teórico-práticos para que professores e alunos (no âmbito da graduação ou pós-graduação), ou outros grupos quaisquer de pesquisadores e demais interessados, possam desenvolver pesquisas, e novos projetos, tomando como base os elementos aqui apresentados. Ainda, e por meio de uma leitura crítica, objetiva-se a discussão em sala de aula, quanto à prática de leitura – contextos, métodos – de grupos de leitores específicos.



## Sob a custódia do tempo

a incompatibilidade – sistêmica e conjuntural – entre a pedagogia da segurança e da educação cristalizada na própria arquitetura pan-óptica, que com mecanismos de observação asseguram a automaticidade de poder sobre o detento que nunca pode saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 1987).

## b) Objetivos

### **Geral:**

Por meio de oficinas literárias programadas, mediar a *prática de leitura e processos de conhecimento adquirido* de internos e internas das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, utilizando o espaço das bibliotecas existentes nessas unidades prisionais. Para tanto, considerando a conceito referencial de “leitor real” (TINOCO, 2010) – aquele que se manifesta, dialogicamente, como via produtiva da leitura feita, integrada as suas “leituras de mundo” –, pretende-se trabalhar com o detento-leitor, em condição temporária de confinamento social, a possibilidade de melhor desenvolver a prática de leitura e, por consequência, a de produção escrita. Pretende-se, ao fim, que esse processo de leitura, devidamente avaliado por especialistas do grupo aplicador, possa servir de remição ao tempo de prisão do leitor-detento.

## c) Contexto em que está inserido

### **Otimização dos espaços de leitura**

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal conta com 11 salas de leitura divididas em suas unidades prisionais. Algumas contam com internos que catalogam o acervo disponível, cuidando do registro e da distribuição das obras para

leitura dos interessados. No entanto, ainda falta a devida profissionalização desses internos, senão pelo menos muito melhor conhecimento técnico, além de recursos tecnológicos para melhor execução dos trabalhos.

O momento para o acesso dos internos ao acervo é restrito, e de acordo com a disponibilidade da segurança no local, realizado de maneira rápida e pouco sistematizada. Assim, o interno não tem acesso ao catálogo para escolha do título e, em alguns casos, repete a leitura de algumas obras em função da pouca oferta de títulos e da grande demanda de leituras por obras estrangeiras.

A proposta a ser aqui desenvolvida, por meio das oficinas – atividade, com tal abrangência, ainda não desenvolvida no sistema nacional –, pretende otimizar o uso das salas de leitura de maneira sistemática. Nesse sentido, as oficinas se estruturam pelas relações da literatura com diversas artes, seja nas relações com a música, com o desenho animado, com os quadrinhos; seja nas expressões de gêneros literários, como conto, crônica, romance, poesia. Nessa aplicação também se propõe, intercaladas aos momentos de leitura, rodas de conversa sobre temáticas variadas. Quanto a isso, as Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação nas Prisões (BRASIL, 2010), no seu artigo 3º, orienta que ela

[...] estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas, destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços.

Para tanto, e considerando que ainda não foram desenvolvidas atividades na direção de reavaliar o processo prisão-educação-leitura-reinserção social, planejam-se momentos que estimulem o interno à leitura de obras literárias brasileiras consagradas, bem como lhes apresentar os autores que escreveram no cárcere (ONOFRE, 2007). Dessa maneira, acredita-se, o leitor se sentirá incentivado a

## Sob a custódia do tempo

conhecer o acervo disponível nas salas de leitura, e a fazer bom uso desses espaços, até então subutilizados. Tal prática contribuiria para sua formação intelectual e, posteriormente, para ampliar seus conteúdos sobre variados assuntos, o que pode, até mesmo, facilitar uma melhor recolocação profissional no mercado de trabalho, o que ainda não tem acontecido de maneira minimamente satisfatória.

Enfim, nesse contexto prisional, do DF e do Brasil como um todo, são várias as contradições no processo de ressocialização do indivíduo privado de liberdade (controle, punição, recuperação, etc.); preocupações que precisam ser compatibilizadas com o discurso educacional e, portanto, resultarem em eficaz prática socioeducativa. Nesse sentido, uma investigação inovadora sobre a formação desse leitor, ao lado dessa proposta nova de tornar espaços prisionais também, efetivamente, espaços de leitura, parece não combinar com a vivência diária dessas pessoas. Todavia, não obstante tal situação, torna-se necessário iniciar um efetivo projeto que resulte em eficientes ações práticas, para que esses espaços não se tornem “inutilmente vazios” num mundo prisional onde se destaca, ainda, a básica condição de superlotação.

Desenvolver a prática de leitura nas instituições penais, como aqui se propõe – visando às condições sócio-históricas de um *leitor real* e “excluído socialmente” –, não se resume ao simples ato de escolher este ou aquele livro; antes, é o exercício de superar preconceitos, de superar pretensas limitações de entendimento e compreensão do que se lê; é ler com prazer, sempre tirando algum proveito, mesmo de textos que não parecem dizer muito. Ler e escrever na prisão é fundamental, como aqui se propõe, pois implica mais que a não dependência do companheiro de ociosidade inútil na cela. Tal prática, assim aplicada, representa ter mais campo de liberdade solidária, autonomia consciente e privacidade produtiva num ambiente onde são imperiosas as sensações de desconfiança dos gestores, de individualismo exacerbado e, no geral, extremada tensão.

## d) Conteúdos curriculares abordados

### Estrutura geral das Oficinas:

- 1.** Oficina de leitura: *Crônicas*, de Lima Barreto.  
Estrutura e motivos temáticos de crônica. Trabalho com relatos sobre sua vida, suas dificuldades sociais. Leituras de algumas crônicas do escritor. Produção de crônicas.
- 2.** Oficina de leitura: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (trechos selecionados), de Machado de Assis; e *Memórias do cárcere* (trechos selecionados), de Graciliano Ramos.  
Análise geral do realismo social dos séculos XIX e XX e das escolas literárias realista e modernista. Introdução à leitura literária – análise de personagens, posição social, preconceitos e questões socioeconômicas.
- 3.** Oficina literária: poemas de Mário Quintana, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Paulo Leminski, Arnaldo Antunes, Alice Ruiz.  
Apresentar aos alunos os conceitos relacionados à estrutura literária do poema. Leitura, interpretação e dramatização de poemas selecionados. Produção de poemas – temas possíveis: liberdade, prisão, vida, sociedade, poesia.
- 4.** Oficina: Quadrinhos, linguagem e história  
Apresentar a variedade (temática, de traços, formas) da linguagem dos quadrinhos. Uso das diferentes ferramentas oferecidas pela complementação entre texto e imagem, como diferentes formatos de balões de textos e de quadros, técnicas de representação do tempo e do movimento, o uso de onomatopeias, etc., sempre propondo exemplos e promovendo a participação

## Sob a custódia do tempo

dos alunos no sentido de interpretar os quadrinhos. Produção de uma estória em quadrinhos, tema livre.

### 5. Oficina: Literatura de Cordel

Dinâmicas variadas. Conceitos da técnica de cordel e produção de xilogravura. Produção de um texto em forma de cordel.

### 6. Oficina de leitura dramática: *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna

Características de texto dramático. Breve história do teatro nacional. Leitura coletiva com representação de trechos selecionados.

### 7. Oficina: Cinema (*O padre e a moça*), de Joaquim Pedro de Andrade; e poesia

Análise da poesia de Drummond e adaptação para o cinema. Características de produção cinematográfica. Discussão sobre alguns filmes com temas sobre prisão, liberdade e sociedade.

## e) Inovações implementadas

Com essa proposta, de leituras direcionadas, pretende-se estabelecer um novo processo de práticas de atividades laborais no interior dos presídios do DF, na medida em que os leitores-detentos poderão utilizar a prática de leitura – leitura produtiva, entenda-se – como elemento eficaz e real para a diminuição da própria pena prisional a ele regularmente imposta. Isso, sem contar a prática diária de leitura que pode cumprir, no interior dos presídios, a função mesmo de “pacificar, amenizar” ideias, mentes e ações, no mais, voltadas à agressividade de uma vida pregressa fundada em atos de violência e desconsideração, desrespeito, descuido com o outro. Essa vida pregressa, bem se sabe, é alimentada no interior dos presídios, tal é a falta de atividades que, integradas, possam levar o detento a uma

percepção mais amistosa e pacífica do convívio com os outros, em especial os que estão na mesma cela.

Ainda mais, tem-se com tal processo a formação, realmente possível, de um grupo de leitores que, mesmo encarcerados, podem aproveitar esses momentos – por vezes muito longos – de reclusão e os utilizar de maneira criativa, técnica, sensível e, sobretudo, informativa e melhor conhecimento de um mundo que é real e figurado, objetivo e subjetivo, tecnicista e artístico. Tais elementos, devidamente articulados, e percebidos pelos leitores-detentos, poderão servir, com eficácia devida, para uma facilitação da inserção em uma vida social comunitária, ao fim da pena cumprida, a eles imposta legalmente.

## f) Procedimentos didáticos gerais

### **Metodologia**

Inicialmente, a proposta será desenvolvida em duas unidades prisionais – uma feminina e outra masculina –, seja de regime fechado ou semiaberto, como melhor indicado pela instituição de segurança. Serão abertas inscrições e, posteriormente, a autoridade competente selecionará os contemplados para as oficinas. As turmas foram formadas por 20 alunos cada. O projeto se estruturou inicialmente no presídio masculino do Complexo da Papuda, o PDF 1.

As rodas de leitura/oficinas ocorreram duas vezes por mês – no mês de julho –, em que acontece o recesso escolar, período em que os alunos ficam sem atividade. Foram estruturadas com material de produção de textos e outros como tintas, pin-céis, linhas, colas, cartolinas, etc.

Foram quatro encontros, com duração de duas horas cada, no período matutino, com pós-graduandos da Universidade de Brasília (UnB), e escritores convidados. Nesses momentos haverá “discussões livres” sobre os vários textos literários lidos

## Sob a custódia do tempo

pelo grupo e serão propostas conversas, análises, debates, produções de textos com o objetivo de compartilhar o gosto pela leitura e despertar o interesse pela escrita.

A equipe foi formada por alunos de pós-graduação e professores da UnB e se utilizaram livros das salas de leitura e material confeccionado, pelos próprios detentos-leitores, nas oficinas (por exemplo, oficina de literatura de cordel e poesia concreta). Nos espaços coletivos e nas salas de leitura foram desenvolvidas as ações, de acordo com a autorização prévia do responsável legal.

## g) Avaliação do processo de aprendizagem dos alunos

Ao se concluírem as oficinas literárias e se avaliarem os resultados obtidos (considerando o tempo disponível e o nível informativo resumido dos temas abordados, face às condições estruturais impostas), espera-se, também, que a proposta possa ser estendida a outras unidades prisionais. Tal ampliação facilitaria cumprir o objetivo de aproximar o detento-leitor, do DF, de uma prática de leitura que o leve a perceber/ entender melhor a importância de estar efetivamente disposto a articular questões como tempo disponível e leitura feita, bem utilizados e integrados, para um produtivo – e possível – processo de ressocialização.

Uma avaliação crítica, também estruturada a partir da aplicação de um questionário aos detentos-leitores, foi realizada ao término das oficinas literárias pela equipe gestora do projeto e equipes da Secretaria da Justiça/DF. Posteriormente, a partir dos dados coletados nos questionários e discussão teórica devida, serão realizadas mudanças necessárias para melhor atendimento dos objetivos propostos no projeto, em versões futuras. Os dados e resultados serão apresentados em livro e CD-ROM a serem distribuídos às bibliotecas de presídios (de todo o Brasil), às de universidades, além de secretarias e entidades/ONGs ligadas à questão dos temas aqui propostos.

# Proposta de projeto apresentado para aplicação

**Título:** *Literatura todavia prisão: de voos entre grades e gaiolas*

(Uma proposta de remição de pena por meio de leituras)

## 1. Da situação geral e de uma justificativa

- Cella de leitura: um novo olhar por entre grades velhas

[...]

Na contramão da modernidade cibernética, ainda que com exemplos interessantes do ponto de vista da novidade da estrutura prisional brasileira,<sup>1</sup> o encarceramento

---

<sup>1</sup> Em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte, um complexo com cinco unidades completas irá abrigar 3.040 detentos, em regime fechado e semiaberto. Em janeiro de 2013 foi inaugurada a primeira unidade deste que é o primeiro complexo penitenciário construído no Brasil por meio de parceria público-privada (PPP). Licitada em 2010, a PPP prisional em Minas se inspira no modelo inglês, destacando a oportunidade de trabalho para os presos, ao tempo em que não permite que o parceiro privado lucre com ele. O anúncio oficial é de que não se trata apenas de abrir mais vagas, mas de colocar em funcionamento uma penitenciária-modelo, concebida por meio de plano institucional altamente inovador. Para tanto, as palavras-chave nessa legislação, que têm de compor obrigatoriamente o cotidiano dos novos presídios, são: trabalho e escola, ressocialização e humanização. O que se propõe, segundo o governo mineiro, é uma nova política de segurança baseada nas dimensões humana, estrutural e administrativa, pelo bem-estar da sociedade. Note-se, ainda, que em 2013 aconteceu a primeira fuga do complexo, com o preso conseguindo sair escondido



## Sob a custódia do tempo

produz uma sociedade estagnada, individualizada, sem contornos tecnológicos e, conseqüentemente, avessa ao conceito de movimento rápido, de aceleração do tempo conforme o sentido de *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001).

### 1. 1 O lugar da literatura na práxis diária de unidades prisionais do Distrito Federal e as relações do detento com a prática da leitura

Fazendo por ora um recorte político-literário, e sob o conceito da prisão como metonímia do mundo (CANDIDO, 2006), é possível entendê-la como uma sociedade com características bem próximas as da sociedade *dos livres*, mas desconhecidas desse mundo social dos de fora da prisão. Assim, sob tal ponto de vista, Graciliano Ramos, em *Memórias do cárcere* (1953), testemunha um momento ímpar da história do Brasil, marcada pela ditadura militar da era varguista. Numa “descida aos infernos”, o escritor é preso e descreve como o país vivia, na verdade, sua grande prisão: a dura tutela de um regime totalitário.

[...]

Dar conta dessa realidade política exige da testemunha o rigor da objetividade, mas, nesse caso, a testemunha (BOSI, 2002) é um dos três ou quatro maiores produtores da nossa literatura, e, portanto, o que esperar na construção da narrativa frente a essa realidade objetiva? A linha fronteira entre a subjetividade da testemunha em relatar os fatos como ocorrem e o compromisso em ser idôneo trazem à tona a complexidade do texto e a riqueza da capacidade intelectual de Graciliano, elementos imbricados nas situações evocadas no plano individual e coletivo das suas memórias.

---

dentro de um caminhão de serviços gerais. Agora, em março deste ano (2019), foram roubadas 45 armas dos agentes penitenciários. O roubo foi descoberto na troca de turno, quando agentes que chegaram para trabalhar encontraram colegas dormindo e outros passando mal. A suspeita é de que tenham sido dopados.

[...]

Quanto às bibliotecas, apesar de sua existência nas instituições penais, não são essas os espaços preferenciais, e por vezes permitidos, de leitura. A cela representa o espaço convencional reservado à leitura, mas acredita-se que numa ampliação do significado desse espaço como local ideal de leituras variadas, inclusive a de textos literários, ela poderia ser vista como a “casa protetora” do detento-leitor, seu espaço de paz, silêncio e privacidade.

Enfim, em se tratando de ambientes de prisão imposta, e legalmente estipulada, a formação do leitor nesses espaços ainda indica um indivíduo fragmentado, desconsiderado em sua totalidade sócio-histórica de ser humano. E tal fragmentação se dá por esse leitor-presos ter seus laços natural-sociais rompidos com quem sabe, sua profissão, sua família, seus parentes, seus amigos, seu projeto de vida, sem nenhuma, ou com muito pouca, perspectiva aparente de reconstrução/relição desses laços, dentro da prisão. Agora imerso na geografia prisional, a inexistência de espaços de leitura e a violência nas relações institucionais representam a dialética na formação desse leitor.

## 2. Da situação regional e de uma base teórica referencial

### 2.1 A formação do detento-leitor: um indivíduo em construção<sup>2</sup>

Uma experiência literária na prisão subverte todo entendimento acerca de um processo comum de leitura. Muitas são as questões envolvidas na formação desse leitor, desde as relações sociais periféricas, enquanto homem livre, às relações sociais no submundo da prisão. A construção desse terceiro sujeito, produto de uma sociedade

---

<sup>2</sup> Vide Dissertação de Mestrado *O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em penitenciárias do Distrito Federal*, de Maria Luzineide Ribeiro (2011, TEL - IL / UnB).

## Sob a custódia do tempo

*de fora e de dentro*, interfere diretamente em sua formação, pois se encontra sob a égide da disciplina moduladora de comportamentos associada ao processo de constante despersonalização. [...] O entendimento acerca do efeito do texto e a recepção da obra são momentos condicionados no ato da leitura e desencadeadores do sentido como duplo horizonte: o interno literário, implicado pela obra e o mundivivencial, trazido pelo leitor de uma determinada sociedade (JAUSS, 2002).

Em período de confinamento, o sujeito não encontra, inicialmente, na literatura a sustentação necessária que o conduza a uma interação com o texto. Preencher os espaços vazios exige autonomia e, nesse sentido, aos poucos o tom emancipatório invade a realidade desse destinatário, criando, portanto, um espaço de liberdade (CANDIDO, 2006) e, nesse espaço, leitor e obra estão intimamente conectados, produzindo, dessa interação, algo que anteriormente inexistia (ISER, 2002).

[...]

- De uma proposta de projeto.

## a) Justificativa

### Sobre o caráter inclusivo da Literatura

Voltadas à realidade carcerária nacional, sabe-se que há poucas atividades e programas educacionais consolidados em espaços apropriados (LEMGRUBER, 2004), as quais, associadas a condições precárias de encarceramento, comprometem diretamente o objetivo central do cumprimento da pena que é a ressocialização do indivíduo. Destaque-se, todavia, que na penitenciária de Campo Grande (MS) e em alguns presídios do estado de São Paulo,<sup>3</sup> por exemplo, existem projetos de remição pela leitura, ainda que não centrados no desenvolvimento de oficinas e formação de

---

<sup>3</sup> Em todo o Brasil há por volta de 300 iniciativas nesse sentido, com a grande maioria abordando de maneira ainda bastante superficial, e geral, a questão da leitura e práticas de escrita. Boa parte

grupo aplicador especializado, a fim de reforçar técnico-criativamente a produção de textos escritos – como resenhas ou resumos –, como o que aqui se propõe.

[...]

Nesse contexto real – o da grande maioria das prisões brasileiras –, ao se “praticar” a leitura, também literária, tem-se uma das poucas oportunidades em que, ao desenvolvê-la, o interno pode efetivamente estabelecer uma relação dialógica com o que lê (BAKHTIN, 2003) e, assim, transformar informação lida em conhecimento apreendido. Sob o aspecto literário, ele se liberta, mesmo quando encarcerado, e passa – produtivamente – por um consciente processo de afastamento de sua realidade, e de seus companheiros (de cela, de prisão), podendo permanecer longe daquela realidade por alguns instantes – ainda que seja o delimitado instante da leitura.

## b) Objetivos

### Geral

Por meio de propostas de leituras de textos literários e posterior produção de resenhas, mediar a *prática de leitura* e *processos de conhecimento adquirido*, de internos e internas das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, utilizando o espaço das bibliotecas existentes nessas unidades prisionais. Para tanto, considerando a conceito referencial de *leitor real* (TINOCO, 2010) – aquele que se manifesta, dialogicamente, como via produtiva da leitura feita, integrada às suas *leituras de mundo* –, pretende-se trabalhar com o detento-leitor, em condição de confinamento social, a possibilidade de melhor desenvolver a prática de leitura e, por consequência, a de produção escrita. Pretende-se, ao fim, que esse processo de leitura, devidamente avaliado por especialistas do grupo aplicador, possa servir de remição ao tempo de prisão a ser cumprido.

---

dessas atividades é coordenada por grupos de voluntários, que exercem profissões variadas, e/ou grupo religiosos, com o objetivo precípua de “catequizar” os internos.

### Específicos

#### Nível 1

- Avaliar tecnicamente, do ponto de vista de conteúdo e estrutura – por meio de resenhas produzidas pelos internos –, as leituras feitas, estabelecendo níveis de análise, apreensão e inferência das informações textuais, para possibilitar, segundo a avaliação feita, a remição ou não da pena.

#### Nível 2

- Otimizar o uso da biblioteca na prisão como espaço de leituras variadas e de atividades inerentes a esse ambiente, possibilitando que seja entendida como espaço útil de leitura, também atualizada, e não como simples, e ultrapassado, depósito de livros;
- Sistematizar os momentos de leitura nos ambientes coletivos para estímulo de leitura em cela, propiciando ao interno o contato com textos de vários tipos e desenvolvendo também sua habilidade técnico-criativa na produção de textos;
- Promover atividades como rodas de conversa, dramatização, declamação de poesias, debates que possibilitem a comunicação expressiva como ressignificação de sua própria identidade de leitor e ser social.

#### Nível 3

- Desenvolver o gosto e interesse pela leitura como possibilidade de despertar no indivíduo, temporariamente privado de liberdade, a vontade de readquirir conhecimento, reestruturar conceitos e ampliar campos de informação adquirida;
- Possibilitar que o detento se sinta estimulado a ler – mesmo em situações adversas como as que vive – e, dessa maneira, a desenvolver também a competência de produzir textos a partir de sua prática de leitura;

## Proposta de projeto apresentado para aplicação

- Formar leitores e leitoras, ainda que detentos, entendendo a prática da leitura como fonte de informação relacionada com o exercício da imaginação, criatividade, tanto quanto com a questão de cidadania, da ética e da liberdade responsável.

### Nível 4

- Registro das atividades em áudio e vídeo, além de realizar entrevistas com leitores e escritores *in cárcere*, num formato documental de material que servirá como ferramenta para a proposição de intervenções mais efetivas nesses ambientes. Para tanto, será escrito um livro descrevendo o processo de aprendizagem, com uma proposta de metodologia de leitura, e referente produção de textos.

## c) Contexto de aplicação do Projeto

### Otimização dos espaços de leitura

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal conta com 11 salas de leitura divididas em suas unidades prisionais. Algumas contam com internos que catalogam o acervo disponível, cuidando do registro e da distribuição das obras para leitura dos interessados. No entanto, ainda falta a devida profissionalização desses internos, senão pelo menos muito melhor conhecimento técnico, além de recursos tecnológicos para melhor execução dos trabalhos.

O momento para o acesso dos internos ao acervo é restrito e, de acordo com a disponibilidade da segurança no local, realizado de maneira rápida e pouco sistematizada. Assim, o interno não tem acesso ao catálogo para escolha do título e, em alguns casos, repete a leitura de algumas obras em função da pouca oferta de títulos e da grande demanda de leituras por obras estrangeiras.

A proposta a ser aqui desenvolvida, por meio de algumas atividades práticas – leitura e produção de resenhas – atividades, com tal abrangência, ainda não

## Sob a custódia do tempo

desenvolvida no sistema nacional –, pretende otimizar o uso das salas de leitura de maneira sistemática. Nesse sentido de novidade de aplicação também se propõe, intercaladas aos momentos de leitura, rodas de conversa sobre temáticas variadas (Art. 3º, parágrafo III, BRASIL, 2010).

Para tanto, e considerando que ainda não foram desenvolvidas atividades na direção de reavaliar o processo prisão ↔ educação ↔ leitura ↔ reinserção social ↔ remição, planejam-se momentos que estimulem o interno à leitura de obras literárias brasileiras consagradas, bem como lhes apresentar os autores que escreveram no cárcere (ONOFRE, 2007). Dessa maneira, acredita-se, o leitor se sentirá incentivado a conhecer o acervo disponível nas salas de leitura, e a fazer bom uso desses espaços, até então subutilizados. Tal prática contribuiria para sua formação intelectual e, posteriormente, para ampliar seus conteúdos sobre variados assuntos, o que pode, até mesmo, facilitar uma melhor recolocação profissional no mercado de trabalho, o que ainda não tem acontecido de maneira minimamente satisfatória.

Nesse contexto prisional, do DF e do Brasil como um todo, são várias as contradições no processo de ressocialização do indivíduo privado de liberdade (controle, punição, recuperação, etc.), preocupações que precisam ser compatibilizadas com o discurso educacional e, portanto, resultarem em eficaz prática socioeducativa. Nesse sentido, uma investigação inovadora sobre a formação desse leitor, ao lado dessa proposta nova de tornar espaços prisionais também, efetivamente, espaços de leitura, parece não combinar com a vivência diária dessas pessoas. Todavia, não obstante tal situação, torna-se necessário iniciar um efetivo projeto que resulte em eficientes ações práticas, para que esses espaços não se tornem “inutilmente vazios” num mundo prisional onde se destaca, ainda, a básica condição de superlotação.

Desenvolver a prática de leitura nas instituições penais, como aqui se propõe – visando às condições sócio-históricas de um *leitor real* e “excluído socialmente” –, não se resume ao simples ato de escolher este ou aquele livro; antes, é o exercício de superar preconceitos, de superar pretensas limitações de entendimento e compreensão do que se lê; é proporcionar uma leitura mesmo com prazer. Ler e escrever na prisão pode ter

resultados positivos, por meio do processo como aqui se propõe, pois implica mais que a não dependência do companheiro de ociosidade inútil na cela. Tal prática, assim aplicada, representa ter mais campo mesmo para ações solidárias, ter mais autonomia consciente e privacidade produtiva num ambiente onde são imperiosas as sensações de desconfiança dos gestores, de individualismo exacerbado e, no geral, de extremada tensão.

### d) Metodologia

#### Fase 1

Para melhor compor a metodologia proposta – de análise da formação do leitor na prisão –, será selecionado um grupo de internos, inicialmente, indicados pela segurança do presídio, com bom comportamento e com acesso às atividades educacionais, portanto, um “grupo privilegiado”, dentro da dinâmica prisional, por não ter o tempo completamente ocioso. A seguir, após essa pré-seleção, serão aplicados questionários, com questões fechadas.

#### Fase 2

Inicialmente, e com a duração de um ano, a proposta será desenvolvida em duas unidades prisionais – uma feminina e outra masculina –, seja de regime fechado ou semiaberto, como melhor indicado pela instituição de segurança do DF. Serão abertas inscrições e, posteriormente, a autoridade competente selecionará (segundo critérios internamente estabelecidos) os internos para escrever as resenhas e participar das oficinas. As turmas foram formadas por 20 alunos cada. O projeto se estruturou inicialmente no presídio masculino do Complexo da Papuda, o PDF I.



## Sob a custódia do tempo

### 2.2. Sobre uma proposta metodológica de leituras para remição de pena<sup>4</sup>

#### Fundamentação legal (resumo):

Os projetos de leitura nas Penitenciárias Federais seguem orientação da portaria conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN/MJ, que disciplina a remição pela leitura. Como determina a Portaria, o detento voluntário tem o prazo máximo de 30 dias para leitura e entrega de resenha que, devidamente avaliada por especialistas, poderá resultar na diminuição de quatro dias na sua pena, podendo chegar a um total de 48 dias remidos anualmente. No Distrito Federal, a Vara de Execução Penal - VEP segue a mesma orientação legal.

### 2.3. Área de atuação: Sistema Penitenciário do Distrito Federal

#### Unidades prisionais atendidas:

Penitenciária do Distrito Federal - PDF I

Regime: fechado

Previsão de atendimento: 200 internos

Penitenciária do Distrito Federal II - PDF II

Regime: fechado e semiaberto

Previsão de atendimento: 40 internos

---

<sup>4</sup> Base para esta pesquisa no âmbito do pós-doutoramento.

Centro de progressão penitenciária - CPP

Regime: semiaberto

Previsão de atendimento: 40 internos

### 2.4. Critérios de seleção dos inscritos para participar da proposta de remição

Internos com nível escolar referente do 9º ano ao Ensino Médio<sup>5</sup>

### 2.5. Grupo de corretores (10 integrantes)

Formação: estudantes de graduação, pós-graduação e professores do curso de Letras/UnB

Previsão de leitura: 30 textos por mês, por corretor

### 2.6. Requisitos para leitura<sup>6</sup>

Textos literários em prosa com um mínimo de 120 páginas efetivamente escritas. No mínimo um livro por mês.

Autores literários nacionais e/ou estrangeiros, com produção reconhecida, considerada e apresentada criticamente pela qualidade literária (estabelecida por profissionais da mídia escrita – jornais, revistas de circulação nacional e/ou internacional,

---

<sup>5</sup> As avaliações das resenhas serão feitas se considerando elementos de estudo (de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira) referentes a esse período escolar.

<sup>6</sup> Estes parâmetros de tipologia textual, número de páginas, etc., servirão de base para um primeiro levantamento de dados referentes à aplicação da proposta – leitura → recepção → produção de resenha – no âmbito do Sistema Presidiário do DF, não sendo, pois, obrigatoriamente os mesmos parâmetros a ser considerados em aplicações futuras.

## Sob a custódia do tempo

blogs, etc. –, professores de Ensino Superior – em congressos, seminários, pesquisas, artigos, livros, etc. e livrarias de renome nacional).

Não repetição de autores ao longo do ano de leitura ou, em se tratando de autores com grande obra produzida (no mínimo 6 títulos), poderão ser lidos até três títulos de um mesmo autor.

## Quanto à resenha

- Considerando-se os parâmetros de avaliação de 0 a 10, a nota mínima para sua aprovação como positiva (e posterior envio para solicitação de remição) será 7,0;
- Será feita mensalmente, pelo próprio interno-leitor do livro a ser resenhado, com a presença de, pelo menos, um integrante do grupo corretor, em espaço/recinto previamente estabelecido pela direção do presídio;
- Será escrita em presença do corretor, não sendo permitido que o interno leve para o espaço/recinto nenhuma anotação feita previamente;
- Será utilizada folha oficial, com timbre da UnB, distribuída somente no momento de ser feita a resenha e;
- Poderá ser refeita, a desejo do interno e depois de ele ter sido informado de sua nota, ainda que ela não sirva mais como elemento de remição.

## 2.7. Encontros presenciais

Em cada unidade prisional ocorrerão dois encontros num formato de roda de conversas para que o interno possa compartilhar a sua experiência de leitura, a partir da sua vivência em ambiente prisional e proporcionar ainda o contato com alunos, professores da universidade pública e, mesmo, tanto quanto possível, com alguns escritores.

### Objetivos gerais

- Possibilitar que os internos possam trocar experiências de leituras realizadas, avaliando o teor dos livros e elementos como forma e conteúdo narrativos.
- Avaliar as considerações feitas pelos internos, auxiliando-os a, tanto quanto possível, lançar um olhar para o texto mais objetivo e mesmo procurando interagir melhor com a obra lida.
- Fazer um levantamento dessas impressões e opiniões para apresentá-las ao grupo corretor, a fim de direcionar discussões e propostas de metodologias que procurem considerar a realidade de leitura realizada.

### 2.8. Itens de avaliação dos textos produzidos (considerando-se o período escolar citado)

- a. Nível Semântico-Argumentativo (contextual)
  - b. Nível Gramatical (morfossintático)
  - c. Nível Textual (fatores de coesão/coerência)
- 
- a. Trabalho com o sentido crítico-argumentativo do texto-atividade, considerando-se a exigência de as ideias serem apresentadas com pertinência, capacidade informativa, originalidade e mesmo, quando for o caso, com presença marcante da Função Poética.
  - b. Uso devido e adequado, de acordo com normas vigentes consideradas como padrão linguístico, das regras de Acentuação, Pontuação, Ortografia, Regências e Concordâncias em geral.

## Sob a custódia do tempo

- c. Trabalho com o desenvolvimento da estrutura textual, por meio da distribuição das ideias em frases e parágrafos devidos, usando de clareza na expressão e concisão nos argumentos apresentados (sobretudo ao se tratar de resenhas).

**Obs.:** Os itens de avaliação dos textos (e sua presença nos Níveis) devem ser analisados à luz dos objetivos pretendidos com sua composição, com a intenção de se escrever o texto para trabalhar-expressar um determinado tipo de produção escrita.

### Graus de avaliação

- **10 / 9:** O texto, bastante original e informativo no seu todo expressivo, apresenta-se muito bem articulado nos três Níveis. Relaciona ideias, de tal maneira dispostas, que proporcionam ao leitor um efetivo *conhecimento* do tema proposto, do contexto sócio-histórico em que se insere e mesmo de elementos corretos da língua portuguesa. Há forte presença de sentido autoral e notada articulação entre o processo de *Conhecimento* ⇔ *Reconhecimento crítico*.
- **8:** O texto, com vários argumentos originais e bom em sua estrutura e no geral da articulação dos Níveis, apresenta algumas falhas na construção e desenvolvimento das ideias que, todavia, não comprometem a essência de sua qualidade quanto ao nível de conteúdo e de estrutura. Há vários elementos que revelam notada presença de sentido autoral.
- **7:** O texto, com alguns argumentos originais e bom em sua estrutura e no geral da articulação dos Níveis, apresenta falhas na construção e desenvolvimento das ideias que, todavia, não comprometem a essência de sua qualidade quanto ao nível de conteúdo e de forma. Há elementos que revelam presença de sentido autoral.
- **6:** O texto, em sua estrutura global de expressão (com relação aos Níveis), apresenta informações bem articuladas ainda que com pouca originalidade de

## Proposta de projeto apresentado para aplicação

expressão e pouco sentido autoral. Revela falhas argumentativas, conceituais e mesmo gramaticais ao longo de seu desenvolvimento.

- **5:** O texto é razoável quanto à argumentação desenvolvida e à articulação dos Níveis, não apresentando nenhuma (ou muito pouca) originalidade ou mesmo um notado desenvolvimento mais crítico sobre o assunto. A partir deste Nível, pode ser refeito considerando-se tais observações.
- **4 / 3:** O texto se apresenta falho quanto a vários itens relacionados nos Níveis, sobretudo quanto à composição, clareza, originalidade dos argumentos. Sua estrutura de organização e desenvolvimento de ideias está fraca e muito deficiente nas informações veiculadas. É preciso refazê-lo atentamente.
- **1 / 2:** O texto, bastante falho em sua estrutura geral, revela várias deficiências (graves) nos três Níveis, demonstrando baixíssimo índice de argumentação pertinente, muita falta de originalidade, além de muito pouco conhecimento dos conceitos normativos da Língua. É imprescindível que seja criteriosamente reavaliado e refeito.
- **0:** O texto não foi entregue em prazo cabível para análise.

### e) Avaliação do processo de aprendizagem dos alunos

Ao se concluírem as atividades, com a devida avaliação das resenhas, e se analisarem os resultados obtidos (considerando o tempo disponível e o nível informativo resumido dos temas abordados, face às condições estruturais impostas), espera-se, também, que a proposta possa ser estendida a outras unidades prisionais. Tal ampliação facilitaria cumprir o objetivo de aproximar o detento-leitor, do DF, de uma prática de leitura que o leve a perceber/entender melhor a importância de estar efetivamente disposto a articular questões como tempo disponível e leitura feita, bem utilizados e integrados, para um produtivo processo de ressocialização articulado ao de remição da pena.

Uma avaliação crítica, também estruturada a partir da aplicação de um questionário aos detentos-leitores, será realizada ao término da aplicação do projeto pela

## Sob a custódia do tempo

equipe gestora do projeto e equipes da Secretaria da Justiça/DF. Posteriormente, a partir dos dados coletados nos questionários e discussão teórica devida, serão realizadas mudanças necessárias para melhor atendimento dos objetivos propostos no projeto, em versões futuras. Os dados e resultados serão apresentados em livro e CD-ROM a serem distribuídos às bibliotecas de presídios (de todo o Brasil), às de universidades, além de secretarias e entidades/ONGs ligadas à questão dos temas aqui propostos.

### f) Inovações implementadas

Com esta proposta, de leituras direcionadas com posterior produção de resenhas, pretende-se estabelecer um novo processo de práticas de atividades laborais no interior dos presídios do DF, na medida em que os leitores-detentos poderão utilizar a prática desta leitura produtiva, também, como elemento efetivo e real para a diminuição da própria pena prisional a ele regularmente imposta. Considera-se, ainda, a prática de leitura que pode possibilitar, no interior dos presídios, a função mesmo de “pacificar, amenizar,” ideias e ações, no mais, voltadas à agressividade de uma vida pregressa fundada em atos de violência e desconsideração, desrespeito, agressividade com o outro.

Essa vida pregressa, bem se sabe, é alimentada no interior dos presídios, tal é a falta de atividades que, integradas, possam levar o detento a uma percepção mais amistosa e pacífica do convívio com os outros, em especial os que estão na mesma cela.

Ainda mais, tem-se com tal processo a formação, realmente possível, de um grupo de leitores que, mesmo encarcerados, podem aproveitar esses momentos – por vezes muito longos – de reclusão e os utilizar de maneira criativa, técnica, sensível e, sobretudo, informativa e melhor conhecimento de um mundo que é real e figurado, objetivo e subjetivo, tecnicista e artístico. Tais elementos, devidamente articulados, e percebidos pelos leitores-detentos, poderão servir, com eficácia devida, para uma facilitação da inserção em uma vida social comunitária, ao fim da pena cumprida, a eles imposta legalmente.

## g) Autoavaliação

Ao fim do projeto, o grupo fará uma avaliação geral da proposta, considerando as dificuldades de interesse, conhecimento adquirido, entre outras questões, dos próprios detentos e mesmo de algumas autoridades envolvidas.<sup>7</sup>

Essa avaliação focará, entre seus pontos básicos, a proposta de remição de penas, articulada a um posicionamento técnico do juiz responsável pelos processos de soltura dos presos, quanto a sua efetiva implementação.

Para ampliação desse sentido de avaliação, pretende-se que o projeto seja apresentado em variadas reuniões de trabalho acadêmicas, congressos nacionais e internacionais, além de encontros com responsáveis outros envolvidos com atividades prisionais, como delegados e agentes policiais, religiosos, promotores de justiça, ONGs, etc.

---

<sup>7</sup> Observe-se, nesse caso, o posicionamento de alguns policiais envolvidos que, já nessa fase preparatória, e via de regra, desacreditam totalmente da possibilidade de os objetivos serem atingidos.





# Referências

ARAÚJO JÚNIOR, Marcondes de Sousa. *O discurso da imprensa sobre o Complexo Penitenciário da Papuda, desde 1979 aos nossos tempos: como o Complexo Penitenciário da Papuda e seus detentos são mostrados para a sociedade brasileira a partir da visão do Correio Braziliense*. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <http://www.monografias.brasilecola.com.br>. Acesso em: 25 out. 2011.

AZEVEDO, Ricardo. Livros didáticos e livros de literatura: chega de confusão!. *Revista Presença pedagógica*, Belo Horizonte, v. 25, n. 25, p. 87-88, jan./fev. 1999.

AZEVEDO, Solange. *A ciência e os assassinos*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.revistaepoca.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAMBERG, Richard. *Como incentivar o hábito da leitura*. São Paulo: Ática, 1987.

BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. São Paulo: Planeta; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BASTIDE, Roger. Graciliano Ramos. *Teresa – Revista de Literatura brasileira* 2. São Paulo: 34, 2001.

BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere, Literatura e testemunho*. Brasília: Editora UnB, 1998.

## Sob a custódia do tempo

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Dentzien Plínio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENTO, Conceição Aparecida. A prisão e a escrita: desagregação e agregação em *Memórias do cárcere*. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 12, p. 217-236, 2008. Disponível em: <http://www.abralinc.org/revista/2008/12.html>. Acesso em: 25 out. 2011.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. Cap. 10: A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*.

BUENO, Luís. Antonio Candido – Leitor de Graciliano Ramos. *Revista Letras*, Curitiba: Editora UFPR, n. 74, p. 71-85, jan./abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. *Diário Oficial da União*, 20 maio 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 set. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal (LEP). *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 20 set. 2011.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993.

CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle penal no Brasil: prisões comparadas. *História: questões & debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: 34, 2000a.

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000b.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: \_\_\_\_\_. *Ensaaios reunidos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 443-449.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. *A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade*. São Paulo: Método: IBBVVRIM, 2008.
- COUTINHO, Carlos Néelson. Graciliano Ramos. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 139-190.
- DIEGUEZ, Sebastian. *Emma Bovary e a realidade paralela*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.uol.com.br>. Acesso em: 30 maio 2012.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. Tradução de Nicolau S. Peticov. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- FAILLA, Zoara (Org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.
- FONSECA, Rubem. *O cobrador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão 23. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

## Sob a custódia do tempo

FOUCAULT, Michel. De outros espaços. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 20 set. 2011.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América Latina (que ainda não houve)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1990.

GIRON, Luís Antônio. Vozes da prisão: pena de sangue. *Revista Cult*, n. 59, p. 34-44, jul. 2006.

GLEDSON, John. O funcionário público como narrador: Amanuense Belmiro e Angústia. In: \_\_\_\_\_. *Influências e impasses: Drummond e alguns contemporâneos*. Trad. Frederico Dentello. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 201-232.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion – a morte do tempo na prisão: imagens e textos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1988.

GORENDER, Jacob. Graciliano Ramos: lembranças tangenciais. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: IEA-USP, 1995.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOHNSON, Elmer. As políticas penitenciárias nos Estados Unidos da América. In: *Anais do seminário internacional: o sistema penitenciário brasileiro e o trabalho do preso / recuperando: dilemas, alternativas e perspectivas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

- LIMA, Suzann Flávia Cordeiro. Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo. *Arquitetos*, Ano 5, abr. 2005. Disponível em: [http://: www.vituvius.com.br](http://www.vituvius.com.br). Acesso em: 22 fev. 2012.
- KAFKA, Franz. *Na colônia penal*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- KIFFER, Ana. Corpo, memória, cadeia: o que pode o corpo escrito?. *Alea* [online], v. 8, n. 2, p. 263-280, 2006. Disponível em: [http://: www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 20 set. 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Informe científico. In: *Fundamentos de metodológica científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1993.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.
- LEMGRUBER, Julita. *Arquitetura institucional do sistema único de segurança pública*. Acordo de cooperação técnica: Ministério da justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Distrito Federal, 2004.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história de Leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é a leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora USP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 3. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- OLIVEIRA, Edmundo. Origem e história da evolução da prisão. *Prática Jurídica*, Ano I, n. 1, p. 58, 14 set. 2011.

## Sob a custódia do tempo

OLIVEIRA, Maruza Bastos. *Cárcere de mulheres*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). *Educação escolar entre as grades*. São Carlos, SP: Editora UFSCar, 2007.

PEDROSO, Regina Célia. *Utopias penitenciárias. Projetos Jurídicos E Realidade Carcerária no Brasil*. *Jus Navigandi*, Teresina, Ano 8, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>. Acesso em: 21 set. 2009.

PINTO, João Pereira. *A liberdade em Graciliano Ramos: uma iniciação à antropologia e à ética*. Contagem, MG: Santa Clara, 1998.

RAMOS, Graciliano. Os sapateiros da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. São Paulo: Martins Fontes, 1962.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RAMOS, Graciliano. Os sapateiros da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1993.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Posfácio de Silviano Santiago. 62. ed. São Paulo: Record, 2007.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

REIS, Zenir Campos. *Memórias do cárcere: compreender, resistir*. *Folha de S.Paulo*, 29 jul. 1984. Caderno Folhetim.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*. Ministério da Justiça: Brasília, 2007.

- SANTANA, Souza D'Almeida Wagner Bruno. Sobre o feminino. *Psicanálise & Barroco* – Revista de Psicanálise, v. 4, n. 1, p. 77-85, jun. 2006. Disponível em: <http://psicanalisebarroco.pro.br/revista>. Acesso em: 22 maio 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- SCHÖKEL, Luís Alonso. *Bíblia do peregrino*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias do cárcere*. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Record, 1993. p. 154-168.
- SOUZA, Simone Brandão. *A criminalidade feminina*, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org>. Acesso em: 30 maio 2012.
- TINOCO, Robson Coelho. *Leitor real e teoria da recepção: travessias contemporâneas*. São Paulo: Horizonte, 2010.
- YAMAMOTO, Aline *et al.* (Org.). *Cereja discute: educação em prisões*. São Paulo: Alfasol; Cereja, 2009.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WERNECK, Nelson. Prefácio. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.
- WILDE, Oscar. *De profundis: balada do cárcere de Reading*. São Paulo: Martin Claret, 2004.



O livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif e  
impresso no sistema *offset*, sobre papel *offset* 75g/m<sup>2</sup>,  
com capa em papel-cartão supremo 250 g/m<sup>2</sup>.

# Sob a custódia do Tempo:

## formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal

Este livro destaca a essencial prática de leitura e o contexto do detento que “lê” o *espaço* da prisão e suas *relações* com tal prática, além da estrita questão jurídico-penal do criminoso e crime cometido. Relação com um tempo – a partir do ócio em excesso, ou à disposição em exagero – bem diferente do tempo das pessoas livres – no geral, vivido como “quase ausência”, face às atividades e obrigações diárias. Assim se contextualiza a relação aflitiva *tempo* e *prisão*, ao longo desta obra, em tipo de inimigo cruel que deve ser vencido. Como marca dessa relação, a referência temporal da pena se reveste, portanto, de outra pena imposta ao preso, que, para enfrentar esse inimigo, busca engajamento em alguma ocupação que “mate” o tempo que ele tem disponível – em média, nas prisões brasileiras, 85% dos presos ficam somente duas horas fora de cela, passando o restante do dia *dentro* dela, *imerso* nela, *absorvido* por ela. Tal realidade é invencível, mesmo institucionalmente, pois são muito poucas as atividades e projetos educacionais desenvolvidos, em espaços apropriados, com foco na realidade carcerária. Ainda, a carência de tais atividades e projetos, como “ler”, associada a condições superprecárias de encarceramento, compromete um objetivo de cumprir pena no Brasil, que é a ressocialização. Nesse contexto, resta ao preso aguardar seu tempo de pena ociosamente na cela ou no pátio, à mercê, por exemplo, da eficaz ação cooptadora de facções. Enfim, este livro não só propõe que presos “leiam”, como apresenta elementos para uma leitura produtiva e mesmo prazerosa.



EDITORA



UnB

ISBN 978-85-230-0003-5



9 788523 000035